

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**DISSERTAÇÃO**

**Expressões da Agricultura Familiar na Baixada  
Fluminense-Rj: Um Estudo Sobre as Feiras da Roça  
de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados**

**Josilene Satyro Saldanha Cordeiro**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EXPRESSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAIXADA  
FLUMINENSE-RJ: UM ESTUDO SOBRE AS FEIRAS DA ROÇA DE  
JAPERI, NOVA IGUAÇU E QUEIMADOS**

**JOSILENE SATYRO SALDANHA CORDEIRO**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental.

**SEROPÉDICA, RJ**

**2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C794e CORDEIRO, Josilene Satyro Saldanha , 1975-  
Expressões da Agricultura Familiar na Baixada  
Fluminense-Rj:Um Estudo Sobre as Feiras da Roça de  
Japeri, Nova Iguaçu e Queimados / Josilene Satyro  
Saldanha CORDEIRO. - Seropédica, 2019.  
126 f.: il.

Orientadora: Cristhiane Oliveira da Graça AMÂNCIO.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PPGDT/Curso de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2019.

1. Agricultura Familiar. 2. Feira da Roça. 3.  
Desenvolvimento Rural Sustentável. 4. Baixada  
Fluminense-RJ. I. AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da  
Graça, 1975-, orient. II Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro. PPGDT/Curso de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas III.  
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E  
POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGDT**

**JOSILENE SATYRO SALDANHA CORDEIRO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, área de concentração em Planejamento Urbano e Regional.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 06/08/2019.

---

Dr.<sup>a</sup>. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio, UFRRJ  
(Orientadora)

---

Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Siewert Garofolo, EMBRAPA

---

Dr. Mauro Sérgio Vianello Pinto, EMBRAPA

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu marido Marcos e aos meus filhos Marcos Vinícius e Amanda Karen. Aos meus pais Maria da Penha e Edgar Martins. Amo vocês!

Dedico também a todos os agricultores e agricultoras que tive a prazer de conhecer ao longo desta pesquisa. Vocês são resistência e resiliência!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, autor da minha fé, por me conceder forças para não desistir durante o caminho, apesar das inúmeras dificuldades e problemas que enfrentei para chegar até aqui.

Ao meu marido Marcos pelo carinho, paciência e apoio dispensado a mim, e pelas diversas vezes precisei estudar e para ir a campo para realizar a pesquisa, Pelo ombro amigo e ouvido nas horas difíceis. Sua ajuda e compreensão foram fundamentais para mim!

Aos meus filhos Amanda Karen e Marcos Vinicius pela paciência e compreensão nos momentos difíceis e naqueles que não pude estar presente com vocês dando atenção ou acompanhando-os nos almoços e passeios em família.

Aos amigos Milena e Fábio pela amizade, apoio e discussões valiosas durante a pesquisa e fundamentais no processo.

Aos agricultores Claudino e sua esposa, Elias e sua esposa e Luzia e seu esposo que me receberam e me acolheram com muito carinho, paciência e respeito.

A todos os agricultores e agricultoras que tive o privilégio de conhecer e compartilhar histórias de vida, de luta e de trabalho, dividindo comigo suas experiências e conhecimentos.

À orientadora e professora Dr<sup>a</sup> Cristhiane, pela atenção e apoio dispensado durante a construção e realização deste trabalho, por acreditar em mim e me incentivar compreendendo minhas dificuldades e limitações.

Agradeço a CAPES pela oportunidade de realizar este mestrado, assim como o Programa pelo ensino e aprendizagem.

Aos professores e amigos do PPGDT Fernanda, Daniel e Thayná por compartilharem comigo conversas, histórias, angústias e dúvidas ao longo deste curso.

A todos vocês, meu muito obrigado!!!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*

## RESUMO

**CORDEIRO, Josilene Satyro Saldanha. Expressões da agricultura familiar na Baixada Fluminense-RJ: um estudo sobre as Feiras da Roça de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados. 2019. 146 p.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

A Feira da Roça é uma modalidade de comércio de rua que por suas características sociais, econômicas e culturais, pode ser considerada uma importante estratégia de comercialização, fortalecimento e desenvolvimento rural da agricultura familiar de forma sustentável. Com o objetivo de investigar as Feiras da Roça como expressões da agricultura familiar nos municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados na Baixada Fluminense (RJ), realizamos neste estudo, a revisão bibliográfica, a pesquisa qualitativa exploratória com inspiração etnográfica, a observação direta e a entrevistas semiestruturadas, onde podemos encontrar 37 agricultores feirantes trabalhando nas feiras. O estudo revelou que as Feiras da Roça desses municípios significam mais do que uma estratégia de escoamento da produção e geração de renda para esses agricultores, representando um importante território de expressão da agricultura familiar, numa região marcada por intensos processos de expansão urbana, configurando meio, recurso e identidade.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar; Feira da Roça; Desenvolvimento Rural Sustentável; Baixada Fluminense-RJ.

## ABSTRACT

**CORDEIRO, Josilene Satyro Saldanha.** *Expressions of family agriculture in the Baixada Fluminense;RJ: a study on the Japeri Roça Fairs, Nova Iguaçu and Queimados. 2019. 146 p.* Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policies). Institute of Applied Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

*The Fair of the Roça is a modality of street commerce that its social, economic and cultural characteristics, can be considered an important strategy for the sustainable commercialization, strengthening and rural development of family farming. In order to investigate the Fairs of Roça as expressions of family farming in the municipalities of Japeri, Nova Iguaçu and Queimados in the Baixada Fluminense (RJ), we conducted in this study, the literature review, exploratory qualitative research with ethnographic inspiration, direct observation and to semi-structured interviews, where we can find 37 farmer farmers working at the fairs. The study revealed that the Fairs of the Roça of these municipalities signify more than a strategy of flow of production and income generation for these farmers, representing an important territory of expression of family farming, in a region marked by intense processes of urban expansion, configuring means, resource and identity*

**Keywords:** *Family Agriculture; Fair of the Roça; Sustainable Rural Development; Baixada Fluminense-RJ.*



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Lavoura permanente – Nova Iguaçu/RJ	52
<b>Tabela 2</b> Lavoura temporária – Nova Iguaçu/RJ	53
<b>Tabela 3</b> Lavoura permanente – Queimados/RJ	60
<b>Tabela 4</b> Lavoura temporária – Queimados/RJ	60
<b>Tabela 5</b> Lavouras permanentes – Japeri/RJ	65
<b>Tabela 6</b> Lavouras temporárias – Japeri/RJ	65
<b>Tabela 7</b> Agricultores feirantes x entrevistados por feira	82
<b>Tabela 8</b> Remuneração média semanal	86
<b>Tabela 9</b> Canais Curtos de Comercialização	86
<b>Tabela 10</b> Tempo em anos como agricultor	89
<b>Tabela 11</b> Local de produção x local de moradia	90

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Principais Circuitos Curtos de Comercialização direta no mercado	35
<b>Quadro 2</b> Relação de alunos inscritos, por ano e município, na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu de 2008 até 2015	46

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Mapa ilustrativo do movimento e expansão territorial do domínio das Cruzadas nos séculos XI a XIII	39
<b>Figura 2</b> Brasão e Hino Oficial da cidade de Nova Iguaçu-RJ	51
<b>Figura 3</b> Primeira carteirinha do produtor rural de Nova Iguaçu	55
<b>Figura 4</b> Primeiras barracas utilizadas pela Feira da Roça de Nova Iguaçu em 2006	56
<b>Figura 5</b> Mobilização dos agricultores feirantes na Praça Rui Barbosa	57
<b>Figura 6</b> Feira da Roça de Nova Iguaçu no estacionamento do Shopping Nova Iguaçu em 2017	58
<b>Figura 7</b> Inauguração da Feira da Roça de Queimados em 2010	62
<b>Figura 8</b> Atestado de Produtor Agropecuário emitido pela EMATER	63
<b>Figura 9</b> Feira da Roça de Japeri	71
<b>Figura 10</b> Feira da Roça de Japeri na caminhada ecológica Anda Japeri	74
<b>Figura 11</b> Categorias de análise x perguntas para os agricultores feirantes	77
<b>Figura 12</b> III Semana da Agricultura Familiar e 6º Aniversário da Feira da Roça de Japeri	96
<b>Figura 13</b> Aniversário da Feira da Roça de Nova Iguaçu e do Fórum da Economia Solidária	97

## LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

**AF** – Agricultura Familiar

**AFERJI** – Associação da Feira da Roça de Japeri

**AFERNI** – Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu

**AFERQ** – Associação da Feira da Roça de Queimados

**ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia

**APA** – Área de Proteção Ambiental

**APAVA** – Associação dos Produtores Agrícolas de Vista Alegre

**AS-PTA** – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

**BF** – Baixada Fluminense

**CEASA** – Centrais Estaduais de Abastecimento

**CCC** – Circuitos Curtos de Comercialização

**CCQ** – Centro Comercial de Queimados

**CIEP** – Centro Integrado de Educação Pública

**CMDR** – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

**CMNI** – Câmara Municipal de Nova Iguaçu

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**CREA** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

**EA** – Escolinha de Agroecologia

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IKA** – Instituto Kerigma Ambiental

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**ITERJ** – Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro

**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social

**MST** – Movimento dos Sem Terra

**NI** – Nova Iguaçu

**ONG** – Organização não Governamental

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**PESAGRO** – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PMJ** – Prefeitura Municipal de Japeri

**PMNI** – Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

**PMQ** – Prefeitura Municipal de Queimados

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PPGDT** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**RJ** – Rio de Janeiro

**RMRJ** – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

**SAU** – Superfícies Agrícolas Úteis

**SEAD** – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

**SEMADES** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**SEMADETUR** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo

**SEMAPE** – Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

**SEMDRAG** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura

**STR-NI** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu

**UFRRJ** – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I UMA DISCUSSÃO TEÓRICA</b>	<b>19</b>
1.1 Da noção de Desenvolvimento Rural à noção de Desenvolvimento Rural Sustentável	19
1.2 O agricultor familiar e as novas ruralidades	26
1.3 A Teoria dos Dois Circuitos Econômicos	31
1.4 Os Circuitos Curtos de Comercialização	33
1.5 Vamos falar de feira livre?	37
1.6 Encontros E Troca De Saberes: A Escolinha De Agroecologia De Nova Iguaçu	43
<b>CAPÍTULO II OS TERRITÓRIOS EM ESTUDO, A ORIGEM E HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DAS FEIRAS DA ROÇA NA CIDADE</b>	<b>50</b>
2.1 Nova Iguaçu e a Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu – AFERNI: a primeira experiência de Feira da Roça na Baixada Fluminense	50
2.2 Queimados e a Associação da Feira da Roça de Queimados - AFERQ	59
2.3 Japeri e a Associação da Feira da Roça de Japeri - AFERJI	64
<b>CAPÍTULO III A PESQUISA</b>	<b>75</b>
3.1 Aspectos Metodológicos	75
<b>CAPITULO IV O CAMPO: EXPRESSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS DA ROÇA</b>	<b>80</b>
4.1 Caminhos da Roça: percursos do trabalho de campo	80
4.2 Resultados da pesquisa: As Feiras da Roça como territórios de expressão da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense-RJ	82
4.2.1 Dimensão Econômica: Romaneio	83
4.2.2 Dimensão Cultural: uma questão de identidade	88
4.2.3 Luta e Resistência: a dimensão política das feiras	93

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve por objetivo estudar as Feiras da Roça de Nova Iguaçu, Japeri e Queimados como territórios de expressão da agricultura familiar na Baixada Fluminense (RJ). Mais do que uma estratégia de escoamento e comercialização da produção, investigamos as Feiras da Roça desses municípios como territórios rurais em uma região considerada extremamente urbana e industrial, estigmatizada por fatores de pobreza e violência local.

Como desdobramentos, trouxemos os seguintes objetivos específicos: descrever as Feiras da Roça em Nova Iguaçu, Japeri e Queimados; relacionar as Feiras da Roça da Baixada Fluminense como território de ruralidade no espaço urbano, identificando os aspectos culturais, políticos e econômicos; e ainda, discutir as contribuições da Feira da Roça, como expressões da agricultura familiar, para o desenvolvimento rural sustentável de Nova Iguaçu, Japeri e Queimados.

Para alcançar os objetivos propostos, partimos primeiramente de uma revisão bibliográfica sobre os temas pesquisados, levantamos dados secundários da produção agrícola municipal em sites oficiais como IBGE e EMATER-RIO, além de dados de fonte primária para a caracterização socioeconômica dos entrevistados. Ademais, o trabalho incluiu pesquisa de campo de junho de 2018 a janeiro de 2019, a fim de conhecer a dinâmica das feiras e seus participantes, onde foi realizada esta pesquisa qualitativa exploratória, com estudo de caso de inspiração etnográfica, incluindo observação participante nas Feiras da Roça dos três municípios, e, a realização de entrevistas semiestruturadas com 37 agricultores familiares, considerando as dimensões da noção de território (cultural/identidade, política e econômica) como categorias de análise.

Considerando o exposto, trouxemos como arcabouço teórico as noções de desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, território, e, mais especificamente, a contextualização histórica das ruralidades e das feiras que compõem o *locus* desta pesquisa.

Desenvolvida desde os tempos primitivos a agricultura pode ser considerada uma das atividades laborais mais antiga e mais importante realizada pelo homem, que tem por objetivo a produção de alimentos ou a criação de animais para seu consumo e sustento. Neste contexto, a agricultura familiar se destaca como toda prática de produção agrícola ou criação de animais que tem na família foco e centralidade. Compreendida como uma prática econômica, em que a família detém, ao mesmo tempo, os meios de produção, a gerência do empreendimento e a posse da terra (a propriedade), com reflexos no seu modo de vida e produção.

Na Baixada Fluminense a atividade agrícola sempre esteve presente. Ainda em seu período primitivo a região era ocupada por índios Jacutingas, que utilizavam suas terras para uma agricultura de subsistência, cultivando mandioca, principal produto da região presente até o momento. Além de outros produtos que mais tarde serviram à Coroa.

Baixada Fluminense é uma sub-região da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro composta política e administrativamente por treze municípios: Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Paracambi, Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis, Seropédica, Magé; Itaguaí e Guapimirim, responsáveis por abrigar mais de 3



milhões de pessoas, numa área de 2.807 Km<sup>2</sup>, com uma das maiores taxas de urbanização do país de 99,3%. Com uma concentração populacional bem densa, a região pode ser considerada uma das mais populosas do país com uma das maiores proporções de habitantes por Km<sup>2</sup> com 1.301 habitantes. Neste sentido é considerado o quarto maior mercado consumidor do país, mesmo que o rendimento médio salarial por trabalhador fique na faixa de um salário mínimo por habitante (IBGE, 2010).

Considerada região de contrastes, na Baixada Fluminense o morador ou visitante pode encontrar desde fortes representações de pobreza, miséria e violência a representações de luxo e ostentação, em áreas consideradas nobres e elitizadas. Entretanto, a Baixada Fluminense nem sempre foi assim. Até meados de 1940, a região vivenciou seus apogeu e tempos áureos de uma pujança econômica estabelecida em função da agricultura, advinda do cultivo da laranja. Mandioca, café e cana-de-açúcar também foram outras culturas produzidas na região durante a colonização portuguesa. Tudo isso só foi possível porque a região contava com importantes fatores de produção como terra fértil e abundância de água (SOUZA, 2006; ALEXANDRE, 2010; ROCHA, 2014; VICENTE, 2015).

O declínio da citricultura no final dos anos 1940 trouxe outra realidade para a região, que passou a experimentar profundas mudanças estruturais e econômicas, alterando completando sua história. As pequenas propriedades que serviam para o cultivo da laranja, como chácaras, quintais e fazendas, deram lugar a grandes loteamentos para fins de habitação, rompendo por completo com sua imagem rural de origem agrícola estabelecendo novas dinâmicas transformando a região de área rural para área urbana industrial (VICENTE, 2015).

Foram 21 loteamentos, divididos em 20.524 lotes para fins de moradia até 1929, e com o intenso processo de urbanização o número saltou para 1.168 loteamentos, divididos em 273.208 lotes até final de 1950. Além da questão dos loteamentos, o Estado interviu na região para a questão do saneamento básico, que tinha como objetivo eliminar os constantes alagamentos e doenças causadas pelas constantes enchentes locais. Foram construídas estradas, ferrovias, rodovias, indústrias, hospitais entre outros empreendimentos tornando a região mais desenvolvida e atrativa, tanto social quanto economicamente (MAIA & RODRIGUES, 2009).

Todo esse esforço de transformar uma região rural e “atrasada” numa região urbana e “desenvolvida” não foi capaz de extinguir uma das suas principais vocações econômica, a agricultura, e não foram suficientes para “expulsar” os agricultores que ainda permaneceram na região, atualmente responsáveis pelo cultivo de vários alimentos, como: aipim, banana, coco verde, quiabo, jiló, milho verde, berinjela, goiaba, feijão, maracujá, batata doce, limão, laranja, cana caldo e forrageira, chuchu, inhame, palmito, pimentão, abobrinha, alface, couve, pepino, cará, vagem entre outros. Comercializados tanto local quanto regionalmente na Baixada, representando o trabalho de mais de 2.558 agricultores e agricultoras de base familiar.

Em 2017, o setor agrícola na Baixada foi responsável pelo faturamento de mais R\$138.500.546,50 de acordo com os dados emitidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro empresa responsável por realizar o Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola no Estado.

Do início dos anos 2000 até o momento, nove dos treze municípios que compõem administrativamente a Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita, Magé, Duque de Caxias, Guapimirim, Seropédica e Paracambi reacenderam o discussão sobre a origem agrícola da região, ao instituírem as tradicionais Feiras da Roça em suas cidades com o objetivo de comercializar a produção agrícola local, colocando o consumidor em contato direto com produtor rural promovendo interações entre o mundo urbano e o rural.

A primeira Associação da Feira da Roça surgiu em 2006 no município de Nova Iguaçu, depois que os agricultores tiveram que deixar o galpão do Mercado Municipal do Produtor na cidade, usado como principal espaço de escoamento da produção local, para a prefeitura. Fazendo que os agricultores se mobilizassem para encontrar novas alternativas de mercado. A iniciativa de Nova Iguaçu deu tão certo que os agricultores dos municípios vizinhos se mobilizaram para instituírem suas Associações da Feira de Roça em Queimados (2010) e em Japeri (2011) funcionando até o momento (STRAUCH *et al.*, 2012).

A Feira da Roça ou Feira da Agricultura Familiar pode ser considerada um tipo de comércio de rua que por suas características sociais, econômicas e estruturais pode representar um importante canal de geração de trabalho e renda para o agricultor familiar na Baixada Fluminense. Uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável em contraponto aos padrões alimentares impostos na sociedade, construída sob a forma de uma alimentação padronizada e pouco diversificada.

De outra forma, as Feiras da Roça podem ser consideradas um importante território de promoção e preservação das tradições rurais favorecendo a autogestão, e, o estabelecimento da identidade cultural e política do agricultor, possibilitando a produção de novos sentimentos, contribuindo para a construção de novos componentes centrais ao desenvolvimento local: o ser humano. Neste sentido, a Feira da Roça além dos produtos, coloca o agricultor familiar como cerne do discurso, colocando também à disposição uma variedade de produtos típicos locais recheados de atributos culturais e ecológicos únicos da região (SAQUET & MEIRA, 2017).

Com vistas a investigar tais expressões e territórios da agricultura familiar na Baixada, essa pesquisa de mestrado ficou dividida em cinco partes. Além desta **Introdução** teremos a apresentação de mais três capítulos, e as considerações finais do trabalho.

No **primeiro capítulo**, apresentaremos o referencial teórico da pesquisa, abordando os principais conceitos e autores sobre a temática desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável, considerando que tal conceito seria de extrema importância e de constante evolução na sociedade.

Ainda neste capítulo, adentraremos as questões sobre o mundo rural e os agricultores, considerando o conceito de agricultor familiar, suas representações sociais e as novas ruralidades. Em seguida, abordaremos os conceitos relacionados aos aspectos econômicos dos circuitos curtos de comercialização, e, a história de origem das feiras livres.

Encerraremos o capítulo abordando outro espaço de encontros e troca de saberes entre dos agricultores feirantes e a sociedade: a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. Neste espaço do conhecimento os agricultores advindos principalmente da Baixada Fluminense,

podem fazer cursos e aprimorar seus conhecimentos a fim de baratear os custos de produção e melhorar as vendas através de práticas utilizando princípios agroecológicos nas propriedades.

No **segundo capítulo**, apresentaremos a história de formação e de criação das Feiras da Roça, além de contar um pouco sobre a história de formação dos municípios/territórios em estudo.

No **terceiro capítulo**, contextualizaremos os caminhos metodológicos da pesquisa, incluindo as noções de pesquisa qualitativa, exploratória, estudo de caso e as dimensões norteadoras do roteiro e análise quanti-quali das entrevistas semiestruturadas.

No **capítulo quatro**, discutiremos os resultados da pesquisa. O desenrolar dos resultados do campo, obtidos a partir das visitas realizadas nas feiras e das observações e conversas com os agricultores feirantes. A aplicação do questionário de pesquisa para coleta de dados *in loco*, através de perguntas abertas e fechadas, com foco nos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos da feira, analisando de que forma contribuem para o desenvolvimento rural sustentável do agricultor fortalecendo seu trabalho e territorialidades reacendendo discussões sobre a relação rural/urbano na região que já foi considerada um importante polo produtor de alimentos.

Encerraremos a pesquisa, na última parte do trabalho, com a elaboração das **Considerações Finais** sobre o estudo.

# CAPÍTULO I UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

## 1.1 Da Noção de Desenvolvimento Rural à Noção de Desenvolvimento Rural Sustentável

A noção de desenvolvimento rural no Brasil vem sofrendo mudanças e transformações ao longo do tempo. A natureza da mudança segue vários padrões ou motivos. No entanto, Navarro (2001) aponta como principais dois deles: a própria conjuntura e condicionamento imposto pelo desenvolvimento geral da economia, e, os fatores e influências político-econômicas impostas às famílias agrícolas no desenvolvimento das atividades rurais que elas desempenham.

Delgado (2009) afirma que até os anos de 1970 o termo desenvolvimento era sinônimo de modernização e rural era sinônimo de agrícola. Entre os anos de 1980 e 1990, desenvolvimento rural passou a ser considerado desenvolvimento agrícola ou agrário, pós-globalização dos anos 1990 e as constantes preocupações com os recursos naturais e o meio ambiente, o conceito de sustentabilidade entrou em debate nas agendas de elaboração de políticas públicas que o termo desenvolvimento rural passou a ser direcionado para desenvolvimento rural sustentável por conta dessas preocupações (NAVARRO, 2001).

Silva e Botelho (2014) explicam que o processo de desenvolvimento rural no Brasil, via modernização agrícola conservadora entre os anos de 1960-70, período composto pela ditadura militar, foi considerado um processo ambíguo de ambição e necessidade para o país, pois o mesmo buscava atender, ao mesmo tempo, os interesses do capital estrangeiro e da nação, pelo processo de diversificação e complexificação do parque industrial brasileiro que se completa com o Plano de Metas do governo já no final dos anos 50.

Ambicioso no sentido de atender os interesses de determinados grupos econômicos, ávidos por um novo modelo de desenvolvimento, que privilegiasse o aumento da produtividade para atender a geração de divisas (exportações). E, necessário pela busca de conquistas para o campo, com adoção de novas tecnologias com o propósito de conquistar maior produtividade da terra e do trabalho, viabilizando o processo de substituição de importações, abastecendo o mercado consumidor interno e possibilitando a oferta de produtos (matéria-prima) para as indústrias.

Cabe ressaltar, que esse dinamismo econômico denominado modernização agrícola conservadora veio acompanhado de maior concentração da terra, maior desigualdade social e maior exclusão no campo. A tendência acabou mostrando que agricultores não-modernizados ficaram à margem do sistema e do progresso. Na prática resultou no desaparecimento ou mesmo na precarização da produção desses agricultores que não se encaixaram gerando desequilíbrios regionais (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

O processo de modernização do campo no país possibilitou o aumento da produção e da produtividade agrícola do mercado interno, aumentando assim a oferta de alimentos, contudo seus efeitos positivos foram percebidos e propícios apenas ao mercado externo,

produzindo mais e com maior diversidade (introdução de novos produtos), direcionado aos anseios da Balança Comercial brasileira com produtos para exportação (DELGADO, 2009).

Buainain *et al* (2013), critica este novo padrão brasileiro de produção agrícola, pois introduziu o capital e todas as suas formas no centro do desenvolvimento agrícola e agrário, rebaixando o papel e valor das terras e, colocando a produção e as rendas agropecuárias da época dependentes dos crescentes investimentos em infraestrutura, insumos, máquinas, equipamentos e tecnologias. Além de investimentos em recursos ambientais e humanos (treinamento e capacitação) na geração e acumulação de riquezas. O pequeno agricultor com todo seu capital social e cultural (conhecimento e tradições) se viram em desvantagem, sendo obrigado a investir cada vez mais em capital de giro, inovações tecnológicas e em insumos produtivos para manter-se ou introduzir-se nesse novo sistema produtivo, porém inóspito cada vez mais concorrencial.

Se por um lado o país internacionalizou a economia pela agricultura (as exportações), por outro as contradições e desigualdades sociais no campo se aprofundaram mais. Observando apenas os impactos gerados pelas políticas públicas desse novo processo de desenvolvimento rural, esse período serviu mais para o atendimento dos interesses e anseios dos projetos agrícolas neoliberais (agronegócio) do que os interesses de uma parcela da população rural (agricultor familiar) desejosa de um modelo mais democratizante de agricultura (DELGADO, 2009).

Nos últimos anos conceito de desenvolvimento rural tem sido direcionado e interpretado como desenvolvimento local, transferindo para o território o foco e destinação das políticas públicas orientando o processo para a reconstrução de novas bases econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento face às limitações e lacunas intrínsecas deixadas pelo paradigma produtivista da modernização (SCHNEIDER, 2004).

A abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas deva ser o espaço de ação onde elas acontecem ou estão inseridas, sem deixar de observar as múltiplas dimensões do desenvolvimento como a social, o econômico, o político e o ambiental. Neste sentido, o conteúdo desse espaço de desenvolvimento passa a ser o território. Mas não apenas no entendimento teórico e abstrato das ações, mas na perspectiva de que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. O território passa a emergir como nova unidade de referência para a atuação do Estado e da regulação de políticas públicas passando a ser agente de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para os objetos, as atividades e os processos econômicos (SCHNEIDER, 2004).

Nas concepções de Sabourin (2002), o enfoque territorial do desenvolvimento rural busca considerar a valorização coletiva e negociada das potencialidades locais ou regionais, chamadas de atributos locais ou ativos específicos, associando políticas de desenvolvimento rural (local ou regional) com a noção integradora e espacial da construção de território. Trata-se de considerar ao mesmo tempo (global, ampla, específica e localizada) as condições, os fatores, as dinâmicas locais e as mudanças produtivas e socioeconômicas nesse processo.

Neste contexto, trazemos e adotamos<sup>1</sup> o conceito multidimensional de território expresso por Haesbaert (1997), que entende o território, a priori, como sentimento de pertencimento, permeado não apenas por valores materiais, mas, sobretudo por valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Em sua definição, porém, identificamos perspectivas políticas que delimitam o território como espaço de poder. A cultural que remete a subjetividade fundamentada na identidade social do espaço. E, a econômica, que se relaciona com a produção socioeconômica do capital e do trabalho, caracterizando o território como um espaço político, cultural e econômico.

O novo enfoque de investigação passa a ser da apropriação do espaço e dos recursos, na construção de sistemas produtivos localizados, ainda pouco explorados, e deve considerar um novo olhar sobre a relação campo-cidade, indo além das próprias aspirações socioculturais ligadas a essa nova noção de território, considerando também, as formações de redes, as relações de proximidade e reciprocidade camponesa, a cultura, o capital social, os valores éticos, o uso do espaço, entre outros.

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao “rural estritamente falando” – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo –, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo (NAVARRO, 2001, p.97).

Neste novo contexto do desenvolvimento rural/local quem ganha especial importância é o agricultor familiar que passa a orientar suas práticas produtivistas segundo o padrão agricultor-empresário profissional, mas, crescentemente, para o modelo de agricultor-camponês, considerado autônomo, que domina tecnologias, toma decisões, controla processos e decide sobre sua produção e renda, representando uma estratégia de sobrevivência desenvolvida pelas unidades familiares rurais que buscam através dos seus esforços e disposição incrementar as possibilidades de garantia da produção (SCHNEIDER, 2004).

Do ponto de vista político, Geraldi (2012) argumenta que a descentralização e territorialização das políticas públicas de desenvolvimento rural no país transferiram para a escala local a responsabilidade de promovê-las, introduzi-las e implantá-las, colocando os municípios em evidência à medida que as municipalidades devam se enquadrar nos novos critérios nacionais de definição de políticas públicas, provocando uma verdadeira competição entre eles na busca por investimentos, públicos ou privados, estruturais ou financeiros sujeitando-se (de qualquer forma) aos interesses hegemônicos do capital.

Neste sentido, Brandão (2012) tece críticas ao modelo de “pensamento único” que invadiu as novas formas de agir, pensar e gerir os processos de desenvolvimento territorial/regional/urbano e local nos últimos tempos, que nega e despreza a natureza das escalas locais neste processo, colocando um fim nas escalas intermediárias do local para o global. Com isso, ocorre uma valorização do território, que o autor denomina de “dimensão

---

<sup>1</sup> Utilizamos como referência de território adotada neste trabalho as dimensões de Haesbaert (1997) e o caráter simbólico empregado por Raffestin (1993) como meio, recurso e identidade para compreender as Feiras da Roça como território rural. Assim, esta referência será retomada ao longo da dissertação.

espacial da produção do desenvolvimento”, provocando uma banalização das questões de natureza estrutural, históricas e dinâmicas, direcionando-as para o lugar-comum, cristalizadas sob a perspectiva de que o local teria poderes ilimitados para o desenvolvimento: “o local pode tudo” bastando “vender-se” de forma especial e diferente ou apresentando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência e amenidades, para que tal ação fosse suficiente na garantia de sua inserção no mercado nacional ou internacional, dependendo única e exclusivamente de sua própria “vontade de autoimpulso” e promoção do desenvolvimento endógeno, se tornando exemplos a serem seguidos por outros locais ou regiões que quisessem replicar tais experiências (BRANDÃO, 2012, p.38).

Ora o local se apresenta como “entidade do futuro”, à mercê de uma razão instrumental avassaladora, ora se cai no anacronismo de proclamar o ressurgimento de um agrupamento comunitário e solidário, baseado em relações de reciprocidade, em que as relações mercantis foram subordinadas pelo consenso cívico e cidadão, em que parece não haver lugar para conflitos. Ora há estrutura sem sujeito, ora sujeito sem estrutura” (BRANDÃO, 2012, p.42-43).

Neste sentido, as políticas públicas entrariam em cena como um esforço ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade e da exclusão social, como base para um “*novo referencial*” de atuação do Estado, principalmente no campo social, fortalecendo as potencialidades locais através de projetos de desenvolvimento rumo ao progresso local.

Considerando esses novos pensamentos das potencialidades locais, os termos desenvolvimento e progresso teriam o mesmo significado? Fomos em busca de repostas que discutiremos a seguir.

Segundo Almeida (2009) a noção de progresso e desenvolvimento são conflituosas entre si, e, a ideologia do progresso associada a ideia de evolução e crescimento entre os séculos XVII e XX já não se aplica mais nos dias atuais de forma geral a todos os povos ou nações. A análise social do termo coloca em cheque a coexistência do conflito entre civilizações onde a dominação se torna uma relação mais frequente que a solidariedade, sendo, em muitos casos, fonte de miséria e opressão. A noção de progresso não se restringe ao campo das ciências sociais, mas refere-se às noções de melhores condições de vida como a liberdade política e o estado de bem-estar econômico.

Já a noção de desenvolvimento remete às questões sociais e mentais propriamente ditas, explicitando todas as formas e dimensões do termo no nível social, político, econômico e cultural da sociedade, evidenciando que essas dimensões podem interagir, reciprocamente de forma positiva, pois desenvolver-se seria algo a seguir na direção ascendente do mais e do melhor (ALMEIDA, 2009).

Uma reflexão importante apontada pela autora seria a de que esta analogia poderia ter caráter falso, a medida que se preserve apenas a visão do desenvolvimento pelo viés socioeconômico, voltado necessariamente para uma construção de futuro de forma evidente, universal e uniformizante, como um bem para todos os lugares. No lugar das originalidades locais se exprimirem e se fortificarem, haveria um modelo idêntico que se propagaria, em detrimento às diferenças e situações de regime ou cultura local presente. Neste sentido, a autora diz que

Essas noções de desenvolvimento agrícola e rural, portanto, conservam uma significação restrita: primeiro, porque as operações reconhecidas como “de desenvolvimento” referem-se quase que apenas àquelas da produção; em segundo, porque os organismos e instituições, oficialmente designados para promover as ações de desenvolvimento, somente reagrupam o conjunto de organismos que se dedicam ao desenvolvimento (econômico, geralmente). Na prática, entretanto, os institutos técnicos, as cooperativas, as ONGs, entre outras, também participam através de suas atividades na difusão de novas técnicas de produção, de comercialização e de gestão. Mesmo que muitas vezes seu papel não seja reconhecido e financiado oficialmente, elas são parte integrante do desenvolvimento agrícola e rural. Os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se da ampliação de *clientela do desenvolvimento*, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os “retardatários da modernização” (ALMEIDA, 2009, p. 40).

De acordo com Schmit (1995) citado por Almeida (2009, p.41) a noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Para Acsehrad (2009, p. 27-56) a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas, e para se afirmar se uma coisa ou prática é sustentável ou não precisamos recorrer aos atributos da comparação entre dois momentos situados no tempo: o passado e presente; e o presente e futuro. “É sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras de sustentabilidade no futuro”. Entretanto, esse também se revela um discurso questionável quando tenta reconstruir o presente à luz dessas supostas exigências (políticas) do futuro: “é preciso crescer para depois distribuir”, “sacrificar agora para conquistar depois”, “estabilizar a economia para depois crescer”. Os riscos são maiores quando se sabe que os que ocupam posições dominantes no espaço social, também estão em posição dominante no campo da produção de ideias e representações.

Pós-relatório de Brundtland em 1987 as noções sobre sustentabilidade têm contraído força e notoriedade, visto como um movimento que tem por objetivo uma nova crença destinada a substituir a ideia de progresso, como um novo princípio organizador do desenvolvimento, centrado na sociedade, capaz de transformar instituições dominantes (ACSELRAD, 2009).

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou Eco-92 realizada no Rio de Janeiro, revelou que a noção de sustentabilidade vem ocupando cada vez mais espaço nos debates quando se trata de desenvolvimento, como uma noção de tudo que se possa recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias. No entanto, o que prevaleceu até o momento foram expressões interrogativas interpretadas ainda como “um princípio ainda em evolução”, “um conceito infinito”, “poucos sabem o que é”, e “que requer ainda muita pesquisa”. Esta suposta imprecisão do conceito sugere que não há uma hegemonia estabelecida para compreendê-lo. Se a sustentabilidade for vista como algo bom, desejável e consensual, a definição que prevalecerá para o seu termo irá construir autoridade para



discriminar, em seu nome, as boas práticas (sustentáveis) das práticas ruins (insustentáveis) (ACSELRAD, 2009, p 28).

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) no que se refere ao termo desenvolvimento rural sustentável, o território passa a ter destaque, à medida que se estabeleçam objetivos a serem alcançados no que tange ao desenvolvimento sustentável, que levem em consideração aspectos como: o Fortalecimento da Gestão Social como possibilidade de consolidar espaços de discussão sobre os rumos do desenvolvimento orientando a iniciativa de diferentes atores; o Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação que são instrumentos eficazes de emprego do capital social gerado em um território a partir das relações humanas e sociais, que o transforma em instrumento de otimização das iniciativas coletivas, rumo à formulação, à implementação e à gestão de planos de desenvolvimento sustentável; a Dinamização Econômica nos Territórios esse componente também está centrado no espírito de participação, confiança, solidariedade e cooperação. É sobre ele que se articulam as redes de cooperação, a concepção de cadeias e de arranjos produtivos, agrupamento de setores e de empresas, criação de distritos industriais e agroindustriais, necessários à construção de uma visão integrada de desenvolvimento produtivo, competitividade, interdependência e cooperação; e a Articulação de Políticas Públicas é a possibilidade de articulação interinstitucional e está diretamente ligada à capacidade de gerar um ambiente inovador para o desenvolvimento sustentável, por meio do acesso a serviços e a recursos que possam materializar, no território, os resultados do trabalho, garantindo tanto a geração de riqueza quanto sua apropriação mais equitativa.

Estes objetivos visam o aprimoramento das capacidades e habilidades dos atores na realização da gestão compartilhada do desenvolvimento, dentro dos princípios da gestão social. Enquanto política pública o plano visa orientar a elaboração de diretrizes, estratégias e compromissos realizados no futuro visando ao desenvolvimento (rural) sustentável no território (MDA, 2005).

Nesta medida que a noção de território será tratada nesta pesquisa. O entendimento do termo desenvolvimento rural sustentável como algo que envolva a dimensão econômica, política e cultural das dinâmicas sociais que animam o território.

Uma das principais políticas públicas de incentivo à agricultura familiar nos últimos anos refere-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Trata-se de uma política pública brasileira vinculada territorialmente aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR, de geração de renda para o agricultor familiar ou assentado da reforma agrária. O programa conta com uma linha de crédito, com as menores taxas de juros do mercado, objetivando o financiamento ou custeio da safra ou de atividades agroindustriais do agricultor em projetos individuais ou coletivos como investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura, para produção ou serviços agropecuários.

Para ter acesso à política o agricultor precisa estar com o CPF regularizado e estar livre de dívidas. Atendidos esses critérios, o agricultor familiar pode procurar um Sindicato Rural ou Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER/EMATER) mais próxima à sua propriedade, e obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual da família e das atividades agrícolas que explora, direcionando linhas

de crédito específicas que o agricultor tiver direito. No caso de assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ou uma Unidade Técnica Estadual - UTE mais próxima para ter acesso ao programa.

Abramovay (1998) afirma que os critérios de seleção dos agricultores ao programa, tendem a eliminar os possíveis agricultores incapazes de oferecer garantias ou contrapartidas financeiras ao seu pagamento. Mesmo que apresentem projetos economicamente viáveis. As consequências desses critérios seria a quantidade irrisória de agricultores que de fato acessam a política, mesmo sendo direcionada especificamente para eles.

Além do PRONAF, outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural dos pequenos produtores foram implantadas como: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PNAE é uma política de caráter complementar para a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Seu objetivo seria a oferta de alimentos diversificados e de qualidade oriundos da produção de base familiar, promovendo educação alimentar e benefícios nutricionais nas escolas da rede pública de ensino, entidades filantrópicas ou ainda entidades comunitárias conveniadas com o governo. O repasse acontece através de transferências diretas de recursos da união para os estados ou municípios, baseado em dados do Censo Escolar do ano vigente para o acesso cabendo a sociedade civil, os Conselhos de Alimentação Escolar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União e Ministério Público a fiscalização dos repasses (MDA, 2017).

Já o PAA é uma política pública que tem por objetivo o enfrentamento da fome e da pobreza no país. Visa o fortalecimento da agricultura familiar através de mecanismos de comercialização e aquisição direta da produção de base familiar, assentados da reforma agrária, além de comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais no Brasil.

Parte do que é produzido pelo agricultor é adquirido diretamente pelo governo, sem licitação, com limite anual de preços, para dois fins: formação de estoque e doação simultânea à populações em estado de vulnerabilidade social, distribuídas por entidades sócio assistenciais governamentais por meio de cestas básicas. A distribuição ainda pode ser feita à restaurantes populares, bancos de alimentos ou cozinhas comunitárias (MDA, 2017).

Além das políticas públicas supracitadas, nos últimos anos a agricultura familiar conquistou certo destaque por meio da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 1999; a Secretaria Especial de Agricultura Familiar em 2001; a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais nº 11.326/06 onde reconhece o agricultor familiar como categoria social (BRASIL, 2006; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Dessa forma, a noção de cultura/identidade do agricultor familiar, implícita na noção de território, demanda a caracterização desse ator social que discutiremos a seguir na próxima seção desta pesquisa.

## 1.2 O Agricultor Familiar e as Novas Ruralidades

O agricultor familiar no Brasil pode ser considerado um personagem político na história rural brasileira. Protagonista da sua própria história e construção social rompeu com os tradicionais modelos de produção, considerados atrasados e ineficientes para nossa época, e passou a utilizar novos e mais modernos meios de produção, porém com algumas tradições e continuidades.

Sujeito autônomo possui identidade política própria, reconhecida não por um mero jogo político ou jurídico, mas pautado por determinações de leis, decretos ou políticas públicas, uma identidade política complexa baseada no processo de construção de grupos e categorias sociais, historicamente desprezadas e inferiorizadas pela sociedade, mas que lutaram por reconhecimento e respeito, tanto perante o Estado como frente a indivíduos e outros grupos sociais (PICOLOTTO, 2011).

As categorias sociais de luta se constituem a partir das experiências concretas de sua produção. A luta por reconhecimento social são lutas moralmente motivadas por um grupo, na tentativa de estabelecer critérios de institucionalidade e cultura, de forma a ampliar o reconhecimento mútuo, pelo qual se venha estabelecer transformações normativas geridas pela sociedade (THOMPSON, 1981; e HONNETH, 2009). A agricultura tem papel importante na composição geral da economia brasileira que até os dias atuais, mesmo o país tendo passado de economia agroexportadora para industrializada, tem nos atuais modelos de produção ações pautadas para a exportação. O campo se revolucionou através de máquinas, equipamentos e novas tecnologias produziram novas formas de plantar e de colher, porém tal mudança não se estabeleceu de forma justa e igual para todos, afetando negativamente o pequeno produtor rural de forma profunda, a medida que este não pode acompanhar as revoluções do campo, trazendo consequências negativas tanto para sua família quanto para seus meios de produção.

Por lei, a agricultura familiar pode ser definida como toda prática de atividade realizada no meio rural; tendo por direção do estabelecimento ou empreendimento a família; que utilize, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades, tendo percentual mínimo de renda oriundo dessas atividades econômicas, não tendo a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006).

Wanderley (1996) considera o modelo de agricultura familiar como um modelo de produção estratégico, tendo a família por centralidade, compreendida como uma atividade econômica em que a família é, ao mesmo tempo, trabalhadora e proprietária da terra, dos meios de produção e da gestão do empreendimento. Neste sentido, a autora salienta que esses fatores não são requisitos meramente artificiais ou superficiais à atividade, mas são critérios essenciais à produção e ao trabalho, com efeitos e consequências sobre o modo de vida, ação

e produção desta família. Ou seja, é a relação com a terra<sup>2</sup> que caracteriza a identidade do agricultor familiar.

No artigo *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000) tece reflexões e apontamentos sobre as novas transformações sofridas pelo mundo rural no que a autora considera como surgimento de uma nova sociedade moderna e avançada, analisando que, mesmo diante de tanta modernização o agricultor familiar e todo meio rural que ele se insere precisa ser considerado como categoria social importante, especialmente no que tange às relações sociais entre campo e cidade, além da própria agricultura e das novas expressões de ruralidade.

O desenvolvimento agrícola constitui um dos elementos constitutivos do desenvolvimento rural, que, por sua vez, é a base das políticas de desenvolvimento local/territorial, sempre que a “trama espacial” é rural. Por conseguinte, o setor agrícola deve adequar-se às novas exigências do desenvolvimento rural, de forma a assegurar, ao mesmo tempo, uma oferta de empregos, em níveis satisfatórios, à população rural, a segurança alimentar e a garantia da qualidade dos produtos, tudo isto, sem prejuízo da proteção ambiental (WANDERLEY, 2000, p.119).

Neste sentido, a autora destacou três definições importantes sobre os agricultores familiares que destacamos neste trabalho como os agricultores territoriais, os agricultores multifuncionais e os agricultores pluriativos.

Os agricultores territoriais seriam aqueles cuja utilidade social não é medida pelo valor de sua produção, mas pela reconquista dos territórios, função anteriormente abandonada em razão da concentração/intensificação da produção agrícola. Para esses o território se constitui em elemento base da própria existência da agricultura, considerado como território espaço fundamental para sua reprodução e desenvolvimento. O território passa a ser usado como lugar de articulação político-social, de integração da agricultura com o sistema social e econômico global, de integração da agricultura com os mercados nacionais ou internacionais, de integração com o Estado entre outras coisas. Isso dito, o desenvolvimento da agricultura estaria ligado à capacidade individual ou coletiva dos agricultores territoriais explorarem potencialidades locais oferecendo produtos de qualidade vinculados à própria identidade camponesa, como forma de diferenciação, os produtos da roça ou da agricultura familiar, relacionando produto e território, modo de vida e produção, tradições, cultura e identidade (WANDERLEY, 2000).

Cabe ressaltar, que mesmo em locais onde a agricultura familiar pode ser considerada minoria ou economicamente frágil, ela resiste e permanece real e simbolicamente expressiva, delimitando, no próprio território, onde começa ou onde termina o espaço rural. No Brasil as superfícies agrícolas úteis (SAU) ainda representam a maior parte do território nacional, mesmo tendo sua importância econômica diminuída. Já com relação aos agricultores locais essa representatividade e importância não podem ser diminuídas, principalmente por sua relevância na sociedade a partir da construção e fixação das paisagens rurais, da guarda e

---

<sup>2</sup> Em consonância, trazemos a relação de produção e identidade deste agricultor e sua terra questão de pesquisa no roteiro de entrevistas e como conteúdo de análise dos resultados que apresentaremos no capítulo IV.

manutenção de tradições, costumes e culturas locais, além da sua própria relação com o campo e o trabalho nas práticas agrícolas tradicionais (WANDERLEY, 2000).

Definido pela autora, o agricultor familiar multifuncional seria aquele que melhor se desenvolveria e se aperfeiçoaria nas práticas e habilidades técnicas profissionais, desenvolvendo novas competências e habilidades em face às novas exigências da atividade agrícola e não agrícola no mercado que se expande no meio rural.

Neste aspecto, a autora considera que este fenômeno refere-se a um dos maiores desafios para a agricultura familiar na atualidade, pois implica na reconstrução de sua própria identidade. O agricultor familiar, um dos atores sociais mais antigos do mundo, pode ser considerado o profissional que mais sofreu transformações e mudanças ao longo dos últimos anos, tanto nos aspectos trabalhistas, como nos aspectos das novas formas de produção, como: o cálculo do peso das rações dos animais, os insumos, novas formas de gestão e administração da propriedade, entre outras coisas exigiu desse trabalhador novas técnicas e novos conhecimentos nas áreas de contabilidade, informática e tecnologias da informação para se adaptar ao campo. Uma agricultura familiar multifacetada que adotou novas estratégias de sobrevivência e um novo modelo de agricultor familiar “empresário”.

Com efeito, nas condições modernas da produção e do mercado são necessários ao agricultor: “conhecimentos culturais, pedológicos, veterinários, genéticos, administrativos, comerciais, mecânicos, até mesmo de informática etc. Trata-se, sem dúvida, de um perfil profissional “antípoda da concepção fordista-taylorista do trabalho, que esvazia toda forma de saber, toda intervenção responsável e refletida (WANDERLEY, 2000 *apud* BOURG, 1990, p.122).

Neste contexto, o que podemos perceber no meio rural são agricultores sendo levados a adotar um perfil mais empresarial, caracterizado pela presença constante de situações adversas tanto no campo pessoal como no agrícola, impostas por um mercado cada vez mais competitivo exigindo desses agricultores posicionamento e conhecimento antes não exigidos com efeito sobre a transformação e comercialização dos produtos, com o objetivo de ampliar e conquistar novas possibilidades de desenvolvimento dentro e fora das propriedades.

Na concepção de Schneider (2001, p.10) a distinção entre agricultores pluriativos e não-pluriativos está assentado sobre o tipo de atividade que eles exercem podendo ser entendida como aquela em que pelo menos um de seus membros está ocupado em atividade estranha à atividade agrícola. Desta forma, entendemos que fazer esta distinção não é tarefa fácil, em função da grande variedade de situações e atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras no meio rural. Com a introdução de novas atividades agrícolas e não-agrícolas novos contornos e novos sentidos se revelaram à atividade, tendo por consequência a redução de possíveis diferenças entre as relações entre o rural e o urbano.

Os espaços rurais passaram a ser objeto de desejo das populações urbanas com a possibilidade de usufruírem o que se tem de melhor em relação à qualidade de vida e descanso que o meio rural pode oferecer como paisagens, produtos e serviços, sendo comum encontrar moradores dos espaços urbanos morando ou se hospedando em espaços rurais. Por outro lado, a tendência de moradores dos espaços rurais ocuparem espaços urbanos para morarem ou trabalharem também foi já observada com o objetivo de consumirem suas vantagens e comodidades locais (KAGEYAMA, 2004).

As novas configurações de mercado tentam desfazer a dicotomia entre campo-cidade como territórios estanques e associá-los a territórios contínuos produtivos, plurais e dinamizadores, integrando diferentes relações colaborativas e inovadoras que envolvam todo o território, produzindo novas teias de diferenciação entre produtos, serviços e fluxos econômicos. A natureza multifuncional do espaço rural pode ser alvo de mudanças, ainda que a agricultura continue sendo o eixo principal da atividade e do modo de vida e produção do agricultor. Porém, a atividade sozinha, já não da conta de ser a única fonte de renda e energia do agricultor que precisa se ocupar de novas atividades consideradas não-agrícolas colocando o agricultor cada vez menos restrito ao processo de cultivo e produção, abrangendo outras possibilidades de trabalho como, o artesanato; o processamento de produtos naturais; a administração da paisagem; o turismo rural; as atividades ligadas à conservação e proteção da natureza, entre outras lhe conferindo novos significados (KAGEYAMA, 2004; GRAZIANO DA SILVA, 1999; CARNEIRO, 2002; 2012).

Essa estratégia pode significar tanto um mecanismo da estratégia de reprodução social de famílias sem condição de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola, quanto também pode expressar uma mudança no padrão de exploração agrícola. Associada, sobretudo, às atividades de serviço, a pluriatividade, agora combinada à noção de multifuncionalidade, alimenta a discussão sobre as características da ruralidade nos dias atuais (CARNEIRO, 2002, p. 225).

A relação do agricultor com a terra e sua própria identidade rural local é colocada em cheque diante das novas realidades e dos novos desafios enfrentados pelo agricultor familiar “modernizado” produzindo novas reflexões e significados, entendidas aqui como novas ruralidades.

De acordo com Carneiro (2002), existem dois fatores principais que têm contribuído bastante para introdução dessa nova noção de ruralidade. O primeiro seria a ampliação da capacidade de locomoção e mobilidade urbana dos próprios produtores rurais com a melhoria das estradas, dos serviços de transporte público, do acesso a veículos próprios entre outras coisas. O segundo aponta para a expansão dos meios de comunicação e informação.

Com o advento da televisão, do telefone e da internet o meio rural pode encurtar distâncias e sair de seu isolamento territorial, interagindo com o meio urbano através de uma variedade de tipos de divulgação por mensagens, imagens ou vídeos, contribuindo para o estreitamento relacional.

A transformação do espaço rural em espaço de lazer e turismo mudou a percepção que as pessoas tinham sobre ele, gerando representações sociais não mais como lugar de atraso, através de discursos de desqualificação local. Mas, um lugar de valorização da cultura, das tradições, da natureza e do próprio modo de vida do agricultor.

A autora explica que essas novas ruralidades produziram um fenômeno reconhecido como pluriatividade rural, especificamente no que tange às novas formas de reprodução social do agricultor.

Entretanto, tece críticas ao modelo pluriativo brasileiro reconhecendo que o baixo preço da mão-de-obra rural ainda pode ser considerado elemento crucial do redirecionamento dos membros da família agrícola para atividades não-agrícolas. Aos pouco a atividade

agrícola vai se transformando em um complemento à renda através do consumo direto e da comercialização dos produtos em pequena escala, neste caso podemos citar as feiras livres ou outros canais curtos de comercialização direta nas propriedades (CARNEIRO, 2002).

Não obstante, não podemos ignorar que a modernização agrícola conservadora incidiu seu poder negativo sobre o campo, especialmente no que se referiu à geração de emprego. Entretanto, as novas realidades a permanência do homem no meio rural dependeu muito da sua própria adoção de estratégias de sobrevivência que incluíram no pacote, o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas. Reconhecer e valorizar o trabalho do produtor familiar neste contexto trata-se de matéria fundamental numa economia local, como fonte dinamizadora de valor do homem do campo evitando o êxodo rural (KAGEYAMA, 2004; SCHNEIDER, 2010).

Em outras palavras, o novo rural brasileiro pós-modernização emergiu sob novas realidades econômicas e demográficas, caracterizadas, fundamentalmente, pela redução das diferenças entre campo e cidade, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho. Exige-se desse novo agricultor capacidade empreendedora e inovadora responsável por uma diversificação social e produtiva, que consiga combinar atividades agrícolas e não-agrícolas no seu cotidiano, de forma a promover a integração intersetorial e interespaçial desse agricultor no novo contexto social mercadológico: produtor/consumidor (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Neste contexto, surge a figura do agricultor pluriativo que busca estratégias (espaços e mecanismos) não apenas para subsistir, mas para resistir e se reafirmar como produtor e organizador do trabalho (SCHNEIDER, 2001)

Essa inserção plural do agricultor e parte de sua família no mercado de trabalho não-agrícola, estimulou a promoção de trocas frequentes entre bens materiais e simbólicos. Entre as interações entre o campo e a cidade. Ocupações econômicas, maneira de vestir, de morar entre outras especificidades não são mais suficientes para distinguir a origem urbana ou rural dos indivíduos. As novas ruralidades provocaram o encontro de três principais vertentes: a que orienta o cuidado e preservação do meio ambiente; a que orienta a necessidade de garantir as condições de permanência e viabilidade da própria agricultura; e por último a que orienta o resgate, a valorização e a preservação do patrimônio cultural rural gerado pelas tradicionais famílias nos territórios. Desse encontro resultaram políticas de interação e estímulo à sociabilidade, visando a manutenção ou enriquecimento do tecido social local.

A noção de multifuncionalidade da agricultura passou a reforçar o sentido de espaço, como forma de adesão a esses novos contratos estabelecidos entre o Estado e as pessoas.

Esse novo tecido social se expressa na multiplicação de novas redes sociais, e se divide na nova noção de ruralidade, onde o território adquiriu novas dinâmicas e dimensões ao desenvolvimento, centrado não apenas na produção agrícola, mas nas múltiplas funções da agricultura. Servindo de base para a promoção de políticas voltadas ao fortalecimento da cultura/identidade rural, a partir do cruzamento multidimensional expressos no território (CARNEIRO, 2002).

Dessa forma, retomaremos os estudos sobre a multidimensionalidade do território em Haesbaert (1997; 2011), Raffestin (1993) e Santos (1979; 2002; 2016) para entendermos a

complexidade do mesmo formado pelo conjunto indissociável de elementos fixos e fluxos que tocam a agricultura familiar local.

### **1.3 A Teoria dos Dois Circuitos Econômicos**

À medida que consideramos um território, por menor que seja, como objeto de estudo, precisamos nos atentar que o mesmo não é formado apenas por um espaço físico, mas por um espaço geográfico composto por uma variedade de objetos fixos e fluxos, naturais e artificiais responsáveis por sua dinâmica e estrutura.

No âmbito territorial o espaço geográfico será constituído pelo conjunto de elementos móveis e imóveis que irão interagir mutuamente, nas mais variadas escalas, que combinadas produzem diferentes modos de vida e formação social (SANTOS, 2002).

Neste contexto, Santos e Silveira (2016, p.247) explicam que os elementos fixos e fluxos são:

Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto que os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas. O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste.

Em outras palavras, os elementos fixos cruzam os fluxos composto por toda sorte de natureza, duração, ritmo e sentido, possibilitando a distinção um dos outros produzindo significados próprios segundo seus moradores e classes sociais.

Os elementos fixos podem ser econômicos, culturais, sociais, religiosos, entre outros. Podendo ainda ser privados ou públicos, localizando-se segundo a oferta e a demanda. Possuem a capacidade de regular os níveis de preços e princípios sociais de uma lógica capitalista. Um exemplo disso seria a alta concentração de fixos públicos social, como hospitais e escolas públicas apenas na parte central da cidade, restando à periferia contentar-se com os fixos privados, acentuando ainda mais o estado de pobreza e vulnerabilidade social desta população.

Levando em consideração a perspectiva dos alimentos nesta análise, na periferia os preços dos alimentos costumam estar mais caros que na centralidade do território pela ausência de concorrentes, justificando o movimento de inchaço e demanda pelas áreas centrais da cidade. Outro aspecto importante seriam os custos de produção, de bens e de serviços na periferia. Os custos tendem a crescer e a acessibilidade diminuir, diminuindo com isso o fluxo de pessoas, produtos, mercadorias, ideias, entre outros gerando políticas de exclusão social (SANTOS, 2002).



O processo de urbanização das cidades com foco capitalista em países subdesenvolvidos como o Brasil transfere e amplia as bases de análise local para os municípios, produzindo espaços divididos entre limites superiores e inferiores denominados por Milton Santos de Teoria dos Dois Circuitos: o circuito superior e o circuito inferior de ação do capital.

De acordo com Santos (1979), o circuito superior seria o conjunto de atividades consideradas “modernas” de acumulação do capital, incorporando fluxos do sistema superior, composto por negócios bancários; comércio e indústria de exportação; indústrias urbanas modernas; serviços modernos de transporte; tecnologias de ponta; comércio atacadista voltado para classe média e alta e trabalhadores com nível de escolarização e qualificação alto.

Já o circuito inferior da economia seria aquele composto por formas mais simples de produção e fabricação das atividades economias sem a intensiva utilização do capital com tecnologias pouco sofisticadas; serviços de transporte não modernos; vínculo de trabalho precário; comércio abastecido pelo nível de venda a varejo em pequena escala, prioritariamente para camadas médias e populares da população.

O autor defende que independentemente do circuito, o estudo sobre a organização do espaço/território deve ser considerado, pois se torna função importante na organização da sociedade. Por ser hegemônico o circuito superior orienta as regras de funcionamento para o inferior, impondo dominação e influência sobre as unidades espaciais extensas gerando conflitos, o Estado entraria em cena intermediando este convívio, juntamente com os demais elementos de organização do espaço para minimizar ou estacar diferenças, observando e respeitando as realidades locais e as circunstâncias históricas, pois o espaço urbano estaria o tempo todo, permeado por relações de tensão entre estes dois circuitos (SANTOS, 1979).

A relação de tensão entre os dois circuitos estaria no convívio entre os modernos modelos de mercado, como os supermercados e outros tipos de empreendimentos, como as tradicionais feiras livres, oferecendo produtos agrícolas de base ecológica para venda que não são encontrados nas prateleiras e corredores dos tradicionais supermercados e quitandas, abrindo espaço para concorrência oferecendo contraponto à tradicional hegemonia alimentar imposta pelos grandes mercados e latifundiários à sociedade, resgatando hábitos e culturas alimentares esquecidas com uma diversidade maior de alimentos cultivados de forma limpa, natural e saudável.

De acordo com Braudel (1998), por menor que seja, a feira livre com todo seu dinamismo e poder abrangente de desenvolvimento que representa, mesmo pertencendo ao circuito inferior, acaba de alguma forma, interagindo com os dois circuitos econômicos.

Nesta disputa por espaço ocorre o que consideramos disputas por relações de poder no território. Simbolismos esses que extrapolam limites físicos ou materiais, tendo a cada conquista espacial uma possibilidade de ganho (trunfos) a serem alcançados, como produto consumido e vivenciado por aqueles que o qualificam como meio, recurso e identidade (RAFFESTIN, 1993). O conflito gerado por agentes na posse de um determinado território não se restringe a simples aquisição de um lugar ou pedaço de terra, mas refere-se à aquisição de todos os meios e recursos físicos, materiais e humanos existentes nele como apropriação gerando conflitos.

O espaço é definido por Santos (1979, p.248) como a reunião da materialidade e da vida, formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e ações, considerados não isoladamente, mas como um conjunto, uma totalidade sobre qual a história se realiza, pelos objetos técnicos que lhe dão forma e conteúdo, como fábricas, hidrelétricas, fazendas, estradas, que não têm realidade própria se vistos separados dos sistemas de ações. Neste contexto, o sistema de objetos interage com o sistema de ações no espaço onde encontra sua dinâmica e transformação (SANTOS, 1996, p.62).

Para Harvey (2012) espaço tem sentido de tempo, em termos de custos, tempos e modos de produção. Assim como Santos, Harvey considera o território como o espaço dos fluxos, do movimento, da aceleração e da compreensão do próprio espaço, associado às questões de relações internas de interesses.

Assim, segundo o autor, do ponto de vista social, não é aconselhável observar e compreender a ação de um evento apenas de um único ponto de vista. Mas é necessário compreendê-lo a partir do conjunto de tudo que o envolveu ou ocorreu para sua materialização, incluindo as sensações, os desejos, os sonhos, as frustrações e as vertigens ao acontecimento.

É importante destacar ainda que mesmo interligados, os conceitos de espaço e território não são iguais. De acordo com Raffestin (1993, p.143) o conceito de espaço é anterior ao de território, pois o território se forma a partir do espaço e das relações históricas, culturais, políticas e sociais produzidas nele. Esta dimensão de relações e processos sociais contidos nele o qualifica não apenas como enraizamento material, algo palpável dotado apenas de limites ou fronteiras, mas o qualifica também como algo relacional, incluindo movimentos, fluidez, conexões e outros tipos de mosaicos de existência e coexistência entre indivíduos ou grupos sociais, que exprimem movimentos de territorialidades que pode ser definido como a qualidade que o território apresenta de acordo com sua utilização, ato de produção histórica multidimensional, inerentes à vida e à natureza do homem em sociedade (HAESBAERT, 1997; 2011; SPOSITO, 2009).

E é neste aspecto que propomos as feiras da roça como territórios rurais na cidade, a medida que além de expressões políticas e culturais, refletem fluxos de comercialização e movimentos de territorialidade na Baixada Fluminense.

#### **1.4 Os Circuitos Curtos de Comercialização**

Os super e hipermercados, circuitos longos e superiores da economia, são uma realidade e um elo importante na produção, distribuição e comercialização de alimentos entre outros produtos para a sociedade.

De acordo com Santos e Silveira (2001, p.150) os super e hipermercados são responsáveis por 85% do abastecimento nacional de alimentos e geram mais 655 mil empregos. O crescimento deste tipo de mercado nos últimos anos fez com os circuitos longos de comercialização suplantassem os circuitos curtos, principalmente no que tange o setor de alimentos de base ecológica.

Segundo Darolt *et. al* (2013) é nas capitais brasileiras que se encontram a maioria dos consumidores dos produtos de base ecológica. Porém, o principal canal de compra utilizado são as grandes redes de supermercados. Para outra parte dos consumidores as compras desses produtos são realizadas em lojas especializadas de produtos. Apenas uma pequena parcela dos consumidores brasileiros, de acordo com o autor, utiliza as tradicionais feiras livres ecológicas para consumo. Entretanto ressalta que esse cenário sofreu mudanças nos últimos anos por conta do aumento das feiras livres ecológicas locais, alterando o comportamento do consumidor, destacando que onde a presença da agricultura familiar se faz mercante as vendas diretas ao consumidor são mais produtivas e promissoras.

Saquet e Meira (2017) destacam que as feiras livres ecológicas vêm ganhando força no Brasil principalmente no âmbito da produção de base familiar como formas de resistência política aos modelos tradicionais de consumo. Destacam como são importantes as atividades práticas da Agroecologia para a agricultura familiar, que tem seu trabalho centrado na família, a partir de características de auto-gestão e auto-organização social, visando eliminar intermediários e atravessadores durante o processo de escoamento da produção, mantendo relação direta entre produtor e consumidor.

Na tentativa de conceituar o termo Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) percebemos que no Brasil ainda não há uma definição clara e objetiva sobre o conceito, mas há algumas definições que apontam para a interpretação de mercados de proximidade (geográfica e institucional) entre produtores e consumidores. Ou ainda, para mercados alternativos vistos a aqui a partir da ótica local e da relação direta entre compradores e vendedores, enraizados por uma construção social e relação de troca cultural particular de ligação com a localidade através de modos de vida local ou regional refletindo tradições, hábitos de consumo e relações com a natureza (DAROLT, 2013; NIERDELE, 2009).

Na França o termo é utilizado para caracterizar redes curtas ou circuitos locais de distribuição e comercialização de alimentos, possibilitando até, e no máximo, um intermediário entre o produtor e o consumidor (CHAFFOTE e CHIFFOLEAU, 2007; MARECHAL, 2008).

De acordo com Darolt *et. al* (2013) os tipos mais comuns de circuitos curtos de comercialização de produtos de base ecológica no Brasil e na França são: a venda direta (produtor-consumidor) e a venda indireta (via um único intermediário, podendo ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante, um mercado local etc.)

A seguir caracterizamos os principais tipos e definições dos Circuitos Curtos de Comercialização Direta existentes no mercado.

**Quadro 1 Características dos principais Circuitos Curtos de Comercialização**

<b>Circuitos Curtos de Comercialização (CCC)</b>	
<b>Venda direta</b> – existe relação direta entre o produtor e o consumidor. Nesta relação cabem as vendas diretas fora da propriedade caracterizadas pelas Feiras ecológicas; Lojas de associação de produtores; Venda para grupos de consumidores organizados, Cestas em beira de estrada e Feiras agropecuárias, em salões ou eventos.	<b>Venda indireta</b> – existe a intervenção de um único intermediário entre produtor e consumidor. Nesta relação cabem as vendas indiretas em Lojas de cooperativas de produtores e consumidores ecológicos; Restaurantes coletivos e individuais; Pequenos mercados de produtos naturais; Lojas virtuais com encomendas pela internet e Venda pra programas de governo para alimentação escolar ou população em geral.
<b>Venda direta na propriedade</b> – cestas de alimentos são vendidas para grupos ou indivíduos diretamente na propriedade ou ainda existe a possibilidade de colheita direta dos produtos na propriedade;	<b>Acolhida na propriedade</b> – práticas do agroturismo, gastronomia, pousada, lazer, esportes e atividades pedagógicas.

**Fonte:** Darolt *et. al* (2013). Adaptado pela autora (2019).

Independentemente do termo ou estratégia utilizada, o que se apreendeu com o movimento foi possibilitar maior autonomia e participação social dos produtores e consumidores no que se refere à produção, troca e consumo dos produtos comercializados tornando o cidadão mais consciente e ativo sobre as formas de consumo e alimentação contribuindo para pessoas mais conscientes dos benefícios sociais e ambientais que a produção agrícola de base ecológica traz, tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade (pessoas ou instituições). Possibilitou também um forte censo de empoderamento por parte tanto do produtor quanto do consumidor, questionamento dos modelos tradicionais de produção e comercialização de alimentos reconectando o meio rural com o urbano tendo por sustentação os pequenos produtores rurais de base familiar com uma diversidade de produtos de origem animal como leite e derivados, queijos, ovos, mel e produtos embutidos como lingüiças e etc. E de origem vegetal como frutas, verduras, legumes, ervas e etc. Unidades familiares que também tendem a pluriatividade com outras formas de produção, trabalho e renda como vimos no quadro sobre propriedades que vão além do trabalho rural, sendo propriedades utilizadas também como acolhida das práticas de turismo, lazer, alojamento entre outras.

Darolt (2012) aponta que a maioria dos produtores de base familiar que conquistam melhores resultados nas vendas são aqueles que conseguem combinar até três canais curtos de comercialização direta entre eles:

- **Feiras do produtor** – Feira ecológica que vende diretamente ao consumidor produtos somente do agricultor ou sua rede de comercialização, onde a presença do produtor ou de algum membro da família é obrigatória e não é permitida a presença de atravessadores;
- **Cestas em domicílio** – são preparadas cestas ou sacolas com uma grande variedade de produtos cultivados pelo produtor e entregues com periodicidade diária, semanal ou mensal na casa dos consumidores; e

- **Compras governamentais** – Produtos ecológicos entregues para programas de governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) voltado para a alimentação escolar de alunos da rede pública de ensino, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) voltado para a alimentação de pessoas assistidas por entidades de assistência social em estado de vulnerabilidade social.

Uma observação se pode inferir neste contexto é que a escolha pelo método ou forma mais adequada de comercialização direta para cada produtor pode variar muito conforme sua organização e disponibilidade de pessoas, tempo, trabalho e infraestrutura na propriedade. Os pequenos produtores de base familiar e ecológica buscam agregar valor sempre que podem a seus produtos e o circuito curto de comercialização escolhido pode e deve variar sempre que possível adaptando-se às realidades e demandas exigidas tanto pelo produtor quanto pelo consumidor. A parceria com o poder público local, entidades não governamentais e outras organizações de produtores e consumidores também podem ajudar neste processo.

As políticas públicas têm papel importante nesse processo promovendo visibilidade aos circuitos enfatizando produtores, processos e valores éticos e socioculturais atores envolvidos. Tendem a produzir percepções e pensamentos positivos influenciando atitudes e impactos sobre os produtores e consumidores contribuindo para o desenvolvimento de mudança de hábitos, maior conscientização dos problemas e dificuldades sofridos pelo meio rural representados por continuidades históricas.

A interação entre estes dois mundo é enfatizada por Godoy e Anjos (2007, p.366) no trecho em que os autores destacam que

Este canal de comercialização tem uma característica muito particular de interação, proporcionando a aproximação e a troca de saberes, não apenas entre o rural-urbano, mas, sobretudo do próprio rural. O “espaço-feira” tem proporcionado o conhecimento recíproco dos agricultores e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados.

As características das feiras livres de base familiar, popularmente conhecida como Feira da Roça, constituem-se como por um circuito curto de comercialização (CCC) que têm por objetivo a relação de proximidade do produtor com o consumidor, sem intermediários ou atravessadores, oferecendo uma variedade de alimentos, cultivados de forma natural, livres de veneno ou insumos químicos, norteados por princípios Agroecológicos como: a ampliação e preservação da biodiversidade local; controle biológico de pragas; recuperação do solo degradado; proteção do solo através do manejo adequado que garanta matéria orgânica para nutrição das plantas; conservação das águas, das plantas e dos animais; aumento da capacidade de uso múltiplo do território coma diversificação da produção de alimentos e com as agroflorestas; reciclagem de nutrientes e matérias orgânicas; preservação das identidades socioculturais valorizando o conhecimento do produtor e sua participação na organização e processos decisórios da unidade produtiva; e fortalecer a comercialização direta com o consumidor em mercados locais (SAQUET e MEIRA, 2017).

Além das possibilidades supracitadas, as feiras da Roça incentivam relações de trocas culturais e de conhecimento, estabelecendo encontros entre o rural e o urbano, fortalecendo - assim, como na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu na pesquisa de Soares & Amâncio (2016) – “a identidade e a reprodução social da cultura rural, mesmo numa localidade de grande expressão urbana” (SOARES & AMÂNCIO, 2016, p. 53).

Neste contexto, discorreremos a seguir sobre a história, a origem e a importância das feiras livres na sociedade.

### **1.5 Vamos Falar de Feira Livre?**

A feira livre consiste numa modalidade periódica de comércio varejista de rua, desempenhando papel importante na economia, sobretudo no setor de alimentos objetivando o abastecimento urbano local (JESUS, 1992).

Na atualidade a feira livre não desempenha somente a função de abastecimento local, mas caracterizam-se pela promoção de encontros e relações de troca socioculturais, restituindo sentimentos de comunidade, solidariedade, reciprocidade e simpatia. Sentimentos comuns, porém “perdidos” pela sociedade moderna na cidade de concreto. As feiras livres então passam a ser espaços de celebração e realização da vida. Local de encontro de diferentes grupos sociais que interagem entre si para trabalhar, consumir, trocar idéias, culturas, conhecimentos ou apenas exercer sua cidadania (JESUS, 1992; 2008).

Representam uma intrínseca teia de relações e um diversificado conjunto de fluxos de ocupações e mercadorias, com características informais e familiares (envolvendo membros da própria família no trabalho e operacionalização da feira), produzindo demandas diretas e indiretas, como transporte, embalagens, insumos e/ou serviços de atendimento (GODOY & ANJOS, 2007).

No que tange a feira livre utilizada pelo pequeno produtor de base familiar, são consideradas espaços sociais importantes de comercialização direta do produtor com o consumidor, sem intermediários, capaz de promover o desenvolvimento sustentável do produtor (social, econômica e culturalmente) e a interação social entre dois mundos e saberes de vida do produtor para o consumidor e vice-versa.

Pelo seu dinamismo e desenvolvimento, as feiras são consideradas parte importante do desenvolvimento territorial local, pois no passado deram origem a muitas cidades, sobretudo as pequenas, onde as relações econômicas, sociais, culturais e espaciais refletem a materialização de tradições e costumes, além da manutenção do lugar, criando relações entre pessoas que buscam atender os mais variados desejos, interesses ou necessidades (SANTOS *et al.*, 2014).

Ao recorreremos o conceito de feiras livres para entendermos o processo de surgimento e transformação na sociedade, identificamos sua origem e construção como algo não tão novo na humanidade, mas como algo antigo, porém de suma importância para o desenvolvimento social e territorial que resistiu ao tempo e ao espaço, se transformando e se reinventando o tempo todo.

A origem das feiras livre no mundo é remota. Ainda no tempo de Jesus a Bíblia Sagrada relata sobre um tipo de comércio de rua que surgia dentro do templo na cidade de Jerusalém. Quando Cristo se ausentou da cidade, algumas pessoas passaram a usara o templo de Jerusalém como lugar de comércio.

Em suma, o trecho bíblico relata que perto da páscoa, subia Jesus ao templo em Jerusalém e chegando à porta avistou um grupo de cambiadores que comercializavam bois, ovelhas e pombos no interior do templo. Irado com situação, Jesus preparou um azorrague (um açoite) de cordéis e se lançou contra os cambiadores, quebrando mesas e espalhando as mercadorias por toda parte, expulsando-os do templo, o trecho bíblico completa com a fala de Jesus dizendo: “Tirai daqui estes, e não façais da casa de meu Pai casa de venda” (BIBLIA SAGRADA, 2004, cap. 2. v. 13 à 16).

Na Idade Média, as feiras livres eram organizadas sob as características e domínio do feudalismo. A sociedade feudal da época, com vida econômica ativa, porém limitada às pequenas aldeias, voltava-se a produção e oferecimento de serviços apenas para o próprio consumo, tido como de subsistência. Os servos e suas famílias produziam apenas o necessário para si e quando havia alguma necessidade ou excedente produtivo, este era intercambiado apenas no mercado local, mantido sempre próximo a um mosteiro, castelo ou cidade vizinha de forma semanal. Huberman (1976, p.26) afirma a questão dizendo que assim sendo, “o comércio nos mercados semanais nunca foi muito intenso e era sempre local com vistas a suprir a população com gêneros de primeira necessidade”.

Ainda na Idade Média, o movimento das Cruzadas dinamizou ainda mais as feiras livres indo além do mercado local, contribuindo para o aumento das rotas marítimas e terrestres que levavam as pessoas para o interior da Europa. Aumentando as atividades comerciais entre o Oriente e o Ocidente, via Mar Mediterrâneo, favorecendo o desenvolvimento local e o próprio comércio. Foram responsáveis pelo surgimento e formação de vários núcleos urbanos, que mais tarde se transformariam em cidades (SOUTO MAIOR, 1978, p.190).

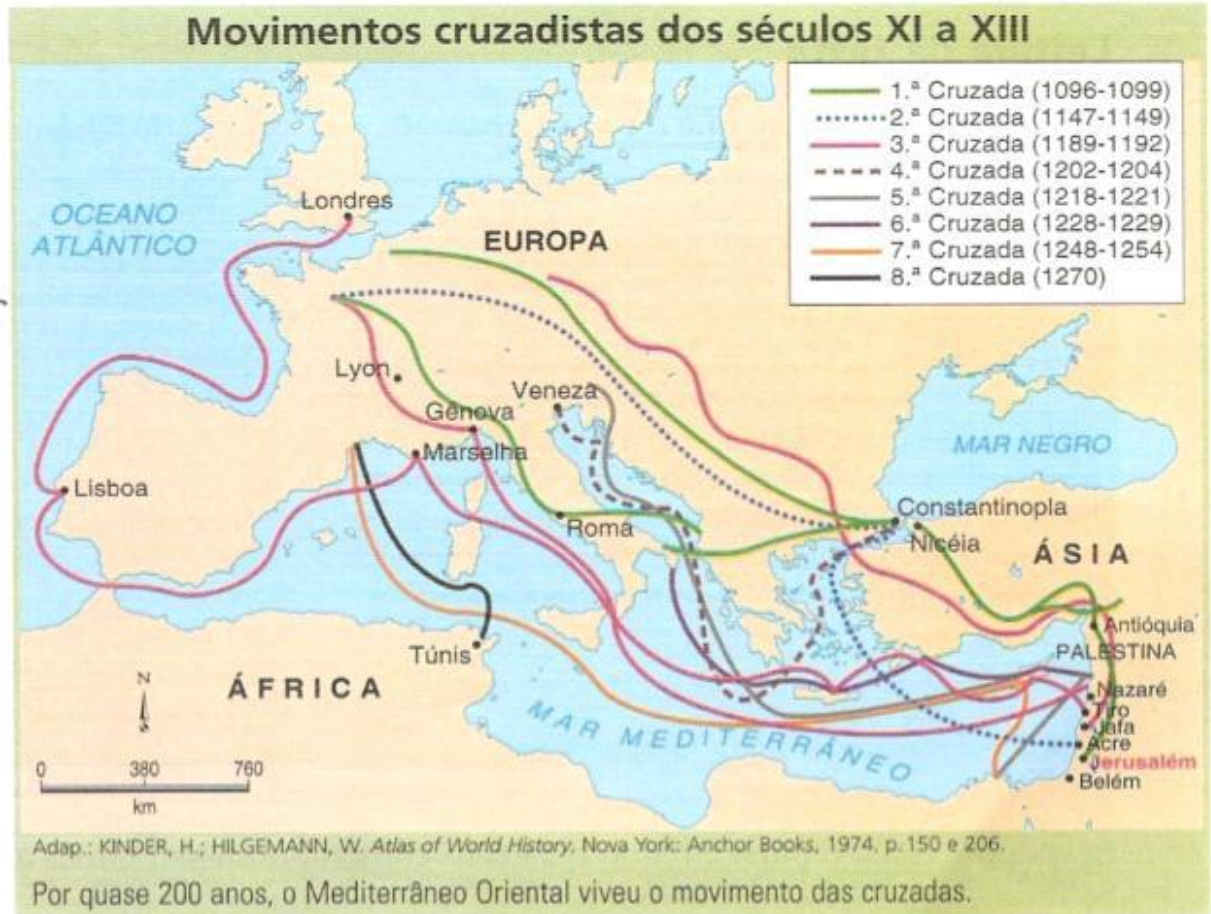
Segundo a história da civilização, Constantinopla e outras cidades bizantinas controlavam o comércio entre o mediterrâneo e o oriente; e a moeda bizantina circulava em toda parte da costa do mediterrâneo, pois o comercio em Constantinopla era realizado, principalmente pelo mar. Mais tarde, as rotas foram ampliadas ligando a China até os países Eslavos semibárbaros do norte, além da Índia e da Arábia Saudita (*Ibidem*, 1978).

As intensas atividades comerciais que existiam em Bizantino foram vitais, não somente para aquele período, mas também para a Idade Moderna, pois o renovado contato comercial com o oriente foi uma das principais causas do surgimento de cidades na Europa, e, a concorrência comercial estimulou muito os descobrimentos e a expansão da civilização durante o século XVI.

As feiras constituíam a vida do comercio medieval. Duravam de seis a sete semanas e sua seqüência formava uma espécie de comércio internacional: Londres e Sockbridge na Inglaterra; Paris, Lyon e Reims na França foram exemplos. Os comerciantes procedentes de diversos países reuniam-se em datas previamente marcadas e efetuavam suas vendas. Venezianos e genoveses portadores de produtos do oriente, franceses e flamengos oferecendo seus tecidos e vinhos, e comerciantes do báltico desejando vender madeiras, peles e âmbar davam por certo às feiras medievais, como um aspecto pitoresco e curioso (SOUTO MAIOR, 1972, p.245).

De acordo com Melo (2015) o movimento das cruzadas foi no total de oito e permitiram o domínio de todo o Mar Mediterrâneo com suas rotas comerciais, tendo como pontos estratégicos de grande comércio várias cidades como: Londres (Inglaterra), Lisboa (Portugal), Lyon, Marselha, (França), Gênova, Veneza, Roma (Itália), Túnis capital da Tunísia extremo norte da África, Constantinopla (atual Istambul) na península dos Balcãs, Antíóquia ou Antakya (Turquia) chegando ao berço do cristianismo à terra Santa (Palestina, Jerusalém).

Abaixo, o mapa ilustrativo indica o período e expansão territorial do domínio das Cruzadas na Europa até o território da Ásia durante os séculos XI a XIII.



**Figura 1** Mapa ilustrativo do movimento e expansão territorial do domínio das Cruzadas nos séculos XI a XIII. Fonte: Apoio Escolar (2018)

Representando um bom começo, o comércio desenvolve-se com facilidade e êxito por toda a Europa não demorando muito para que se percebesse o grande potencial de desenvolvimento das feiras, sendo as mais importantes em Lagny, Provins, Bar-sur-Aube e Troyes. Naquela época, devido à precariedade dos meios de transporte, o pequeno fluxo de mercadorias, além das longas distâncias o desenvolvimento do comércio não era favorecido, por esta razão a maioria das cidades não possuía uma atividade estável e permanente, mas os modelos de feiras periódicas realizadas na Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália constituíam-se um importante passo para mudança. Poix, na França, foi um exemplo disso. Lá o rei concedeu a permissão de estabelecer um mercado semanal e duas feiras anuais por conta



disso. Pode parecer pouco, mas as feiras eram tão bem organizadas e preparadas na região, que a medida que uma terminava, a outra logo começava fazendo com que os mercadores e mercadorias se movimentassem o tempo todo, movendo-se de uma feira pra outra. Eram tão grandes e tão bem organizadas que os guardas responsáveis pela localidade não eram suficientes. Nos locais havia guardas da própria feira e os guardas especiais, além de tribunais de júri com o objetivo de julgarem disputas ali estabelecidas, sendo tudo resolvido ali mesmo, com muita organização e eficiência (HUBERMAN, 1976).

No Brasil, o surgimento das primeiras feiras livres ocorreu sob influência da coroa portuguesa, isso em 1548, alguns anos depois do descobrimento. O rei de Portugal, Dom João III enviou uma ordem ao Governador Geral estabelecido no Brasil, para que o mesmo organizasse e realizasse comércio de mercadorias (feiras) nas ditas vilas e povoados da região. O comércio poderia ser realizado pelo menos em um dia da semana, porém se houvesse necessidade, ele poderia ocorrer em mais de um, para que os nativos pudessem comercializar os produtos cultivados ou então comprarem aquilo que julgassem necessário à sua sobrevivência (MOTT, 1975).

Não era comum para a época este tipo de mercado de rua no país. Entretanto, na Europa, ele funcionava a pleno vapor e em grande escala, pois os europeus, especialmente os portugueses, estavam acostumados as tradicionais feiras livres, de tal forma que a determinação da coroa pelo mercado não os espantou no momento, pois visava reproduzir na recente colônia, o que já existia de forma dinâmica e eficiente nas cidades europeias. Contudo, a real intenção da coroa não se resumia a instalação das feiras livres no Brasil para provento de suprimento local e abastecimento da população, mas visava reunir e expor no mercado o maior número de mercadorias (a produção local dos nativos) com anseios à exportação (*ibidem*, 1975).

De acordo com Araújo (2011) as feiras livres no Brasil confundem-se com a própria história de colonização do país, multiplicaram-se, e aqui desempenharam papel importante não só no tange ao abastecimento da população com gêneros alimentícios, mas também na organização social do espaço e no desenvolvimento da economia local como as feiras: Ver-o-Peso em Belém do Pará; as feiras de gado e de farinha de Ipitanga, Feira de Santana na Bahia, a Feira da Paraíba; a Feira da Freguesia da Mata de São João na Vila de Nazareth; a Feira de Goiânia; a Feira de Itabaianinha em Pernambuco; a Feira de Caruru e tantas outras espalhadas por toda região Nordeste do país que deram origem a muitas cidades que existem até hoje.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo Jesus (1992) as tradicionais feiras livres existem desde 1904, e são amplamente dispersas por todo território fluminense. Desempenham papel social e econômico importante, principalmente no que tange ao abastecimento urbano pela distribuição de produtos básicos de primeira necessidade, como alimentos, bebidas, entre outras coisas. Possuem periodicidade semanal ou mensal, e são baseadas em relações de contiguidade e vizinhança, organizadas como serviço de utilidade pública municipal (JESUS, 2008; SANTOS e SILVEIRA, 2008). Exercem função econômica, mas tornaram-se instrumentos de promoção cultural, como por exemplo a tradicional Feira de São Cristóvão – Centro Luiz Gonzaga de tradições nordestinas no Estado do Rio de Janeiro; assim como a Feira de Quatis (RJ) e a de Amparo, em Barra Mansa (RJ), que vendem produtos da roça, além de produzirem música e artesanato local. Como outro exemplo, podemos citar o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro com um total de

dezoito feiras espalhadas pela cidade, oferecendo produtos orgânicos e de qualidade a toda população.

De acordo com Fonseca (2005) as primeiras feiras orgânicas no Brasil surgiram na década de 1980, com a Feira de Agricultores Ecológicos da COOLMEIA, na região Sul do país.

COOLMEIA refere-se a uma Cooperativa Ecológica situada no município de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1978 por um grupo de consumidores engajados pelo movimento de produtos ecológicos, lutando por uma Agricultura Orgânica de qualidade e pela não aprovação da lei em favor dos agrotóxicos.

Baseada em princípios de cooperativismo e autogestão a organização reuniu cerca setenta famílias de produtores rurais, mil consumidores e vinte e cinco trabalhadores atribuindo-lhes categoria de sócio, com diferentes funções e responsabilidades dentro do grupo nessa ordem: cambiam aos produtores rurais o cultivo, a produção e o fornecimento de produtos oriundos da Agricultura Orgânica para a feira; aos consumidores, cambia a divulgação e propagação da ideia e da proposta da feira livre, além do controle de qualidade dos produtos; e os trabalhadores eram responsáveis pelo funcionamento e cotidiano da cooperativa.

A ideia de comprar alimentos orgânicos nasce da percepção do consumidor de que estes alimentos são saudáveis e seguros para a saúde, tanto para quem compra, quanto para quem vende ou produz baseados em princípios de respeito e valorização do meio ambiente. Ao considerar que produtos oriundos de feiras livres específicas (orgânicas, naturais, ecológicas, agroecológicas, etc) são melhores do que os das feiras livres comuns, o consumidor avalia também outros aspectos do próprio consumo como, o impacto visual das feiras como um espaço alternativo que se tem segurança do que se está adquirindo, pois são produtos orgânicos cultivados de forma natural e saudável; oportunidade de socialização e encontro entre o produtor e o cliente para troca de experiências e saberes; e por fim apoio institucional, como nem todos os produtores rurais da feira são certificados, há a necessidade de se ter um espaço, diferenciado, que funcione, ao mesmo tempo, como espaço de garantia da origem dos alimentos e como espaço de propagação de um conceito (FONSECA, 2005).

Os novos modelos de feira livre ou de mercados de rua utilizados no Brasil e no mundo, possibilitam a introdução de novos enfoques mercadológicos baseados em formas mais justas de comércio, voltado para um movimento social, que segundo Mascarenhas (2007) possui dois diferentes enfoques: o reformista e o alternativo.

De acordo com o autor, os defensores do enfoque reformista argumentam que uma organização de mercado para ser considerado Comércio Justo, precisa pressionar os atores sociais tradicionais do mercado para adotarem critérios e medidas favoráveis ao acesso e permanência dos pequenos produtores ao movimento social. O objetivo dos reformistas seria promover, verdadeiramente, os princípios de equidade e justiça. Defendem também uma maior regulação do livre comércio realizando seu papel social de resgate do consumidor no processo, tornando este ator mais ativo, consciente e engajado na causa.

Com relação ao enfoque alternativo, o autor explica que o movimento defende a criação de espaços próprios de comércio, através de pontos de venda específicos para formação de clientela fiel dos produtos e produtores. Além de mudanças nas bases que regem

as atividades comerciais tradicionais incorporando princípios de solidariedade, educação e desenvolvimento para um consumo consciente (MASCARENHAS, 2007).

Para o estudioso, o princípio do Comércio Justo adotado pelo Brasil precisou ganhar novos contornos adaptando-se à realidade brasileira, que em muitos casos se assemelha às iniciativas de sinergia e coalizão de outros países, porém com outro nome: Comércio Justo e Solidário dando ênfase ao mercado interno (doméstico) e princípios da Economia Solidária, principalmente, no que se refere à produção alternativa da agricultura familiar, de alimentos orgânicos e agroecológicos, e na comercialização solidária entre cooperativas de produtores, organizações sindicais e pontos de venda direcionados para sistemas mais participativos, construído através de parcerias entre governo e movimentos sociais conferindo-lhe uma característica ainda não verificada em outros países, como por exemplo, o caráter público-privado nas ações (MASCARENHAS, 2007).

A feira livre, independente do tipo, pode ser considerada um importante comércio de rua, tal que no passado foi responsável pelo surgimento e desenvolvimento de vários núcleos urbanos. Resistiu ao tempo e ao espaço. Transformada e ressignificada, a feira livre na atualidade assumiu novas funções, sem perder suas origens. Configura-se como um espaço de desenvolvimento social e econômico podendo ir além, possibilitando novas relações e trocas, estabelecendo encontros entre produtores e consumidores.

A Feira da Roça configura uma importante forma de organização social e política entre os agricultores locais como práxis voltada ao desenvolvimento rural sustentável, na medida em que fortalece os laços sociais, as redes de cooperação e, por consequência o capital social<sup>3</sup> desses produtores (SOARES & AMANCIO, 2016).

Como proposta de articulação social de abrangência regional, a territorialidade percebida nas feiras promove a agricultura familiar da Baixada Fluminense e, concomitantemente, a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EA), aprimorando e reproduzindo práticas agrícolas sustentáveis, “perpassando a construção de saberes ajustados na EA, para fortalecer o poder social na agricultura, capaz de indicar crescentes índices de sustentabilidade” (SOARES & AMANCIO, 2016, p.62).

Tal como as Feiras da Roça nos municípios, a EA se propõe ser um lugar de encontros e troca de saberes de áreas rurais em locais urbanos fortalecendo agricultores. Para além de conceituar apenas as Feiras da Roça este trabalho propõe identificar a relação da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu com as Feiras da Roça através de seus agricultores, principalmente no que tange o processo de desenvolvimento das territorialidades, como um dos principais espaços de busca do conhecimento reconhecido pelos agricultores feirantes no aprimoramento de técnicas e práticas agrícolas sustentáveis.

---

<sup>3</sup> Robert Putnam, que popularizou o termo capital social. associava este tema como fator fundamental para o desenvolvimento econômico, na medida em que representa traços da vida social, como laços de confiança, participação cívica e redes de cooperação que se “materializam” na busca de objetivos comuns (D’ÁRAUJO, 2003).

## 1.6 Encontros e Troca de Saberes: a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu

A feira livre por si só, levando em consideração suas características estruturais de funcionamento, pode ser considerada um importante espaço de encontros e troca de saberes e experiências entre produtores e consumidores.

Entretanto, foi possível observar em campo, que além das próprias feiras, outros locais de encontro na busca pelo conhecimento e troca de experiências e saberes agrícola eram utilizados pelos agricultores feirantes. Um desses locais citados foi a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EA).

A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu é considerada uma experiência educativa de modelo informal, tendo por princípio básico a metodologia participativa dos alunos. Realizada de maneira conjunta a metodologia da EA visa envolver todos os alunos com vistas a motivar, incentivar e acolher a participação de todos no processo educacional.

De acordo com Rocha e Martins (2013), a primeira formação da Escolinha de Agroecologia no estado do Rio de Janeiro surgiu no município de Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense em 2005. A experiência foi uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT-RJ) entre outras organizações locais tendo por público-alvo agricultores e agricultoras familiares que ocupavam a região.

Um dos principais objetivos da Escolinha de Agroecologia em Campos foi fortalecer a reforma agrária e os pequenos produtores buscando ampliar e fortalecer as relações entre produtores, consumidores e técnicos, de forma a contribuir para a troca de experiências e conhecimentos alternativos sobre agroecologia. O alvo era enfrentar o agronegócio apoiado pelos grandes latifúndios e monopólios agroindustriais e financeiros da região, pautado, historicamente, pelo coronelismo sob forte influência do monocultivo da cana-de-açúcar como modelo capitalista de desenvolvimento rural, revelando seus efeitos nocivos nos pequenos produtores no âmbito social, político, ambiental, econômico e cultural, para romper com uma lógica herdada pelas usinas, propondo-se fortalecer as práticas da agricultura familiar, caracterizada pelo cultivo e cuidado com a terra, além do fortalecimento dos vínculos sociais, econômicos, políticos e culturais dos produtores.

Neste sentido,

A Escolinha de Agroecologia veio somar forças neste embate político, sendo mais um espaço onde os agricultores e agricultoras possam trocar idéias e práticas na busca de estratégias viáveis de superação nesta luta de forças antagônicas, entre a agricultura familiar e o agronegócio monocultor (ROCHA e MARTINS, 2013, p.184).

Inspirada na experiência da Regional Norte Fluminense, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Regional Baixada Fluminense trouxe a iniciativa da Escolinha para o município de Nova Iguaçu em 2007 em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu, popularmente conhecida

como a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, trazendo consigo os mesmos princípios, objetivos e metodologias do modelo anterior.

O que apresentaremos a seguir são compilações de documentos e relatórios internos produzidos pelo escritório da EMATER-RJ em Nova Iguaçu, situado na Rua Dom Adriano Hipólito, nº 8, bairro Moquetá fornecidos pela funcionária e Engenheira Agrônoma, Maria Conceição Rosa (Mariella) por meio de visitas que realizamos à instituição no mês de setembro do ano de 2018, que possibilitou o convite para acompanhar a turma daquele ano numa visita técnica à Reserva Biológica do Tinguá, distrito rural de Nova Iguaçu para conhecer de perto a atividade prática desenvolvida pelos alunos da Escolinha. A visita ocorreu dia 14 de setembro de 2018, das 9:00 às 14:00 e compareceram cerca de 18 pessoas entre agricultores (alunos), visitantes e funcionários da EMATER e da Reserva Biológica do Tinguá.

Os arquivos disponibilizados pela funcionária possibilitaram conhecer de perto a história de criação, formação e metodologia aplicada pela Escolinha e possibilitou também observar o alcance espacial dos alunos e dos projetos realizados até o momento. O escritório da EMATER de Nova Iguaçu é considerado um dos maiores apoiadoras da Escolinha na região, inclusive tendo seus funcionários como colaboradores, ministrando aulas práticas e teóricas junto aos interessados pelos cursos na região da Baixada ou fora dela, tendo por local de apoio e aulas a sede da Catedral de Santo Antonio, no centro de Nova Iguaçu, local privilegiado e de fácil acesso. Os documentos e relatórios completos disponibilizados pela funcionária podem ser encontrados no anexo desta dissertação.

A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu baseia-se na experiência similar do município de Campos dos Goytacazes, e teve no início de seu funcionamento o apoio e parceria institucional a Prefeitura de Nova Iguaçu contatando e transportando os instrutores até o local das aulas.

Desde seu início a intenção era localizar a Escolinha em local central da cidade, até para facilitar o acesso dos agricultores que vinham de diferentes locais e comunidades.

No primeiro momento, pensou-se funcionar a EA na Escola Municipal Monteiro Lobato, porém as negociações com a Prefeitura não avançaram e o local não foi disponibilizado.

Posteriormente, os agricultores de Marapicu tomaram a iniciativa e realizaram contato com a direção da Escola Municipal Chaer Kazzen Kalaun no bairro Aliança, e conseguiram fazer que as aulas ocorressem lá.

Nesta escola havia algumas tendas que foram disponibilizadas pela Petrobrás, na qual as aulas eram ministradas quinzenalmente. Mais tarde as tendas foram entregues e a EA precisou mudar-se para outra escola no mesmo bairro. Vale ressaltar, que as aulas teóricas eram realizadas no interior das escolas, porém as aulas práticas, como a de compostagem, eram realizadas no interior dos sítios dos alunos de Marapicu.

No ano de 2008 novas tentativas foram realizadas com o objetivo de levar as aulas da EA para Escola Municipal Monteiro Lobato, porém sem sucesso. Nesse período a CPT

convidou a EMATER de Nova Iguaçu a incorporar o processo a fim de ministrar aulas de produção agropecuária, continuando o segmento de homeopatia dado pelo professor de Ciências da Homeopatia Dion Pereira Schwencvk do Instituto Logus – Solar de Pesquisas Holísticas, de Minas Gerais, e por sua vez, envolve também a EMBRAPA Agrobiologia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a ser co-promotres do processo.

Em 2009, a Escolinha conseguiu um local mais central para a realização das aulas, o anexo da Catedral de Santo Antonio, no centro de Nova Iguaçu no qual funciona até hoje. Esta mudança favoreceu muito a participação dos agricultores de várias comunidades inclusive dos municípios vizinhos. A Coordenação Geral da Escolinha fica a cargo da Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, e a Coordenação técnico-pedagógica (excetuando-se o segmento de homeopatia) compartilhado com a EMATER-RIO de Nova Iguaçu. A Prefeitura de Nova Iguaçu continua apoiando o projeto através do empréstimo do equipamento data-show, assim como as Prefeituras de Queimados (transporte eventual) e a de Japeri com transporte dos alunos desse município para as aulas. Atualmente este serviço não é mais disponibilizado, tanto pela Prefeitura de Japeri quanto pela de Queimados ficando a cargo do produtor este traslado.

Ainda em 2009, a Escolinha recebeu apoio financeiro parcial do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, melhorou bastante o envolvimento da Escolinha com a Embrapa Agrobiologia e o reforço aumentou com a chegada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Pesagro Olericultura. Em agosto do mesmo ano a Escolinha recebe o prêmio Baixado, na categoria Meio Ambiente, do Fórum de Cultura da Baixada Fluminense e em dezembro de 2010, a Escolinha recebe o prêmio destaque ambiental do CREA-RJ.

A cada ano a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu vem aumentando sua abrangência de intervenção, entre 2007 e 2008, a participação na escolinha ficou restrita a alunos do município de Nova Iguaçu, com predominância da comunidade de Marapicu. No ano seguinte alcança alunos dos municípios de Nova Iguaçu (9 comunidades rurais), Queimados (2 comunidades rurais), Japeri (4 comunidades rurais), Mesquita e Belford Roxo. Em 2010, os alunos são oriundos de Nova Iguaçu (8 comunidades), Japeri (4 comunidades), Queimados (3 comunidades), Paracambi (2 comunidades) e Duque de Caxias (1 comunidade). A partir de 2012, a abrangência ultrapassou os limites fronteiriços dos municípios entorno de Nova Iguaçu e, a EA atraiu alunos da capital do Rio de Janeiro, além de alunos oriundos de outros municípios como Magé, Paty do Alferes, Nova Friburgo e Teresópolis.

**Quadro 2 Relação de alunos inscritos, por ano e município, na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu entre os anos de 2008 e 2015. (Continua)**

2008	<b>Nova Iguaçu</b>	<b>33</b>
	Nova Iguaçu	47
	Mesquita	2
2009	Queimados	6
	Japeri	15
	Rio de Janeiro	1
	Nova Iguaçu	23
	Queimados	9
2010	Japeri	5
	Paracambi	1
	Seropédica	4
	Nova Iguaçu	32
	Queimados	13
2011	Japeri	3
	Berford Roxo	1
	Nova Iguaçu	32
	Queimados	1
	Japeri	1
2012	Berford Roxo	4
	Magé	1
	Paracambi	7
	Paty do Alferes	1

Fonte: Adaptado de SOARES (2015).

**Quadro 2 Continuação**

	<b>Nova Iguaçu</b>	<b>14</b>
	Queimados	3
	Japeri	14
2013	São João do Meriti	3
	Rio de Janeiro	9
	Teresópolis	3
	Mesquita	1
	Paracambi	3
	<b>Nova Iguaçu</b>	<b>21</b>
	Queimados	5
	Japeri	9
2014	Mesquita	1
	Paracambi	6
	Duque de Caxias	1
	Rio de Janeiro	2
	Paulo de Frontin	1
	<b>Nova Iguaçu</b>	<b>31</b>
	Queimados	4
	Japeri	8
2015	Seropédica	2
	Rio de Janeiro	2
	Paty do Alferes	2
	Maricá	1
	<b>Total</b>	<b>388</b>

Fonte: Adaptado de SOARES (2015).



É importante destacar que há entre os alunos participantes um número considerável de produtores advindos das Feiras da Roça de Nova Iguaçu, Queimados e Japeri entre outras cidades da Baixada, que trabalham semanalmente nos respectivos municípios frequentaram as aulas da EA em busca de ampliarem seus conhecimentos sobre o cultivo e outras práticas a fim de aplicarem em suas roças traduzindo-se em maior competitividade no mercado.

Como já supracitado, a metodologia de aprendizagem aplicada pela EA é a participativa para que todos se envolvam e se sintam parte do projeto, um diferencial da proposta. Por isso, tanto a grade horária como os temas a ser abordados nas aulas são decididos entre os parceiros promotores da Escolinha. Entre os temas abordados estão: Introdução à agroecologia; Manejo ecológico do solo, práticas conservacionistas, adubação verde, compostagem e substratos alternativos para sementeiras; vermicompostagem; águas – conservação e legislação; visão crítica sobre história dos agrotóxicos e transgenia; identificação de pragas e doenças das plantas; métodos alternativos de controle de pragas e doenças; quatro sistemas agroflorestais; homeopatia aplicada à agropecuária; piscicultura; criação de aves semi-confinadas; saneamento rural, entre outros. Procura-se mesclar durante o curso aulas teóricas e práticas, com demonstrações de método e excursões. Todas as etapas são fotografadas, e as fotos das aulas práticas são utilizadas depois em sala de aula para suscitar debates sobre as mesmas. As aulas são ilustradas com vídeos de curta duração e apresentações digitais, de forma a torná-las mais dinâmicas e de fácil compreensão. Para cada tema há uma ou mais apostilas correspondentes e as aulas têm periodicidade quinzenal, com horas cada, incluindo intervalo para o almoço que é fornecido pela própria instituição.

A partir de 2010, introduziu-se a obrigatoriedade de apresentar um “trabalho de conclusão de curso” pelos alunos, podendo ser realizado em grupo ou individualmente, onde o(s) aluno(s) deve(m) experimentar em sua propriedade uma das práticas agroecológicas discutidas e aprendidas no curso durante o ano, cujo resultado será debatido pela turma em dezembro (último mês de aula). A escolha do tema e a forma de apresentação do trabalho são livres, mas devem ser realizadas até meados do mês de julho. O objetivo deste trabalho é fomentar a troca de experiência entre os alunos. É exigida no curso uma frequência mínima de 50% para obtenção do certificado de conclusão, e é obrigatória a presença nos segmentos de Introdução à Agroecologia e Manejo Ecológico do Solo oferecido no início do ano letivo do curso, sem o que o certificado não é fornecido, mesmo o aluno tendo alcançado o índice mínimo de frequência.

A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu ao longo de sua existência tem se consolidado como um espaço social e educativo importante, principalmente no que tange a disseminação da práxis agroecológica e fortalecimento do vínculo do pequeno agricultor com a terra e sua identidade rural.

Historicamente, a Baixada Fluminense tem grande potencial para o desenvolvimento da produção de alimentos, em pequena escala, considerado local fértil para a agricultura familiar. Os agricultores que cultivam na região seguem resistindo, mesmo em meio a muitos desafios e dificuldades, além da falta de incentivo dos órgãos governamentais.

Na busca pelo aprimoramento das técnicas agrícolas encontrou na EA uma parceira que ampliou seus conhecimentos de produção, além da diminuição dos custos. Alguns desses alunos e ex-alunos podem ser encontrados atualmente comercializando sua produção nas

tradicionais Feiras da Roça nos municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, entre outros lugares. Neste contexto, o próximo capítulo apresenta os recortes espaciais desta pesquisa, ou seja, a contextualização teórica dos municípios, além da origem e história de formação e organização das Feiras da Roça em estudo.

## **CAPÍTULO II OS TERRITÓRIOS EM ESTUDO: A ORIGEM E HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DAS FEIRAS DA ROÇA NA CIDADE**

Este capítulo busca reconstruir a história de origem e formação dos municípios de recortes deste estudo: Japeri, Nova Iguaçu e Queimados na Baixada Fluminense, e reconstruir a história de origem e formação das Feiras da Roça nesses municípios, além de apresentar como funcionam atualmente. Neste sentido, foram realizadas visitas a campo entre os meses de junho de 2018 e janeiro de 2019, com inspiração etnográfica (GEERTZ, 1989) e observação participante (SPRADLEY, 1980) para conhecer a dinâmica das feiras e seus participantes.

Além do estudo de viabilidade da pesquisa, as idas a campo possibilitaram o acesso e aceite dos entrevistados e diálogos informais com coordenadores/fundadores das feiras que, embora não tenhamos utilizado como técnica história oral complementam o entendimento e as lacunas da história oficial de formação das mesmas.

Além da pesquisa de campo e das entrevistas de fonte primária apresentadas no capítulo de resultados, utilizamos no capítulo corrente dados de fontes secundárias, como em sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre outros, e ainda, registros oficiais cedidos pelas Associações das Feiras da Roça dos municípios como: Estatutos, Atas, leis, fotos, etc.

### **2.1 Nova Iguaçu e a Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu – AFERNI: a primeira experiência de Feira da Roça na Baixada Fluminense**

Considerada cidade mãe da Baixada Fluminense, o município de Nova Iguaçu se desenvolveu a partir de muita exploração de pessoas e recursos como com os índios durante as primeiras ocupações do recôncavo da Guanabara (um dos primeiros recebido na região no período da colonização), os negros no período colonial com a escravidão nas antigas fazendas de cana-de-açúcar e café que ocuparam a área, exploração da água que abastecia a capital e de terras com o desenvolvimento da citricultura que depois do seu declínio sofreu intenso processo de urbanização para fins de moradia e industrialização (VICENTE, 2015).

Antes da chegada dos portugueses a extensão territorial do município era habitada por índios Jacutingas, que viviam da caça e da agricultura de subsistência às margens do rio da Prata. Um forte ataque à tribo, orquestrado pela coroa, dizimou vários silvícolas. Os que sobreviveram se tornaram escravos para serviço da coroa (SILVA, 2017; MARQUES, 2006).

Segundo Pereira (1977), durante a colonização, a região de Nova Iguaçu pode ser caracterizada de duas formas: como região agrícola formada por diversas fazendas escravagistas e como região de passagem, estruturada logisticamente para escoar a produção de café oriunda das fazendas de café do interior do Estado, principalmente vindas do Vale do Paraíba. Para o autor tais atividades na região serviram como ciclos agrícolas: os ciclos “da cana, do café e da laranja” que foi desenvolvendo e transformando a região no que se revela

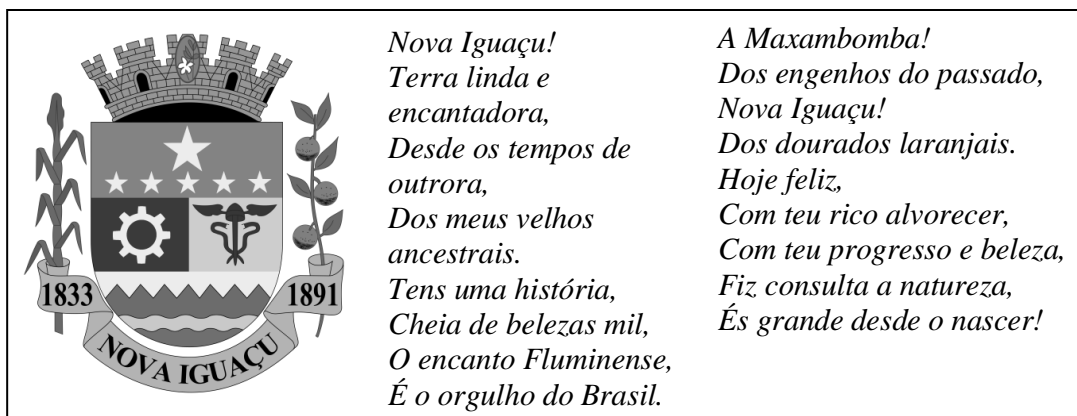
hoje, uma região de contrastes. Cada ciclo correspondeu a uma estrutura fundiária, a um tipo de distribuição e a um modelo de sociedade com o objetivo de prepará-la para novos usos e desafios, passando de área rural para área urbana – periférica com o fim da citricultura.

Citricultura foi o período compreendido entre 1920 e meados de 1940, quando a Nova Iguaçu viveu seu apogeu econômico através da laranja. Vários foram os investimentos e incentivos públicos do Estado a fim de garantir a produção e o beneficiamento do fruto. Na época, Nova Iguaçu possuía posição de destaque no país, e uma das principais cidades exportadoras do fruto no país, em virtude disso recebeu o título de “Califórnia brasileira”, “Cidade Perfume”, por conta do perfume exalado das flores nos pés de laranja por ocasião da florada (SOUZA, 2006; VICENTE, 2015).

Além de Nova Iguaçu, São Paulo e Campo Grande eram produtores de laranja. A produção citricultora realizada em Nova Iguaçu tinha nos mercados consumidores da Inglaterra, França, Canadá, Argentina, Suécia, Noruega e Finlândia seu destino (FIGUEREDO, 2004).

Em 1945, a citricultura declinou e chegava ao fim mais um ciclo produtivo na região. Um dos motivos apontados para tal acontecimento foi o início da Segunda Guerra Mundial, que causou forte desinteresse pelo produto, principalmente pelo mercado internacional, fazendo com que as laranjas ficassem encalhadas nos armazéns de estocagem ou apodrecendo nos pés pela falta de colheita. Os espaços para estocagem não cabiam mais produtos e os prejuízos para os produtores foram se acumulando, tornando a atividade inviável, sobretudo para os pequenos donos de chácaras que tinham na produção da laranja sua única fonte de renda. Outro aspecto apontado para o fim da citricultura foi a ausência de investimentos públicos em estradas para escoamento da produção. Consideradas em péssimas condições de uso as estradas era um entreve ao escoamento da produção. O aparecimento de fungos nos pés de laranja também condenou à morte dezenas de plantações do fruto, com isso houve o endividamento financeiro dos produtores enfraquecendo a atividade, culminando para o seu fim (VICENTE, 2015).

A pujança agrícola vivida por Nova Iguaçu através dos seus ciclos foi tão significativa que vários símbolos como a flor de laranjeira, o fruto, a cana-de-açúcar e os rios da região podem ser encontrados nos principais símbolos da cidade como o brasão oficial e a letra do hino do município, representando a força da origem e economia agrícola da cidade à época.



**Figura 2** Brasão e Hino Oficial da cidade de Nova Iguaçu-RJ. Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (2018)

Pós-citricultura Nova Iguaçu sofreu grande especulação imobiliária e industrial partindo do governo que transformou a região num imenso loteamento urbano com vistas a receber novos investimentos e pessoas oriundas de várias regiões do Estado e do país, mudando completamente o eixo econômico da Baixada, consolidando-se como área periférica de influência subordinada à capital, principalmente pela mudança da matriz econômica de agroexportadora para substituição de importações, com a implantação de indústrias de bens de consumo durável e de capital, cabendo a Região Sudeste do Brasil, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo que assume papel centralizador e concentrador no que se refere à industrialização do país (SOARES, 1964; FIGUEREDO, 2004; ALEXANDRE, 2014).

Atualmente o município ocupa uma área territorial de 523,9 km<sup>2</sup>, abrigando uma população estimada de 818.875 habitantes, distribuídos em mais de 248 mil domicílios, espalhados por 98,91% de área urbana e 1,09% de área rural (IBGE, 2010). A economia de Nova Iguaçu ocupa a sétima posição dentro do Estado do Rio de Janeiro, com um Produto Interno Bruto de R\$16.447.838,64. Sua principal atividade econômica são os serviços, seguido da indústria e da agropecuária onde ocupa a terceira melhor posição no Estado tendo o aipim como principal produto agrícola. Porém, não só de aipim vive o município que possui 576 estabelecimentos rurais abrigando cerca de 1.172 produtores em mais 3.292,247 hectares de área produzida, abastecendo com legumes, verduras, frutas, leite, queijo, ovos entre outros produtos comercializados nas dezenas de feiras e mercados da região (IBGE, Censo Agro, 2017). A produção agrícola, permanente e temporária em Nova Iguaçu, responde pela produção de toneladas de alimentos como banana, coco-da-baía, goiaba, cana e mandioca (aipim) entre outros mostrados nas tabelas a seguir.

**Tabela 1 Lavoura permanente – Nova Iguaçu/RJ – 2016.**

	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção</b>	<b>Área Plantada</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Rendimento Médio</b>
<b>Banana/cacho</b>	1.212 (t)	896,00 (x1000) R\$	197 ha	197 ha	6.152 kg/ha
<b>Coco-da-baía</b>	261(x1000) frutos	223,00 (x1000) R\$	25 ha	25 ha	10.440 frutos/ha
<b>Goiaba</b>	405 (t)	810,00 (x1000) r\$	21 ha	21 ha	19.286 kg/ha

**Fonte:** IBGE (2016). Elaborado pela autora (2019).

**Tabela 2 Lavoura temporária – Nova Iguaçu/RJ – 2016.**

	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção</b>	<b>Área Plantada</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Rendimento Médio</b>
<b>Cana-de-açúcar</b>	875 (t)	136,00 (x1000) R\$	66 ha	66 ha	13.258 kg/ha
<b>Mandioca, macaxeira ou aipim</b>	3.095 (t)	4.952,00 (x1000) R\$	257 ha	257 ha	12.043 kg/ha

**Fonte:** IBGE (2016). Elaborado pela autora (2019).

As tabelas apresentadas foram elaboradas a partir de dados colhidos no site do IBGE e apresentaram a produção agrícola permanente e temporária do município, entretanto não revelam toda a diversidade dos produtos da região, considerando para registros oficiais apenas produções que ultrapassem a uma tonelada (1000kg).

Registros da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO (2016) descrevem uma lista de alimentos maior em comparação a lista do IBGE como a produção de jaca, acerola, pimenta, alface, beralha, ervas medicinais, queijo, própolis, mel, jabuticaba, entre outros produtos, no entanto, ainda assim a empresa que possui escritório de atendimento no município não dá conta de registrar toda a diversidade das produções nos estabelecimentos rurais da região por suas limitações físicas e estruturais com transporte, materiais, equipamentos e funcionários para atender toda a região da Baixada composta por treze municípios. Mesmo com todas as dificuldades os funcionários da EMATER-RIO, escritório de Nova Iguaçu, tem realizado um trabalho incansável de apoio, orientação e capacitação dos produtores através de visitas técnicas, cursos, certificações, e entre outras coisas que possibilitam agricultores e agricultoras permanecerem e continuarem esse modo de vida e resistência. Foram tantas lutas e transformações vividas pela Baixada durante os anos, que a região é conhecida como região de contrastes pela presença de grandes parques industriais, condomínios-clubes, periferias e favelas (MARQUES, 2006). A região concentra 26% de toda a população do Estado, sendo 85% dela de origem negra. O rendimento médio por habitante gira em torno de um salário mínimo e é considerado o quarto maior mercado consumidor do país (IGBE, 2010).

A partir dos anos 2000, pequenos produtores do município se reúnem para criar a Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI) que pode ser considerada a primeira experiência de comercialização direta do produtor com o consumidor na Baixada Fluminense. Deve-se considerar que a Feira da Roça de Nova Iguaçu surgiu primeiro que a Associação, que tem data de criação de 2006. A Feira da Roça foi formada pela união de mais de 30 famílias de pequenos produtores rurais da região com fim de escoarem a produção e assegurarem trabalho e renda para todos de forma organizada e justa (STRAUCH *et al.*, 2012).

De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO (2011), a Feira da Roça de Nova Iguaçu, que antes se chamava Feira do Produto, teve seus trabalhos iniciados em 1999, quando ainda funcionava no interior

de um galpão cedido pela Prefeitura de Nova Iguaçu, localizado na Avenida Governador Roberto Silveira, no centro da cidade, próximo à rodoviária.

De acordo com a coordenação geral da AFERNI, o galpão onde funcionava a Feira da Roça era considerado um local de certa forma bom, porém a localização era péssima, apesar de estar no centro da cidade. O local era considerado de difícil acesso, pois ali circulavam poucas pessoas, o que dificultava muito as vendas. Cenário bem diferente do atual local de funcionamento da Feira, na Praça Rui Barbosa, no meio do tradicional calçadão de Nova Iguaçu, área privilegiada e de grande circulação de pessoas. *“Era muito longe e escondido, mas nós lutamos, lutamos e não desistimos da feira”*, ressaltou a coordenação.

Segundo a coordenação, em 2004 a área do galpão precisou ser desocupada pelos produtores, a mando da prefeitura, para que fossem instalados novos empreendimentos na localidade, como duas concessionárias de veículos, uma Delegacia Legal e um Restaurante Popular. Dessa forma, o mercado do produtor rural parou de funcionar no local e a feira ficou sem espaço para funcionar.

Antes de continuar a história de formação e ocupação da Feira da Roça na Praça, o coordenador explicou que ele é o terceiro na linha de sucessão da AFERNI. Antes dele passou pela Coordenação da Associação, o agricultor Luiz Fernando de Jesus, fundador e primeiro coordenador da AFERNI falecido em 2013. Grande agricultor, mobilizador e articulador da Associação personagem principal de muitas lutas e conquistas.

De acordo com o Estatuto da Feira, as eleições para a diretoria da AFERNI ocorrem de dois em dois anos. E, no caso do fundador Luiz representava sua segunda reeleição. Durante sua gestão a Associação da Feira da Roça ganhou força e visibilidade no município. Seu esforço, trabalho e empenho uniram os agricultores locais na luta por visibilidade, tanto deles, quanto das áreas rurais do município, articulando com gestores públicos, políticos, até mesmo a sociedade, por maior reconhecimento do produtor rural. Também foi responsável pela articulação da AFERNI com os técnicos da EMATER-RIO, escritório de Nova Iguaçu. E, pelo vínculo da Feira da Roça com a Prefeitura durante o governo de Lindberg Farias.

A extinta Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura, hoje, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu responde pelo vínculo e pelo apoio institucional do projeto, assim como na elaboração de políticas públicas para os agricultores locais. Promoção de cursos, capacitações e outras formas de ajuda envolvendo a Feira e os associados.

No ano de 2006 os produtores conseguiram fixar ponto, na Praça Rui Barbosa. O evento foi comemorado com a reinauguração da Feira da Roça, que funcionava uma vez por semana, toda quarta-feira das 7h às 17h. A mudança para o novo local trouxe mais dinamismo ao projeto. As 30 famílias de produtores rurais e as 20 barracas padronizadas e desmontáveis foram conquistadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e representaram a luta e a concretização de um sonho, escoar a produção local e oferecer ao consumidor produtos de qualidade, com maior variedade, cultivados de forma natural, sem o uso de venenos (agrotóxicos), como os habitualmente encontrados nas prateleiras dos supermercados da cidade.

Na Feira da Roça de Nova Iguaçu o consumidor pode encontrar aipim, abóbora, taioba, quiabo, almeirão, pimenta, ervas medicinais, ervas frescas, bertalha, cajá, maxixe, urucum, abacate, feijão de corda, milho verde, coco verde, limão, laranja, acerola, gengibre, jaca, manga, couve, alface, banana, tangerina, mel, própolis, mamão, inhame, maracujá, batata doce, queijos, doces, sucos, mudas de plantas, entre outros produtos, revelando uma agricultura rica e diversa.

A Baixada Fluminense mudou, mas ainda guarda suas origens. Ao produzir alimentos contribuiu para geração de trabalho e renda para os agricultores evitando o êxodo rural e garantindo a soberania alimentar local, rompendo com padrões alimentares hegemônicos incutidos na sociedade. Indo além, promovendo a interação entre o campo e a cidade num *continuum*, resgatando culturas e tradições fadadas ao esquecimento.

A Feira da Roça de Nova Iguaçu atende diretamente mais de 30 famílias de produtores rurais, o equivalente a mais de 180 pessoas diretamente. Além dos mais de seis mil transeuntes que circulam todo mês no calçadão de Nova Iguaçu. Consumidores reais e potenciais dos “produtos da roça”, explicou em entrevista Luiz, o coordenador da Feira.

Abaixo, a **Figura 3** reapresenta a primeira carteirinha utilizada pelos agricultores feirantes na inauguração da Feira da Roça em 2006. Já a **Figura 4** representa as primeiras barracas utilizadas, bem diferente das usadas atualmente pelos feirantes na mesma Praça Rui Barbosa, local de funcionamento hoje e na época, considerado local privilegiado e de grande circulação de pessoas.



**Figura 3** Primeira carteirinha do produtor rural de Nova Iguaçu. Fonte: Arquivo Pessoal.





**Figura 4** Primeiras barracas utilizadas pela Feira da Roça de Nova Iguaçu em 2006. Fonte: Rede Ecológica Rio (2017). Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Em 2013, a Feira da Roça teve seus trabalhos interrompidos de janeiro a março pelo poder público municipal, por conta da troca de governo deixando muitos produtores rurais sem trabalho e sem ter como escoar a produção. Uma semana de funcionamento da feira rende até 700 reais por produtor rural feirante. Para muitos destes produtores a Feira da Roça é apontada como a única fonte de renda da família. Este é o tamanho do prejuízo para o produtor rural com a paralisação das atividades.

A crise ocorreu com a mudança da Prefeita Sheila Gama (PDT) para o Prefeito eleito Nelson Bornier (PMDB). Uma das primeiras mudanças institucionais do antigo Prefeito na gestão foi notificar os produtores feirantes que a feira não poderia funcionar na Praça por determinação do Prefeito.

A justificativa oferecida pela nova gestão municipal foi de que a Praça Rui Barbosa passaria por reformas estruturais e os produtores feirantes teriam que deixar o local sendo posteriormente realocados em novo endereço de comercialização.

Para não deixarem os clientes considerados fiéis sem uma “satisfação” sobre o caso, um grupo de agricultores e artesãos se mobilizaram na Praça Rui Barbosa durante vários dias para coletar assinaturas em favor do retorno da feira ao local.



**Figura 5** Mobilização dos agricultores feirantes na Praça Rui Barbosa. Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia (2013).

De posse do abaixo assinado, três representantes da feira foram juntamente com o bispo Dom Luciano, da Diocese de Nova Iguaçu, se reuniram com o novo secretário de Defesa Civil do município para reivindicar a permanência no local.

O secretário alegou que o problema da feira funcionar na Praça seria a própria localização. Instalada em uma área considerada nobre, a feira estaria incomodando os comerciantes e população local, e sua retirada seria a única solução para o problema. Solução também adotada pela administração municipal para outros “trabalhadores irregulares” como camelôs, jornaleiros, pipoqueiros, etc. que funcionavam no local, removidos em nome do direito à cidade e livre circulação de pessoas, reivindicação, segundo ele, por 90% das pessoas que freqüentavam a Praça. O Secretário explicou que entendia a importância do projeto, mas não poderia fazer nada, pois levaria o caso ao Prefeito para sua autorização ou não de funcionamento. Muitas “coisas” autorizadas pela gestão passada seriam reavaliadas e renovadas ou não de acordo com os interesses da atual gestão (ANA, 2013). A mobilização social e o abaixo assinado obteve resultado, e, em março de 2013 a Feira retornou às atividades no mesmo local e horário.

A Feira é composta por produtores rurais de vários bairros do município como, Jaceruba, Tinguá, Campo Alegre, Marapicu, entre outras que se reuniram em prol da realização da feira a fim de escoar a produção, gerar trabalho e renda, mas também como estratégia de fortalecimento dos territórios rurais da agricultura familiar no município.

Em 2016 os produtores feirantes conquistaram mais um dia de funcionamento, sexta-feira, no mesmo local e horário, possibilitando mais uma oportunidade de comercialização direta, geração de renda e disseminação da identidade cultural do produtor. Somente em 2018 que os produtores feirantes conquistaram a lei nº 4.753, de 17 abril de 2018, oriunda do Projeto de Lei nº 235/2017 de autoria do Vereador Rogério Villanova (PDT) que “*dispõe sobre a criação da Feira da Roça, estabelece critérios para sua realização na Praça Rui Barbosa e dá outras providências*”, disponível no anexo desta dissertação, independente do apoio do governo ou não, garantindo entre outras coisas direito de uso do solo e horário de funcionamento da feira (CMNI, 2018).

Além da Praça Rui Barbosa, os produtores já conquistaram a oportunidade de levarem a Feira da Roça de Nova Iguaçu em espaços não tradicionais de comercialização de alimentos *in natura* como Shoppings e Universidades, promovendo visibilidade e ampliando mercado em territórios extremamente urbanos.

A **figura 6** apresenta a Feira da Roça de Nova Iguaçu no estacionamento do Shopping Nova Iguaçu, no ano de 2017 de 15 em 15 dias. O funcionamento durou 4 meses e em 2018 a feira parou de funcionar por iniciativa dos próprios agricultores.



**Figura 6** Feira da Roça de Nova Iguaçu (2017). Fonte: Blog do Ferreirinha (2017).

No Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Feira da Roça de Nova Iguaçu ocupou espaço para vendas em março de 2018. De lá para cá, toda terça, quinzenalmente, das 7h às 17h os agricultores comercializam seus produtos até o momento.

Essa abertura de espaço da universidade com a feira possibilitou não só mais um espaço de comercialização, como também a relação de proximidades entre a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários) e os agricultores, promovendo o conhecimento de suas tradições e possibilitando a transmissão e disseminação de seus costumes e realidades.

Vale ressaltar que no campus da UFRRJ no município de Seropédica, a feira da agricultura familiar já ocupou espaço algum tempo, comercializando seus produtos toda quarta-feira pela manhã no interior do prédio principal da universidade, conhecido localmente como P1.

## **2.2 Queimados e a Associação da Feira da Roça de Queimados - AFERQ**

Desmembrado de Nova Iguaçu por meio de plebiscito municipal ocorrido em 25 de novembro de 1990 e elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 1.773 de 21 de dezembro do mesmo ano, Queimados é um dos treze municípios que compõe a Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. O município possui uma área de 76,92 km<sup>2</sup> sendo 40% deste total com características rurais. A população gira em torno de 137.962 habitantes, distribuídos em 42.230 domicílios considerado pela gestão pública municipal cem por cento urbano (IBGE, 2010). De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura de Queimados, o município possui seis associações de produtores rurais registradas: Capoeirão, Chapadão, Fazendinha, Vista Alegre, Vilar Grande e Mutirão da Fé e outras três Vila Americana, Vila Central e Sarandi que não estão registradas, mas são espaços agrícolas, dotados de significativa presença de produtores rurais igualmente atendidos pela gestão municipal através da Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Queimados.

A origem do município se mistura com a história de colonização e ocupação da Baixada Fluminense, porque antes de sua emancipação, Queimados também pertencia às terras de Nova Iguaçu. A citricultura foi durante muito tempo sua principal atividade econômica e com o declínio da atividade as fazendas de laranja da cidade foram transformadas em grandes loteamentos urbanos para fim de habitação. A presença da ferrovia ajudou muito neste processo.

O nome dado ao município pode ser considerado um capítulo a parte. Curiosamente, procurar por dados concretos sobre a origem do nome da cidade não se revela tarefa fácil devido às várias versões populares de sua origem. A primeira versão encontrada para o nome refere-se à chegada de D. Pedro II à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (como era chamado a localidade) para inaugurar o primeiro trecho da Estrada de Ferro que ao chegar no local avistou uma grande queimada que ocorria no cume de um morro próximo à ferrovia, e atribuiu ao lugar o nome “Morro dos Queimados”. A segunda versão atribuída ao nome do lugarejo refere-se ato violento na região de queimar escravos fugitivos das fazendas de café como forma de exemplo e punição para outros de forma a evitar as fugas. A terceira versão relata que há muito tempo a localidade abrigou um grande hospital de leprosos, e ao morrerem os doentes tinham os corpos queimados como forma de diminuir ou controlar a doença altamente contagiosa. Esta versão é a que mais se aproxima da realidade local pelos

indícios físicos das ruínas de um antigo leprosário ainda existente entre os municípios de Queimados e Japeri (que pode ser visto da linha férrea que liga as duas cidades), bem afastado dos dois centros urbanos e por existir na cidade uma via pública com o nome de Estrada do Lazareto em referencia ao leprosário. A quarta versão do nome envolve os trabalhadores chineses que ocuparam a região durante a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II que segundo relatos, durante os trabalhos de construção da ferrovia muitos deles adoeceram e vieram a óbito vítimas de cólera ou malária e tinham por costume e cultura queimar seus mortos no local que moravam (TORRES, 2008; UFRRJ, 2014).

A atividade econômica no município se desenvolveu a partir da agricultura com ênfase no cultivo do milho, da cana-de-açúcar, do café e claro da laranja. O fim da citricultura promoveu um intenso processo de expansão urbana e imobiliária com o loteamento das fazendas para fins de habitação, porém tal processo não foi capaz de extinguir a atividade nem expulsar os agricultores do local, guardando características rurais no território.

A produção agrícola de Queimados, segundo o IBGE (2016) foi responsável por uma produção significativa de banana, cana-de-açúcar e mandioca, tradicionais produtos da região como mostram as tabelas abaixo elaboradas a partir das informações do instituto:

**Tabela 3: Lavoura permanente – Queimados/RJ – 2016.**

	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção</b>	<b>Área Plantada</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Rendimento Médio</b>
<b>Banana/cacho</b>	260 (t)	175,00 (x1000) R\$	39 ha	39 ha	6.667 kg/ha

**Fonte:** IBGE (2016). Elaborado pela autora (2019).

**Tabela 4: Lavoura temporária – Queimados/RJ – 2016.**

	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção</b>	<b>Área Plantada</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Rendimento Médio</b>
<b>Cana-de-açúcar</b>	488 (t)	70,00 (x1000) R\$	45 ha	45 ha	10.844 kg/ha
<b>Mandioca, macaxeira ou aipim</b>	1.223 (t)	1.835,00 (x1000) R\$	115 ha	115 ha	10.635 kg/ha

**Fonte:** IBGE (2016). Elaborado pela autora (2019).

Porém, a atividade agrícola não se limita apenas a estas culturas produzindo outros tipos de alimentos com uma variedade de verduras, legumes, frutas, mel, ovos entre outros

produtos que podem ser encontrados, semanalmente, em variedade na Feira da Roça de Queimados para aquisição dos consumidores.

A Feira de Roça de Queimados foi criada em maio de 2010, inspirada na experiência de sucesso da Feira da Roça de Nova Iguaçu que já funcionava desde 2006. Motivados pela experiência de Nova Iguaçu os agricultores de Queimados se reuniram para organização e elaboração da própria feira que no início funcionou, semanalmente, apenas um dia (quinta-feira) das 7h às 16h, no centro de Queimados, próximo a estação de trens de passageiros da cidade, local considerado privilegiado pelo grande número de circulação de pessoas que usam todos os dias o principal meio de transporte da cidade, próximo também do Centro Comercial de Queimados (CCQ), de bancos, padarias, escolas, lojas comerciais, igrejas, pontos de ônibus, jornaleiros, quiosques, redes varejistas de mercado e pequenos mercadinhos de bairro entre outros empreendimentos comerciais no local.

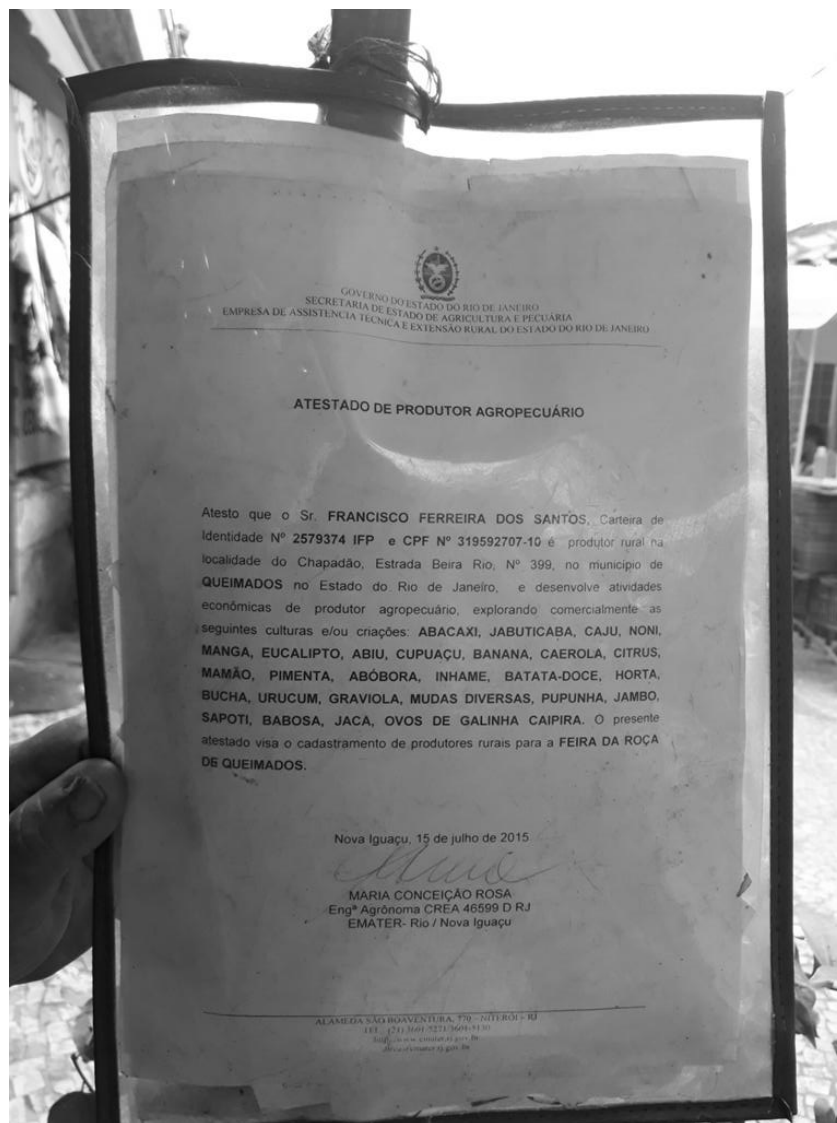
Constituída em 2010 por 10 barracas e 30 famílias de produtores rurais a feira começou os trabalhos objetivando escoar a produção, promover contato direto com o consumidor (sem atravessadores), e gerar trabalho e renda para a família do produtor. As barracas desmontáveis foram solicitadas e emprestadas pelo Escritório Central da EMATER-RIO de Niterói, via Ministério do Desenvolvimento Agrário, e, foram repassadas aos produtores através da solicitação do Conselho Municipal de Agricultura de Queimados, e são usadas para a realização da feira até o momento que passam por manutenção periodicamente com recursos da Associação. No primeiro semestre de 2011, a feira adquiriu veículo próprio via Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que facilitou e viabilizou a logística da feira até o local de comercialização (SOUZA, 2015).



**Figura 7** Inauguração da Feira da Roça de Queimados em março de 2010. Fonte: Cedida pela Associação da Feira da Roça de Queimados (2019).

As primeiras reuniões para a formalização da Associação da Feira da Roça de Queimados foram realizadas ainda em 2010 para discussão em grupo do Estatuto e regimento interno da Associação. Em agosto do mesmo ano a prévia do texto do Estatuto passou pela primeira revisão do grupo. Em 1º de março de 2011 foi criada a Associação da Feira da Roça de Queimados (AFERQ) e dado posse a primeira diretoria formada por Assembléia Geral, Coordenação e Conselho Fiscal. Na ocasião também foi dado posse a diretoria da Associação eleitos para o cargo que tem vigência de dois anos: Coordenação Geral; Coordenador Substituto e primeiro secretário. A reunião de posse contou também com a presença de Maria da Conceição da Rosa (Mariela) agrônoma e funcionária da EMATER escritório de Nova Iguaçu que lavrou e assinou a ata da reunião, informou a coordenação da AFERQ em entrevista na sede da Associação dos Produtores Rurais de Vista Alegre em Queimados.

A Feira da Roça de Queimados é composta por agricultores oriundos das mais diferentes áreas rurais da cidade, como: Chapadão, Campo Alegre, Rio D'Ouro, Fazendinha, Vista Alegre, Parque Ipanema, Santo Expedito entre outros (SOUZA, 2015). Verificamos em campo, e de acordo com a coordenação da feira, que setenta e cinco por cento dos agricultores que dela participam possuem o Atestado de Produtor Agropecuário **figura 8** emitido pela EMATER-RIO, renovado de seis em seis meses, documento considerado obrigatório e de suma importância para o agricultor que participa da AFERQ ressaltou a coordenação da feira.



**Figura 8** Atestado de Produtor Agropecuário. Fonte: Arquivo pessoal (2019).

De acordo com a coordenação “O documento possibilita maior credibilidade ao produtor rural e precisa ficar exposto, pendurado na barraca a vista do cliente, durante todo tempo e todas as vezes que o produtor fizer a feira. Ele é a garantia da origem dos nossos produtos para o consumidor” (AFERQ, entrevista em 13/02/2019).

A coordenação explicou também de que forma a EMATER faz a certificação.

Segundo o coordenador, os técnicos da EMATER se deslocam até o sítio do produtor, faz o levantamento das culturas produzidas e emite o documento. Ainda segundo a coordenação, o documento para o feirante é de suma importância, pois tem o poder de criar e expandir responsabilidades advindas do produtor, do consumidor e da prefeitura.



Para a coordenação da AFERQ, a lei diz que a Feira da Roça de Queimados está vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, porém a secretaria se torna omissa, não ajudando em nada os agricultores. Como a EMATER é a que certifica os agricultores, cabe a mesma a responsabilidade de passar pelas barracas no dia de funcionamento verificar se existem produtos que ainda não estão validados por ele e promover assim sua inserção. Se preciso emitir novo certificado ao produtor.

A lei de que a coordenação da AFERQ se refere é a 1.240 de 17 de abril de 2015, que dispõe sobre a “criação da Feira da Roça de Queimados e dá outras providências competindo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura – SEMDRAG, a Associação da Feira da Roça de Queimados – AFERQ e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/NI, a organização e manutenção da Feira da Roça.

No segundo semestre de 2011, os agricultores conquistaram mais um dia de funcionamento, as terças-feiras, aumentando seu poder de comercialização e visibilidade.

Com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) naquele ano foi possível adquirir novas barracas, que possibilitaram a entrega em definitivo das barracas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) à EMATER-RIO.

Ainda em 2011, a AFERQ participou do Projeto Agroecologia da Petrobrás, que possibilitou o custeio, até o mês de novembro, os custos com transporte (ida e volta) das mercadorias até as propriedades e feiras (SOUZA, 2015). Aliado a isso, os agricultores feirantes se mobilizaram para a criação de um fundo através de mensalidades, que pudessem sustentar de forma autônoma a feira durante as suas 96 edições ano.

De acordo com a coordenação são arrecadados 90,00 reais por mês de cada associado para o fundo de manutenção. Como a feira possui atualmente 10 famílias associadas isso corresponde a uma arrecadação média de até R\$900,00 usados para custear motoristas, estacionamento, conserto das balanças, limpeza das lonas, das barracas, entre outras coisas.

Com muito orgulho a coordenação salientou que nos nove anos de funcionamento a Feira da Roça de Queimados nunca deixou de funcionar, mesmo com todas as dificuldades e um número bem reduzido de agricultores em comparação à inauguração. Resistindo e fortalecendo os territórios rurais da Baixada, em especial os da cidade de Queimados.

### **2.3 Japeri e a Associação da Feira da Roça de Japeri – AFERJI**

Considerado um município de origem agrícola, Japeri na Baixada Fluminense possui setenta por cento de sua área territorial de 82 km<sup>2</sup> com características rurais, abrigando 95.492 moradores, distribuídos em 32 bairros e mais de 28.409 domicílios. Ainda assim o município é considerado pelo governo municipal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística um território 100% urbanizado (IBGE, 2010).

Em suas terras percorrem alguns dos principais rios da região afluentes do rio Guandu, principal rio que abastece toda capital e Região Metropolitana do Estado, como o rio Santana,

o rio D'Ouro, o rio São Pedro, o rio Santo Antonio e o rio dos Poços. Cortado pelas linhas férreas, auxiliar de cargas e D. Pedro II, principais vias ferroviárias de transporte de cargas e de transporte de passageiros do Estado, o município ainda fica próximo ao acesso da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), principal via de acesso à capital e ao eixo Rio - São Paulo, se tornando ponto de interesse logístico de empresários interessados na implantação de fábricas e indústrias de diversas atividades na região.

Mesmo diante desse cenário, a atividade agrícola no município ainda permanece intensa com 435 estabelecimentos rurais de base familiar<sup>4</sup> representando os interesses de mais de 700 produtores rurais, responsáveis pela produção de diversos alimentos como coco, laranja, banana; goiaba, limão, aipim e cana-de-açúcar como mostram as **tabelas 5 e 6**, além de outros alimentos como quiabo, taioba, milho, feijão de corda, abacaxi, manga, açaí, acerola, mel, ovos, queijos, própolis, aves, peixes entre outros produtos distribuídos entre os cinco assentamentos rurais e as nove associações de produtores que existem no município.

**Tabela 5 Lavouras permanentes – Japeri/RJ – 2016.**

	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor da Produção</b>	<b>Área Plantada</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Rendimento Médio</b>
<b>Banana/cacho</b>	1.396 (t)	1.008,00 (x1000) R\$	201 ha	201 ha	6.945 kg/ha
<b>Coco-da-baía</b>	590 (x 1000) frutos	484,00 (x1000) R\$	68 ha	68 ha	8.676 frutos/ha
<b>Goiaba</b>	245 (t)	474,00 (x1000) R\$	14 ha	14 ha	17.500 kg/ha
<b>Laranja</b>	56 (t)	84,00 (x1000) R\$	3 ha	3 ha	18.667 kg/ha
<b>Limão</b>	16 (t)	32,00 (x1000) R\$	1 ha	1 ha	16.00 kg/ha

**Fonte:** IBGE, 2016. Elaborado pela autora (2019).

**Tabela 6 Lavouras temporárias – Japeri/RJ - 2016.**

	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Valor Da Produção</b>	<b>Área Plantada</b>	<b>Área Colhida</b>	<b>Rendimento Médio</b>
<b>Cana-de-açúcar</b>	1.752 (t)	245,00 (x1000) R\$	103 ha	103 ha	17.010 kg/ha
<b>Mandioca, macaxeira ou aipim</b>	4.325 (t)	7.619,00 (x1000) R\$	406 ha	406 ha	10.653 kg/ha

**Fonte:** IBGE, 2016. Elaborado pela autora (2019).

<sup>4</sup> Dados do Censo Agropecuário (2006) e da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Japeri (2017).

Um desses cinco assentamentos rurais no município é o assentamento Pedra Lisa, que dá nome ao bairro e é considerado um dos mais antigos e mais importantes da localidade, palco de muitas lutas por terra dos antigos lavradores que habitaram a região.

De acordo com Bastos (2017) e Silva (2008), a região da Pedra Lisa começou a ser ocupada depois de 1940, por famílias agrícolas oriundas de diferentes partes dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, se estabelecendo na região e escolhendo Pedra Lisa para morar e fixar residência. O motivo desta migração e diversidade de origens das famílias ocorreu por conta da seca e da falência das fazendas de café nos locais de origem, levando um grande contingente de camponeses buscarem outras regiões para ocupação como forma de permanência da atividade agrícola e reprodução social.

O bairro de Pedra Lisa já pertenceu ao município de Nova Iguaçu quando antes da emancipação de Japeri ocorrida em 02 de dezembro de 1991, através de lei estadual nº 1.902. O bairro é muito conhecido pelas pessoas por duas características distintas: a primeira, e mais conhecida, seria de cunho estritamente geográfico em referência a uma enorme pedra de aparência lisa presente na região e considerada ponto de interesse turístico e de esporte para a prática de rapel. A segunda, menos divulgada, seria de cunho político, fazendo referência aos conflitos violentos de ocorrido na região em função da área da antiga Fazenda São Pedro desapropriada em 1959, objeto de muita luta e resistência dos lavradores e pela área de influência da antiga e primeira Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa criada no ano de 1948. Essa associação era responsável pela união e organização de vários camponeses oriundos de varias fazendas da região na distribuição de lotes para fins de produção agrícola familiar. De acordo com Bastos (2017), em 1946 a associação já contava com cerca de 140 famílias inscritas e o quantitativo tendia a subir pela propaganda boca a boca como forma de permanência e resistência local.

Copello (1983) afirma que a ocupação da região da Pedra Lisa se deu de forma organizada, controlada por uma comissão de trabalhadores que ali viviam, dividindo os lotes em um alqueire e meio para cada família, variando de acordo com o número de componentes para fins de plantio, tentando adequar para todas as mesmas condições, boas ou más, de uso da terra, evitando privilégios.

Nesta época, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa assumira um papel político importante no controle e distribuição de terras, porém este não era a sua única função assumindo também papel social entre a comunidade, como uma rede mútua de ajuda e cooperação na produção e comercialização dos alimentos funcionando também como agente regulador das ações em comunidade, através de regras de comportamentos. Possuía um Conselho Fiscal para fins de controle social dos lavradores, e uma das regras impostas pelo conselho era que problemas ou dificuldades entre eles advindas da divisão de terra, não deveriam ser resolvidos entre eles, mas levado ao conselho pra ser discutido em grupo pela associação.

Outra imposição do conselho fiscal era que posseiro deveria morar na região da Pedra Lisa, e, que a família do lavrador poderia até desmatar, mas somente para fins de produção. Cabia à associação a abertura de estradas e valas para drenagem dos terrenos e a construção de uma escola e de uma ponte sobre o rio São Pedro, a fim de ligar as localidades de Jaceruba e Pedra Lisa para escoar a produção.

A associação também realizava mutirões para a construção de casas para as novas famílias de lavradores que entravam na associação, e alimentava o sentimento de solidariedade entre todos para a troca de alimentos entre eles no tempo de escassez e necessidade. Possuía almoxarifado próprio fornecendo sementes e ferramentas aos posseiros, mediante pagamento que poderia ser parcelado conforme as condições financeiras das famílias. Na associação existiam também normas de convivência, e, para fiscalizar isso existia outra Comissão responsável por inibir os excessos de bebidas alcoólicas, roubos e brigas entre os posseiros de forma a assegurar a harmonia da associação (BASTOS, 2017; COPELLO, 1983; SILVA, 2008).

Depois da morte do líder da associação, em 1953, José Matias assassinado com um tiro no peito quando voltava para casa depois de uma das reuniões da Sociedade, os conflitos por terra na região se intensificaram, inclusive com a expulsão de cerca de 30 famílias de meeiros que vivam próximos a região de Pedra Lisa (COPELLO, 1983; GRYNSZPAN, 1987).

A primeira tentativa de despejo e o primeiro grande conflito armado entre os lavradores e a policia na região aconteceu em 1956, quando a tropa armada entrou em Pedra Lisa com um mandato de despejo e foi recebida com facões, foices, enxadas e espingardas pelos lavradores, como forma de autodefesa. Não por acaso, neste período, a região ficou conhecida como área deflagrada (BASTOS, 2017).

Além da resistência armada, os lavradores usaram de outras estratégias de resistência para permanecerem de posse da terra, e depois de outro episódio de violência local da polícia contra eles resultando na destruição por fogo de três casas, os lavradores mobilizaram e procuraram apoio da imprensa popular (no caso o Jornal do PCB) para intermediar um encontro entre os camponeses, o Governador Miguel Couto Filho e a Assembleia Legislativa para denunciar os crimes, que segundo os lavradores, tinha motivação comercial da Imobiliária Guinle, interessada em vender os terrenos da região (BASTOS, 2017).

Em 1958 ocorreu mais uma tentativa de despejo dos lavradores, desta vez por iniciativa da família Fausto Alvin, proprietária das Fazendas Reunidas Normandia, a fim de tomar posse dos terrenos guarnecida pela policia de Nova Iguaçu e mais uma vez a operação não obteve sucesso, não só porque os lavradores resistiram, mas encontraram apoio da imprensa progressista que deu cobertura no momento exato da expulsão, inviabilizando o despejo (CAPELLO, 1983). Ainda em 58, o Governador Miguel Couto publicou um decreto desapropriando duas fazendas que compunham a região, a Fazenda Santo Antonio do Mato e Fazenda Limeira, entregando definitivamente a área à associação. Em virtude disso foi confeccionada em sua homenagem uma placa de bronze, fixada em frente à Escola Municipal Pedra Lisa com a mensagem:

Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros de mais de séculos dessas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se Miguel Couto Filho. 13-7-58.

De acordo com Copello (1983), até o final dos anos 50, ocorreram mais dois conflitos considerados relevantes para a região que envolveu a desapropriação de mais duas fazendas: a Fazenda São Pedro e a Fazenda Boa Esperança. O caso da Fazenda São Pedro ocorreu em virtude do proprietário Francisco Junqueira, fazendeiro de café em São Paulo e usineiro de leite em Minas Gerais, possuir em suas terras dois grupos distintos de meeiros, um que habitava uma área da várzea e outro que habitava uma área de serra, sendo este último com piores condições de exploração da terra. Neste cenário, quando os lavradores que habitavam a várzea se recusaram a pagar a meia, o proprietário mobilizou os meeiros que habitavam a serra para expulsarem seus vizinhos, a fim de ocuparem suas terras. Observando a situação criada, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa interviu na questão e, não só conseguiu evitar o conflito entre os grupos, como também que nenhum dos dois pagasse a meia ao proprietário. Em resposta, o fazendeiro travou uma luta contra eles e levou até a região jagunços vindos de São Paulo e policiais locais para conseguir o despejo. Entretanto, não obteve sucesso, pois em ato de resistência os meeiros cavaram valas pelas estradas de acesso, a fim de impedir a entrada dos grupos armados.

Já o conflito realizado na Fazenda Boa Esperança se deu entre os meeiros e o próprio dono da fazenda, que acusavam o dono de roubo nos percentuais de produção dos alimentos, rebelando-se contra ele. Em resposta, o proprietário mandou chamar tropas militares que metralharam e queimaram algumas casas da região, além das plantações e animais dos meeiros, expulsando-os do local. Neste caso, a intervenção da Sociedade se deu por conta da mobilização de cerca de 250 pessoas, que unidas realizaram vigília durante dois dias no palácio Ingá no Rio de Janeiro, que resultou na desapropriação da Fazenda Boa Esperança indenizando o proprietário (CAPELLO, 1983).

Devido ao sucesso e progresso das lutas camponesas reivindicadas pela associação, em 1961, mais um ação de luta e resistência organizada pela associação obteve sucesso, porém desta vez no município de Itaguaí, conhecido como Núcleo Agrícola Santa Alice. A Sociedade de Lavradores enviou uma comissão formada por 53 lavradores em um caminhão até o núcleo a fim de apoiar os ocupantes do núcleo. A ação resultou em mais um violento conflito armado, pois o grupo foi recebido a tiros e alguns lavradores foram presos, soltos apenas 26 dias depois. O conflito de Santa Alice ganhou força através da articulação do deputado estadual Tenório Cavalcanti que se juntou ao grupo no conflito pressionando o governo federal e estadual na desapropriação, vitória conquistada ainda naquele ano (BASTOS, 2017).

O ano de 1964, pós-regime militar, foi considerado um ano difícil tanto para os lavradores quanto para a associação. Se de 1950 até meados de 1960 pode ser considerado um período promissor, de grande luta, mas também de grandes vitórias para a Sociedade de Lavradores, o pós 64 pode ser considerado um período de desmobilização das lutas camponesas sob forte repressão. Até este período a Sociedade contava com 1500 associados, depois deste período o número de lavradores e posseiros associados diminuíram bastante, principalmente, depois que a sede da associação e todos os documentos lá existentes foram completamente queimados e seus líderes perseguidos pelo exército brasileiro. Aliado este cenário violento, a extinção do antigo ramal ferroviário da estação de São Pedro, frequentemente usado pelos lavradores para escoarem a produção, agregou mais uma dificuldade à vida dos camponeses (COPELLO, 1983). Pessoas da própria comunidade passaram a entregar nomes ao regime militar para que sofressem repressões. Pessoas

consideradas humildes e trabalhadoras, mas que também representavam o poder econômico, com tentáculos no poder político ou ainda no poder de polícia passaram a entregar listas com nomes de lavradores em troca de se apropriarem de suas terras, assim que ficassem vazias. Representavam uma relação de troca entre Estado e os grileiros, membros da própria comunidade (entrega-lista) que, mais tarde, se tornariam os grandes donos de terras da região, donos também de dezenas de imóveis, lojas e postos de gasolina.

Sobre isso, dois efeitos negativos foram imediatamente percebidos na região com o objetivo de desmobilizar e enfraquecer a Sociedade de Lavradores com o intuito de não possibilitar que os mesmos se reerguessem. O efeito político determinado pelas ações dos “entrega-lista” culminou no fechamento de várias associações, inclusive a de Pedra Lisa, impedindo que elas voltassem a funcionar com baixas também no único posto médico e na única escola da região. O outro efeito de caráter econômico ficou por conta da extinção do ramal ferroviário e da estação de trem de São Pedro que prejudicou o escoamento da produção passando a ser feito por meio de carroças. Antes do golpe, a região de Jaceruba chegava a escoar por semana até 1500 caixas de alimentos, em 1983 esse número mal chegava a cem (CAPELLO, 1983).

Em janeiro de 1986, mesmo enfraquecidos, mas ainda em luta, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa organizou uma nova mobilização de ocupação da Fazenda Boa Esperança, pois a mesma, que já tinha sido desapropriada pelo Estado e entregue os lavradores, tinha sido ocupada pelo vulgo Capixaba (identificado como um dos entrega-lista) durante o golpe militar de 64. Foram quatro meses de planejamento e organização para a ocupação, reunindo vários documentos a fim de provar de que as terras da fazenda pertenciam ao Estado. Nesta época o Governador do Estado era Leonel Brizola, que se posicionava em favor dos movimentos sociais de luta pela terra na época. Capixaba foi convocado pela Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria Estadual de Habitação para apresentar o termo de posse das terras que ocupava como não compareceu e as mesmas voltaram para as mãos dos lavradores que reocuparam a área, atualmente conhecida como assentamento Boa Esperança em Japeri. No ano seguinte, um lavrador foi morto com três tiros no peito na região conforme registro no Movimento Sem Terra (MST) entregue ao Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) evidenciando o quão violento e perigoso foram os conflitos de terra erguidos no bairro de Pedra Lisa, no município de Japeri na Baixada Fluminense (BASTOS, 2017).

A emancipação de Japeri ocorreu em 1991 e elevou o distrito de Nova Iguaçu à categoria de município, porém esta classificação não trouxe consigo a garantia de mais desenvolvimento para a localidade. As áreas rurais do município não foram reconhecidas pelo governo municipal mesmo diante das evidências de luta e história rural dos agricultores e agricultoras, refletindo em poucos incentivos ou investimentos públicos na área. De acordo com o atual Secretário Municipal de Agricultura, o Plano Diretor Municipal de Japeri se encontra em fase de atualização, e existe na pasta proposta de remarcação e atualização das áreas consideradas rurais do município, possibilitando maior visibilidade e reconhecimento da importância e do trabalho dos agricultores locais, de predominância familiar, corrigindo 28 anos de descaso.

Até 2012, a atual Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAPE) era aglutinada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

(SEMADES) de Japeri formando apenas uma. Depois de ter sido reeleito, o prefeito Ivaldo Barbosa (o Timor) desvinculou as duas secretarias a fim de colocar como secretário de agricultura o então vereador e o amigo Zé Ademar, aliado político, que teve sua eleição impugnada naquele ano acusado de receber propina e de efetuar compra de votos. Este ato permitiu maior autonomia e visibilidade às questões agrícolas do município, mas não alterou, por exemplo, a condição do município de totalmente urbano e do Plano Diretor Municipal Participativo, Lei nº 069, de 30 de outubro de 2006, reservou o Capítulo XI, Art. 95 e 95A às questões de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural local, a saber:

**Artigo 95.** A Política de Desenvolvimento Rural tem por objetivo:

I - incentivar as atividades agrícolas no Município;

II - identificar, com os dados do próximo censo, a real situação rural Municipal, a fim de proporcionar a sua regulamentação.

**Artigo 95.A.** Serão aprovadas por Leis Complementares a este plano Normas e Procedimentos para o novo Código de Obras, Código de Preservação Histórica e Ambiental, Código Tributário, Código de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo, Código de Transportes e Código Agrícola (Prefeitura Municipal de Japeri, 2006).

Destacamos sobre essa questão que foi observado o que diz a Lei Orgânica Municipal de Japeri de 1993, Art. 220 a 223 que dispõe sobre as políticas públicas de desenvolvimento da agricultura e da pecuária no município, e destacamos o Art. 220 “ A política agrária a ser implementada pelo município dará prioridade à pequena produção com estímulo a policultura e ao abastecimento alimentar, através de sistema de comercialização direta”. E a lei nº 021, criada em 29 de março de 2009, que “dispõe sobre o apoio às iniciativas de comercialização direta entre pequenos agricultores e consumidores” como avanços para a questão no município, que possui uma história e grande potencial agrícola para a produção de alimentos, além de abrigar dezenas de produtores de base familiar, mas a questão agrária e de desenvolvimento rural dessas famílias parece uma questão muito incipiente e de alta complexidade tanto para a população quanto para o poder público envolvendo mais políticas públicas de garantia de direitos a essa população tanto com relação ao plantio quanto as formas de escoamento e comercializar da produção.

Atualmente, existe em processo a atualização do Plano Diretor Municipal que já deveria ter sido atualizado desde 2016. Porém, por questões políticas e orçamentárias o mesmo ainda não foi concluído, tendo por previsão, de acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo, o ano de 2019, o texto provisório já se encontra pronto e passando por revisões das propostas tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil para depois de aprovado ser publicado em Diário Oficial.

De acordo com a coordenação da AFERJI, o surgimento da Feira da Roça de Japeri e a Associação ocorreram em julho de 2011, baseado na experiência de Nova Iguaçu e Queimados, através do Decreto de Lei nº 1949, de 25 de julho de 2011, com o apoio da prefeitura e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, a EMATER-RIO escritório de Nova Iguaçu.

A Prefeitura disponibilizou o espaço do solo no centro da cidade para o funcionamento e em parceria com a EMATER disponibilizou barracas, lonas, balanças, aventais, entre outros recursos a sua realização.

Neste período foram atendidas 20 famílias de agricultores e 10 artesãos que realizavam a Feira somente de 15 em 15 dias, no centro de Engenheiro Pedreira, na Praça Olavo Bilac, entre 8h e 17h.

No ano seguinte, o grupo conquistou novos espaços e mais dias de funcionamento, passando a funcionar semanalmente, toda quinta-feira na Praça Leni Ferreira no centro de Japeri, e, toda sexta-feira na Rua Olivier Ramos de Oliveira, no centro de Engenheiro Pedreira, sempre das 8h às 14h, oferecendo frutas, legumes, verduras, queijos, pães, geleias, própolis, mel entre outros produtos cultivados e produzidos diretamente do produtor para o consumidor, de forma natural, baseados em princípios agroecológicos e familiares, principais características deste modelo de feira.

Em seu oitavo ano de funcionamento, a Feira da Roça de Japeri pode ser encontrada funcionando nos mesmos dias, locais e horários de funcionamento do início, porém com um número bem reduzido de barracas e de agricultores feirantes que do início. Entre três a cinco barracas, entre três a seis famílias por dia de funcionamento. Cenário bem diferente dos primeiros anos da inauguração quando número de barracas chegava a dez e de famílias agricultoras atendidas vinte por semana.



**Figura 9** Feira da Roça de Japeri. Fonte: Arquivo Pessoal (2018).



A coordenação da Associação da Feira da Roça de Japeri (AFERJI) considerou que este declínio tem relação com a falta de apoio pela feira da atual gestão municipal.

Para a coordenadora, a mudança do prefeito e o secretário municipal de agricultura pioraram as condições de trabalho da feira. Em sua opinião os atuais gestores “não fazem nada pra ajudar a feira, e não têm o mesmo carinho e cuidado que o anterior, deixando a Feira da Roça de Japeri jogada e a míngua” (coordenação AFERJI, 2018).

Em fevereiro de 2017, a nova gestão municipal deixou que a Feira da Roça ficasse cinco meses sem funcionar, causando enorme prejuízo aos agricultores.

O motivo da demora segundo a coordenação foram as barracas que estavam em péssimas condições de uso, indo para reforma as 10 barracas que utilizavam. Somente em maio daquele ano elas foram devolvidas aos agricultores. Dia 19 de maio foi realizado um evento de reinauguração da Feira da Roça, que contou com a presença de várias autoridades como o prefeito, deputado federal, a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar, técnicos da EMATER, vereadores entre outras pessoas, à Rua Olivier Ramos de Oliveira, Engenheiro Pedreira para a reinauguração.

De acordo com o secretário municipal de Agricultura e Pesca, a Feira da Roça de Japeri está vinculada à SEMAPE e possui apoio institucional da prefeitura que limita-se ao logístico (transporte e combustível) que levam e trazem as barracas e os agricultores das propriedades até o local da feira.

Ainda segundo o secretário, de janeiro e maio de 2017 a prefeitura passavam por um período difícil e conturbado de troca de governo, e, por isso todos os veículos e combustíveis destinados às secretarias estavam em processo de licitação, prejudicando o retorno da Feira da Roça um tempo maior do que esperavam.

A AFERJI cobra de seus participantes uma mensalidade para seu custeio e manutenção no valor de R\$25,00. Porém, a coordenação considera este valor insuficiente para a manutenção da feira e evitar a dependência da prefeitura. Segundo a coordenação, nem todos os associados pagam em consequência da pouca venda causada pela forte concorrência local de seus produtos no mercado locais e pela falta de divulgação que também comprometem a feira.

Neste sentido, os agricultores que resistem se mobilizam para mudar a situação ajudando-se mutuamente. “Aquele que tem carro ajuda o outro que não tem, levando os produtos pra feira. A gente mesmo que monta e desmonta as barracas no dia, que estão sendo guardadas aqui perto, na casa de uma cliente amiga nossa que mora perto da praça” (coordenação AFERJI, 2018). Dessa forma, conseguem diminuir os prejuízos e os impactos logísticos e estruturais de funcionamento sem interrupção, sem perder o que conquistaram te aqui.

Assim como ocorre com as Feiras da Roça de Nova Iguaçu e Queimados, os agricultores que realizam a Feira da Roça de Japeri têm buscado outros espaços de comercialização que os tradicionalmente conhecidos conquistando novos locais e horários de

funcionamento como o projeto Anda Japeri caminhadas na natureza, que ocorre todo ano no município, desde 2014.

Este projeto corresponde a integração de esporte e turismo tendo por foco áreas consideradas rurais no município, estimulando a consciência ambiental e o desenvolvimento social de forma simples e sustentável, através de atividades físicas, gerando oportunidade para o agricultor local através do acolhimento dos caminhantes e comercialização de sua produção (IKA, 2014).

O Anda Japeri é um projeto inscrito no sistema Anda Brasil de caminhadas e pedaladas populares, de iniciativa civil, com parcerias público-privadas. Fundado em 2006, no Estado do Rio de Janeiro Confederação Brasileira de Esportes Populares, Caminhadas na Natureza e Inclusão social, o Anda Brasil é responsável pela organização e gestão dos circuitos brasileiros distribuídos regionalmente em federações e normatizados internacionalmente pelo Internacionaler Volkssporte Verbunder – IVV (Federação Internacional dos Esportes Populares), com sede na França (Anda Brasil, 2013; 2016). São mais de 500 circuitos cadastrados no país, em mais de 19 estados. A predominância do projeto são os esportes populares não competitivos praticados por qualquer pessoa, de qualquer idade ou condição física, promovendo a inclusão social através do esporte (Anda Brasil, 2013).

No município, em 2014 eram cadastrados apenas três circuitos, a saber: APA Pedra Lisa – sudeste RJ 1174 em abril; Águas de São Pedro – sudeste RJ 1173 em julho; e Águas de Santo Antônio – sudeste RJ 1172 em outubro. A escolha dos circuitos tinha por critério comum a presença do conjunto paisagístico rural e as belezas naturais locais, com destaque para a Área de Proteção Ambiental Pedra Lisa, criada por lei municipal nº 1189/2009, retificada, pela Lei municipal nº 1238/2012, uma importante área rural, com uma grande concentração de sítios e produtores rurais, além de colocar os participantes em contato direto com dois principais rios da cidade, o rio São Pedro e rio Santo Antonio, afluentes do rio Guandu. A região da Pedra Lisa também é considerada zona de amortecimento da Reserva Biológica do Tinguá, no município de Nova Iguaçu, compreendendo 52% do território japeriense (IKA, 2014).

Os circuitos são realizados sempre aos sábados, das 7h às 17h, e ao término são oferecidos um momento de confraternização com música, almoço, artesanato, produtos da roça entre outras coisas. A **figura 10** a seguir refere-se ao momento de confraternização entre os caminhantes e de comercialização dos produtos pós-caminhada.



**Figura 10** Feira da Roça de Japeri na caminhada ecológica Anda Japeri. Fonte: Arquivo pessoal (2017).

No próximo capítulo apresentaremos os aspectos metodológicos da pesquisa, e, posteriormente os resultados encontrados no campo, analisando os perfis dos agricultores feirantes, os aspectos de comercialização, a dimensão cultural e política das feiras, além de entender que contribuições sociais a Escolinha de Agroecologia possibilitou ao grupo entre outros aspectos sociais encontrados nelas.

## CAPÍTULO III A PESQUISA

### 3.1 Aspectos Metodológicos

Segundo Lakatos & Marconi (1991) e Minayo (1996), os estudos qualitativos são importantes quando se deseja conhecer as histórias, as opiniões, as crenças ou ainda as atitudes sobre determinado fato, situação ou assunto em estudo. Logo, a metodologia adotada partiu de uma abordagem interdisciplinar, qualitativa (MINAYO, 1996) de caráter exploratório.

Neste sentido, Richardson *et al.* (2007) e Vieira (2008) vão dizer que os estudos exploratórios podem ser a via mais indicada para o início da pesquisa no ramo das ciências sociais aplicadas. Na concepção dos autores, a maioria delas, pelo menos no primeiro momento, assume caráter exploratório, pois há pouca ou nenhuma familiaridade com o tema ou objeto de investigação apenas hipóteses (GIL, 2010). Assim, além da revisão bibliográfica, a forma mais comum e utilizada nesta pesquisa foi o estudo de caso, acrescido de entrevistas semiestruturadas entre os agricultores feirantes (RICHARDSON *et al.*, 2007).

Há poucas pesquisas sobre as Feiras da Roça, principalmente com este recorte regional. Vale ressaltar que, levando em conta as expressões da agricultura familiar nas feiras da roça como tema, o agricultor familiar é considerado a figura central desta pesquisa. Assim, realizamos uma pesquisa exploratória, a partir de estudo de caso de inspiração etnográfica (GUEERTZ, 1989) e observação participante (SPRADLEY, 1980) com *locus* nas Feiras de Roça de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados, onde entrevistamos os feirantes da agricultura familiar.

A opção pelos municípios em estudo levou em consideração que os agricultores dos municípios de Nova Iguaçu, Queimados e Japeri foram os primeiros fundadores de Feiras da Roça na região, servindo como inspiração para demais agricultores da Baixada Fluminense que atualmente já conta com nove Feiras da Roça em funcionamento. Pela relevância do estudo quanto a relação rural/urbano no território no que tange ao desenvolvimento territorial sustentável. E, pela exequibilidade da coleta de dados e informações além do prévio conhecimento das áreas/territórios em estudo, tendo em vista uma elaboração crítica dos objetos.

Considerando que não há dados dos participantes destas feiras documentados pelos órgãos públicos oficiais, para esta dissertação, incluímos aspectos de caráter descritivos em relação ao perfil socioeconômico dos entrevistados e de comercialização dos produtos (tipos, preços e arrecadação), por meio de entrevistas *in loco* e fontes secundárias, como dados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de documentos cedidos pelas Associações das Feiras da Roça dos municípios como: Estatutos, Atas, leis, fotos, etc.

Koche (1997) afirma que a pesquisa bibliográfica e documental tem por finalidade adquirir e ampliar o conhecimento da área de estudo, utilizando-o de arcabouço teórico e de

sustentação para fundamentação da pesquisa. Neste sentido, na revisão bibliográfica, discorremos sobre as noções de desenvolvimento rural, em especial sob o recorte territorial, em convergência com este programa de mestrado. Incluindo a perspectiva da sustentabilidade local, contextualizando historicamente, desde o desenvolvimento rural até a noção de desenvolvimento rural sustentável (NAVARRO, 2001; SCHNEIDER, 2004; DELGADO, 2009; ALMEIDA, 2009; MDA, 2005). Revisamos, ainda, a categoria de agricultor familiar (WANDERLEY, 1996; KAGEYAMA, 2004), sob o viés da contribuição das novas ruralidades, com base em Wanderley (2000); Carneiro (2002), Schneider (2001). Conceituamos as noções de fluxos e circuitos econômicos no território em Santos (1979; 2002; 2016) e de Circuitos Curtos de Comercialização em Darolt (2012; 2013) e Niardeli (2013) que possibilitam ou concorrem com o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar no território.

A seguir contextualizamos a formação e uso de feiras como espaços de troca comerciais e de saberes para o desenvolvimento rural local, assim como a Escolinha de Agroecologia como espaço de união dessas relações rurais na região. Neste contexto, fez-se imprescindível a delimitação do conceito de território, a partir de Haesbaert (1997, 2011) e Raffestin (1993), determinando também as dimensões/perspectivas políticas, culturais e econômicas que nortearam a categorização e análise de resultados.

Relativo ao trabalho de campo, este teve início de forma exploratória em junho de 2018, para conhecer a dinâmica das feiras e seus 42 participantes, a fim de criar *rappor*<sup>5</sup> e estudar a viabilidade da pesquisa. No total foram realizadas 14 visitas nos locais e horários de funcionamento das respectivas Feiras da Roça até janeiro de 2019.

De acordo com a programação e com interferência mínima na dinâmica das feiras, propomos e realizamos as visitas com observação participante. Consideramos esta técnica na medida em que a pesquisadora é também residente com experiência profissional na feira de Japeri (como representante do poder público, anteriormente lotada na Secretaria de Agricultura) e consumidora nas demais feiras, onde esteve presente de maneira esclarecida, com objetivos acadêmicos declarados desde o início do trabalho de campo, permitindo acesso a documentos oficiais, presença em outros eventos a convite dos participantes e registros fotográficos, além do acesso aos entrevistados.

Como a observação implica no registro dos acontecimentos, optamos pelo arquivamento dos dados escritos e visuais (fotográficos) em computador e “nuvem” protegidos por senha.

Assim, o roteiro de observação incluiu: os participantes de cada evento (poder público, agricultores familiares, consumidores, etc.) e a abertura e controle deles em relação aos não agricultores familiares que participaram destes eventos; a coesão entre os agricultores e associação que os representa; a comunicação interna dos envolvidos, a organização, as práticas, os tipos de atividades realizadas e articulação (parcerias) para realização dos eventos.

---

<sup>5</sup> Termo da Psicologia que pode ser entendido como métodos e técnicas para criar laços de confiança e empatia com “o outro” (SPENGLER, 2016).

Estes critérios de observação indicaram a atuação da diretoria das associações e de seus membros; o tipo de apoio do poder público e a relação entre os agricultores participantes. Ademais, a observação permitiu notar que, mesmo com a produção e comercialização coletiva por cada unidade familiar, um dos membros assumia posição de liderança validada pela família, legitimada pela associação e reconhecida por quem consumia os produtos como protagonista e responsável pela barraca.

Estabelecemos que apenas o responsável pela barraca seria entrevistado representando os agricultores de sua família. Em relação ao perfil dos entrevistados, vale ressaltar que não estabelecemos critérios de seleção quanto a sexo, idade, etc, embora estes sejam elementos pesquisados no roteiro das entrevistas como passíveis de relevância. O critério utilizado, considerando a participação no município pesquisado (Japeri, Nova Iguaçu e Queimados), foi ser agricultor familiar associado à Feira da Roça, reconhecido pela família produtora como responsável pela barraca e a disponibilidade em colaborar voluntariamente com a pesquisa.

Além da seleção do perfil dos entrevistados e programação das visitas com observação, elaboramos roteiro de entrevista semiestruturada que pode ser encontrado no **apêndice A** para consulta, onde formulamos perguntas fechadas e abertas para os agricultores considerando as feiras e suas múltiplas dimensões: política, cultural e econômica como categorias de análise do território (a partir de HAESBAERT, 1997; 2011 e RAFFESTIN, 1993) como expressões da agricultura familiar no território Baixada Fluminense, como ilustrado na figura a seguir:



**Figura 11** Categorias de análise x perguntas aos agricultores feirantes. Fonte: elaborado pela autora (2019).

Entendemos como dimensão política da Feira que os territórios de expressões da agricultura familiar não se limitam apenas a seus coletivos jurídicos formalizados, nem apenas nas relações e redes de cooperação informais existentes, mas também na relação do agricultor com as próprias políticas públicas e poder público, em especial a própria articulação deste com a feira. Assim, após a qualificação, respaldados pela demanda do campo, incluímos um roteiro de entrevista com gestores públicos das pastas de agricultura de cada município em estudo, buscando compreender discrepâncias ou convergências desta relação, levando em consideração a articulação entre o poder público e as Feiras da Roça que pode ser encontrado no **apêndice B**.

As entrevistas cedidas foram arquivadas em computador e nuvem registrada por senha. O objetivo seria de preservar e manter a identidade dos entrevistados em sigilo.

No caso dos representantes do poder público, mantivemos apenas suas respostas sem qualquer identificação. Já no caso dos feirantes, figura central desta pesquisa, substituímos seus nomes reais por codinomes dos produtos que vendiam na feira, considerando que o objetivo geral desta investigação seria as Feiras da Roça de Nova Iguaçu, Japeri e Queimados como territórios rurais de expressão e valorização da cultura, das tradições e dos valores da agricultura familiar, tendo por foco o agricultor ou agricultora feirante.

A pesquisa considerou a noção de agricultura familiar adotada a de WANDERLEY, 1996 que leva em conta critérios de limites de terra, propriedade, dos modos de vida e do local de produção, a autogestão e a produção coletiva com base na família na atividade econômica. Porém, salienta também a perspectiva identitária deste agricultor como categoria social, estabelecendo como critério de identificação seu modo de vida e produção (WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 2002).

Como a participação do agricultor familiar na Feira da Roça estava condicionada a sua identidade rural e atuação como produtor familiar, não incluímos no estudo (nas entrevistas) as questões relacionadas aos limites de propriedade, produção familiar e dados sobre autogestão, pois entendemos que esses critérios são considerados obrigatórios a sua participação nelas. Porém, o critério do modo de vida foi considerado um tema transversal e importante, observado durante as visitas de campo e incluído com categoria de estudo como: a vestimenta; as relações de amizade e de cooperação entre o grupo; o cotidiano de funcionamento das feiras e a luta entre produtores e o poder público pelo território e políticas públicas de desenvolvimento. Além do tempo e da troca de informações geradas durante o processo de atendimento ao cliente. Dessa forma, considerando a noção de agricultura familiar a dimensão econômica, política e cultural estavam implícitas ao território delimitado por disputas de poder. Dessa forma, a dimensão política foi fundamental para o estudo, haja vista a territorialidade do espaço.

Neste sentido, a compreensão de território adotada nesta pesquisa carrega signos de pertencimento estabelecidos por Raffestin (1993), sobretudo nas dimensões econômica, política e cultural/identitária que configuram o território (HAESBAERT, 1997; 2011).

Sendo a agricultura familiar uma atividade social e econômica (WANDERLEY, 1996), os circuitos curtos de comercialização dos produtos advindos dela, correspondem ao escoamento da produção e a venda direta ao consumidor materializando-se através das feiras (DAROT, 2012; 2013).

Neste sentido, a relação de comercialização direta exclusiva ou complementar a feira foi estudado, por seu viés econômico como possibilidade de única fonte de renda ou não.

Com relação à dimensão cultural/identitária como categoria de análise, levamos em consideração aspectos da identidade do agricultor familiar, perguntando sobre o tempo que realiza a atividade, se estabelece ainda uma relação de moradia com o território de produção e, ainda, o significado da Feira da Roça para o entrevistado, com a perspectiva de avaliar as relações e simbolismos deste espaço (ou território).

Considerando que a Escolinha de Agroecologia (EA) é um ponto de união e articulação dessas relações rurais da região, fundamentada na troca de saberes, diálogos e práticas (SOARES & AMANCIO, 2016), avaliamos a participação dos entrevistados na EA e demais espaços de conhecimento citados. Esta questão foi analisada sob a categoria de análise “cultura”, a partir do entendimento de Soares & Amâncio (2016) de que a Escolinha de Agroecologia é um instrumento de fortalecimento cultural e de identidade.

Adentrando a dimensão política, que avalia as relações de poder no território, indagamos os entrevistados quanto a sua adesão aos processos de regulação da atividade, ainda que facultativos, como as certificações de produtor. Prosseguindo na esfera das relações de poder, avaliamos as ações políticas com relação ao acesso do entrevistado as principais políticas públicas voltadas à agricultor familiar como: PRONAF, PNAE e PAA, além da DAP (GRISA & SCHNEIDER, 2015; MDA, 2005, 2017; ABRAMOVAY, 1998; BRASIL, 2006). Em continuidade à análise relativa ao incentivo do poder público para a agricultura familiar, questionamos as práticas de apoio institucional às feiras pela perspectiva dos Coordenadores das Associações, contrapondo com a ótica dos representantes das Secretarias Municipais de Agricultura.

Em relação a definição do percurso metodológico voltado a cada objetivo específico, utilizamos os registros de observação e os levantamentos bibliográficos e documental para descrever as Feiras da Roça em Nova Iguaçu, Japeri e Queimados; analisamos os resultados das entrevistas para relacionar as Feiras da Roça da Baixada Fluminense como território de ruralidade no espaço urbano, identificando os aspectos culturais, políticos e econômicos que o configuram; a partir da observação, da revisão bibliográfica quanto a definição de agricultura familiar e de desenvolvimento rural sustentável, complementados pelas respostas nas entrevistas, discutimos as contribuições da Feira da Roça, como expressões da agricultura familiar, para o desenvolvimento rural sustentável de Nova Iguaçu, Japeri e Queimados.

A seguir, apresentamos o percurso do trabalho de campo, os resultados da pesquisa e as análises dos resultados considerando a agricultura familiar e as dimensões territoriais já supracitadas.



## CAPITULO IV O CAMPO: EXPRESSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS DA ROÇA

### 4.1 Caminhos da Roça: percursos do trabalho de campo

Este item narra o percurso do trabalho de campo que deu início de base para organização e realização da pesquisa como a programação, os dias de visita e a participação/observação da mesma entre outros eventos para os quais tivemos convite verbal dos coordenadores e agricultores feirantes a fim de criar *rapport*. Neste contexto, anotávamos tudo que fosse relevante para a pesquisa, como o contexto de criação das feiras e suas dinâmicas de funcionamento, inclusive percepções e relatos sobre as ações dos agricultores feirantes na articulação entre eles e o poder público.

Por ser consumidora dos produtos, foi possível identificar a programação das feiras a fim de planejar o melhor dia e horário da visita de campo para realizar a pesquisa.

No município de Nova Iguaçu a Feira da Roça ocorria toda quarta-feira e sexta-feira. No município de Queimados, a feira ocorria semanalmente às terças-feiras e quintas-feiras. E, em Japeri a Feira da Roça ocorria toda quinta (no centro de Japeri) e toda sexta-feira (no centro de Engenheiro Pedreira). Em todos os casos observamos que as feiras começavam as 07h00min com a chegada do caminhão trazendo as barracas para montagem, e, logo em seguida chegavam os agricultores com os produtos. Próximo das 16h:00min as barracas eram desmontadas e as feiras encerradas.

Essa programação era importante, pois garantia a realização de 96 feiras por ano/município. Durante os meses desta pesquisa (de junho de 2018 a janeiro de 2019) podemos realizar 14 visitas neste período que serviram para tanto para observação, quanto para realização das entrevistas.

A opção pelo método de observação participante e registros escritos e visuais dos dados coletados, levou em consideração a mínima interferência possível na dinâmica das feiras e dos agricultores, respeitando principalmente os intervalos entre um atendimento e outro, ou os horários considerados por eles de menor movimento, depois das 14h:00min.

As visitas de campo possibilitaram o acesso a documentos das Associações da Feira da Roça como certificados, carteirinhas, aventais, fotos, livros de ata, entre outros que nos ajudaram a entender foram organizadas e eram realizadas as feiras, bem como a produção e trabalho desses agricultores e com a permissão dos coordenadores e agricultores das feiras registramos fotos das barracas e dos produtos expostos para comercialização apresentadas ao longo deste trabalho.

Possibilitou também convites para participar das reuniões das Associações das Feiras, e reuniões de Conselhos Municipais que contam com a presença de vários agricultores feirantes.

A participação nesses espaços ajudou diretamente à pesquisa no que tange ao estreitamento de laços, relações de confiança e afinidade necessários a realização da pesquisa, como por exemplo, dia 29 de outubro de 2018, participamos da reunião da AFERNI, no bairro Moquetá, Rua Dom Adriano Hipólito, nº 8 a convite da coordenação. Lá podemos ter acesso a primeira carteirinha do produtor rural de Nova Iguaçu que participava da feira. E no dia 21 de janeiro de 2019 onde participamos da reunião da Associação dos Produtores Agrícolas de Vista Alegre – APAVA situada à Estrada Velha de Caramujos, Quadra nº 16, Lote 27, Parque Ipanema – Queimados também a convite da coordenação. Como já dissemos, tais articulações foram necessárias e importantes para a criação de *rapport*, além de atender um convite direto da coordenação entre outros integrantes.

Considerando a Associação da Feira da Roça de Japeri - AFERJI o processo de pesquisa entre os agricultores e agricultoras foi menos orgânico em relação às demais feiras. Embora a pesquisadora morasse na cidade e fosse consumidora dos produtos, à exceção da agricultora Pimenta, existia um sentimento de constrição ou retração por parte dos demais agricultores e agricultoras da AFERJI pela presença da pesquisadora na feira. Tal acontecimento poderia ser atribuído ao fato da pesquisadora ter tido experiência profissional como funcionária da SEMAPE, na Prefeitura de Japeri no ano de 2017. Sua presença na feira poderia remeter a imagem de poder público no local.

Entre algumas informações coletadas em campo, verificamos que as primeiras reuniões da AFERJI ocorriam no bairro de Pedra Lisa em Engenheiro Pedreira, no ano de 2011, na Rua do Encanto nº 8, em uma propriedade rural. Com o passar dos anos, por questões próprias dos agricultores, as reuniões foram transferidas para a sede da Câmara Municipal de Vereadores de Japeri, no centro da cidade, com o intuito de facilitar a logística e locomoção dos associados. Porém, a mudança de endereço em nada modificou a frequência às reuniões. Não demorou muito as reuniões começaram a ficar cada vez mais escassas, até o momento que deixaram de existir, relatou a coordenação da AFERJI.

A coordenação informou durante a pesquisa que há mais de um ano não havia reunião do grupo, e não soube informar quando retornariam. Enquanto isso não ocorria, a tesoureira da AFERJI disponibilizou para leitura uma cópia do Estatuto da Associação para consulta.

Foram identificados nas três feiras 42 agricultores participantes, com a atribuição e responsabilidade de serem os donos da barraca, e responsáveis pela família relacionada a ela.

Considerando este total, o universo da pesquisa tornaria possível o estudo sobre todos os participantes, não limitados a uma amostra. Dessa forma, além da observação, realizamos entrevistas, entre os meses de junho de 2018 e janeiro de 2019, com um total de 37 dos 42 identificados. Neste contexto, até o final desta pesquisa, cinco agricultores, mesmo depois de idas e vindas não foram entrevistados apresentaram como razões: 4 afastamentos por motivo de doença, e 1 recusa à entrevista alegando não gostar nem de pesquisas, nem de perguntas a seu respeito. Abaixo o quantitativo de entrevistados por feira.

**Tabela 7 Agricultores feirantes x entrevistados por feira**

<b>Feira da Roça</b>	<b>Total de feirantes</b>	<b>Total de entrevistados</b>
<b>Associação da Feira da Roça de Japeri</b>	10	8
<b>Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu</b>	22	20
<b>Associação da Feira da Roça de Queimados</b>	10	9

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os dados e informações fornecidas serviram para ajudar no entendimento de quem são, onde residem, o que plantam ou produzem, quanto ganham, entre outras informações.

Em relação ao perfil dos entrevistados, vale ressaltar que não estabelecemos critérios de seleção quanto a sexo, idade, etc, embora estes sejam elementos pesquisados no roteiro das entrevistas como passíveis de relevância. Contudo, não houve discrepância de resultados com atravessamentos destes critérios, descritos aqui apenas como elementos de identificação sem valor qualitativo para análise dos resultados, limitados ao uso como *rapport*. O critério utilizado, considerando a participação no município pesquisado, foi ser agricultor familiar associado à Feira da Roça, reconhecido pela família produtora como responsável pela barraca e a disponibilidade de colaborar voluntariamente com a pesquisa.

Além das questões direcionadas as três dimensões/categorias de análise das entrevistas: econômica, cultural e política, incluímos, tal como supracitado, itens que compõem o perfil dos agricultores entrevistados, à saber: nome, idade, cor ou raça, estado civil, filhos e escolaridade. Como relatamos no capítulo anterior referente aos aspectos metodológicos da pesquisa mais uma vez optamos pelo sigilo das identidades dos entrevistados, e substituímos os nomes por codinomes dos produtos agrícolas que vendem. Embora não comprometam os resultados da pesquisa, as respostas coletadas foram transcritas e podem ser encontradas no **Apêndice C** deste trabalho.

Os resultados da pesquisa com os agricultores feirantes e os secretários municipais de agricultura poderão ser verificados e analisados no item a seguir deste estudo.

#### **4.2 Resultados da pesquisa: As Feiras da Roça como territórios de expressão da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense-RJ**

A partir deste item estaremos apresentando e analisando os resultados da pesquisa encontrados no campo de estudo com relação às Feiras da Roça na Baixada Fluminense levando em consideração os três municípios em estudo. Entre os resultados encontrados no

campo incluímos na entrevista como categoria de análise, perguntas de caráter pessoal para conhecermos melhor o perfil social dos 37 agricultores feirantes com o objetivo de entendermos melhor as características sociais das feiras.

Com relação ao sexo do agricultor feirante que compõem as feiras descobrimos que, tanto o resultado municipal (local) quanto à perspectiva regional apresentou relativa paridade entre os sexos: 18 homens para 19 mulheres tendo as mulheres pequena maioria entre os homens com relação a condição regional das mesmas.

Com relação à idade, que pesquisa revelou que existem feirantes de diferentes idades, dos 29 aos 75 anos o que indicou certa maturidade entre os agricultores que delas participam. Cerca de 14 dos 37 entrevistados declararam ter mais de 60 anos o que confirmou este parecer.

Levando em consideração os dados do IBGE para estes municípios, o identificador cor/raça por autodefinição apresentou resultado onde a maioria dos feirantes se declararam pardos, para apenas 8 negros nas feiras. Vale ressaltar, que embora não figure entre as principais questões perguntadas, aferimos no diálogo entre os entrevistados que a maioria (24 dos 37) seria residente, mas não natural dos municípios onde expõe a feira, advindos principalmente do Nordeste, de Minas Gerais e da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal como o imaginário do agricultor familiar, a maioria se declarou casada (30 de 37 entrevistados), com filhos (35 entre os 37 entrevistados) e com apenas o ensino fundamental incompleto (20 entre os 37). Embora tenhamos aferido entre os entrevistados apenas 11 com ensino médio completo, a pesquisa revelou também que existiam 3 com graduação superior completa revelando uma tendência de produtor familiar cada vez mais preocupado com sua formação e conhecimento.

Investigar as Feiras da Roça como territórios de expressão da agricultura familiar demanda estudar suas dimensões na perspectiva de território. A partir deste entendimento compreendemos a agricultura familiar como atividade econômica, política e cultural/identitária, analisando tais categorias como configurações de um espaço/território (HAESBAERT, 1997, 2011; RAFFESTIN, 1993).

A seguir, analisamos a dimensão econômica das feiras que aqui intitulamos como “Romaneio”. Esse termo é muito utilizado pelos agricultores feirantes para controle dos produtos que vendem (unidade de medida e quantidade expressa), conforme seu uso e registro de comercialização (preço por produto e valores arrecadados). Dessa forma, empregamos esta terminologia para intitular a dimensão econômica da agricultura familiar nas feiras.

#### **4.2.1 Dimensão econômica: Romaneio**

Todas as feiras acontecem em locais de fácil acesso. Em Nova Iguaçu, fica na Praça Rui Barbosa, próximo ao calçadão e a estação de trem, ponto de referência também da feira de Queimados. Assim como nos outros municípios, em Japeri, o acesso é facilitado em ambas as feiras, uma delas no distrito central, na Praça Leni Ferreira, próxima à estação de trem, e a

outra no segundo distrito, próximo a Praça Olavo Bilac, em pleno centro comercial de Engenheiro Pedreira. Embora facilite o acesso do consumidor e do produtor, as feiras ocorrem próximas a vários estabelecimentos concorrentes como redes de supermercados, pequenos mercadinhos, barraquinhas de rua, entre outros tipos de comércio que estabelecem outra lógica de mercado e sistema de concorrência hegemônico.

Ademais, nos municípios pesquisados, observamos a existência de feiras livres convencionais em contraponto a Feira da Roça, porém funcionando em dias e locais diferentes para que se desperte no consumidor o interesse e curiosidade pela feira, além de possibilitar a desvinculação com feira convencional que possui outras características mercadológicas.

De curta duração, segundo os agricultores, as Feiras da Roça foram pensadas para serem um canal de aproximação entre produtor e consumidor, como um canal curto de comercialização (DAROLT, 2012; 2013). Que pudessem oferecer alimentos de qualidade, produzidos no território, principalmente para a população local, como produto de trabalho e reflexão sobre a própria alimentação e padrões alimentares impostos pela sociedade.

Enquanto atividade econômica, a agricultura familiar tem centralidade na renda do produtor. Em consonância, a maioria dos entrevistados (20 dos 37) assinalou ser a atividade única fonte de renda da família. Assim, as feiras da roça se tornam fundamentais sob o aspecto econômico para estes produtores, na medida em que representam a única fonte de renda para os mesmos.

Entre os 17 feirantes entrevistados que declararam possuir outra renda para complementar, indicaram como fonte: aposentadorias, pensões e pagamento por atividades laborais como diarista, cuidadora de idosos, pedreiros, motoristas, etc. Estas atividades configuram conforme Carneiro (2002) e Schneider (2001) aspectos da pluriatividade do agricultor familiar frente às novas configurações e novas ruralidades no campo (WANDERLEY, 2000). Vale destacar que o único município pesquisado em que a maioria dos agricultores feirantes detém outra fonte renda para além da agricultura foi Queimados (7 dos 9 entrevistados), dos quais 5 declararam ser aposentados (com idades entre 64 e 77 anos) além de uma diarista e uma cuidadora de idosos.

Para aferir as contribuições econômicas da feira, durante as visitas de campo, a fim de buscar uma fonte documental, perguntamos aos coordenadores das associações se existia algum tipo de registro ou controle da comercialização dos produtos oferecidos e se os mesmos poderiam disponibilizá-los para a pesquisa.

Segundo a coordenação da feira no município de Nova Iguaçu este controle não é realizado há alguns anos. O último registro disponibilizado para consulta foi do ano de 2011, e, apenas com relação a algumas semanas e meses do ano. Estas lacunas referem-se à responsabilidade do feirante pelo preenchimento, o que poucos faziam. Com o tempo, os registros foram se perdendo e ficaram cada vez mais escassos, o controle deixou de ser feito, embora, conforme relatado verbalmente, haja reconhecimento da importância de fazê-lo e interesse de retomar esta prática.

Em Queimados o registro de controle dos produtos se apresentou semanal, realizado de forma simples com o auxílio de um caderno. O registro era realizado pela coordenação indo em cada barraca e tendo por cuidado anotar o nome, os produtos e das quantidades disponibilizadas por dia de feira, além dos preços cobrados por produto. Foi possibilitado o acesso aos registros do primeiro semestre de 2018. Vale ressaltar, que como desdobramento desta pesquisa pelo interesse nos dados coletados, o Coordenador informou que passaria a realizar as anotações mais organizadamente, com o intuito de atualizar no dia da feira as informações, incluindo os valores arrecadados por cada produto, a fim de facilitar o acesso aos dados do romaneio a qualquer pessoa ou pesquisador que o procurasse.

Em Japeri a Coordenação informou que não elaborava mais qualquer tipo de registro ou controle de informação de produtos comercializados na feira, isso desde 2017 (ano da troca do governo e da gestão municipal local), antes realizado pela Secretaria de Agricultura e Pesca de Japeri (SEMAPE). Neste ínterim, nos orientou que buscássemos um representante do poder público local para fornecer tais informações. Neste processo, durante o campo, fomos a procura de algum informante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, contudo, como retorno, a questão foi delegada à responsabilidade dos próprios agricultores feirantes. Assim, construímos e disponibilizamos no **Apêndice D** tabelas com os dados de valores arrecadados, disponibilizados pela AFERNI e AFERQ, ressaltando que não construímos tabela para a AFERJI por ausência de informações acima justificada.

Contudo, fomos em busca de informações disponibilizadas no site da Prefeitura de Japeri e encontramos uma notícia, publicada em 20 de dezembro de 2017, sobre a Feira da Roça - “*Saldo positivo da Feira da Roça de Japeri em 2017*”. Nela, destaca-se o sucesso e o bom desempenho da AFERJI naquele ano, apresentando os valores comercializados, conforme a fala Secretário Municipal na publicação:

Entre julho e dezembro os produtores rurais de Japeri comercializaram cerca de R\$ 500 mil em mercadorias, envolvendo mais de 100 itens, desde o aipim, o carro-chefe da produção local, passando pela banana, laranja, taioba, quiabo, maxixe, coco seco, limão galego, pão de aipim, bolo de aipim, plantas ornamentais e condimentares, queijo, mel e própolis, entre outros produtos. Entre janeiro e dezembro já foram comercializados também 853 unidades de queijo, que consumiram 5.971 litros de leite’ (Prefeitura Municipal de Japeri, 20/12/2017).

Além do levantamento cedido pelos coordenadores, considerando o parâmetro da reportagem acima, apuramos os ganhos semanais dos entrevistados (remuneração média semanal por agricultor feirante) com a venda dos produtos na feira, transcritos na tabela a seguir:

**Tabela 8 Remuneração média semanal por agricultor feirante**

<b>Remuneração média semanal</b>	<b>Total das feiras</b>	<b>AFERJI</b>	<b>AFERNI</b>	<b>AFERQ</b>
<b>Até R\$200,00</b>	15	3	8	4
<b>Entre R\$200,00 e R\$400,00</b>	16	5	9	2
<b>Entre R\$400,00 e R\$600,00</b>	4	0	3	1
<b>Entre R\$600,00 e R\$800,00</b>	2	0	0	2

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os entrevistados declararam receber desde R\$100,00 (**Muda de plantas**, da AFERNI) até R\$800,00 (**Cúrcuma**, da AFERQ) semanalmente com a feira. Tal como ilustrado acima, a maioria tem uma renda média semanal entre R\$200,00 e R\$400,00 por feira. À exceção da “média regional” e dos demais municípios, a maioria dos feirantes de Queimados obtiveram renda inferior a R\$200,00 por semana com a feira. Arrecadação considerada pequena para os agricultores levando em consideração o esforço despendido, tendendo a maioria dos agricultores feirantes nesta situação procurar alternativas de renda com atividades laborais não-agrícolas a fim aumentar a renda, configurando a pluriatividade rural (CARNEIRO, 2002).

Mesmo com as contribuições econômicas advindas das Feiras da Roça, e, considerando que a maioria dos entrevistados possui na agricultura familiar seu principal meio de vida e única fonte de renda, os agricultores declararam que além das feiras também utilizam outros canais curtos de comercialização para escoamento da produção por conta de seu baixo retorno financeiro, destacando que apenas em Japeri esse número pode ser considerado menor em relação a outros municípios como apresentado no quadro a seguir:

**Tabela 9 Principais Canais Curtos de Comercialização**

<b>Canais Curtos de Comercialização</b>	<b>Todas as feiras</b>	<b>AFERJI</b>	<b>AFERNI</b>	<b>AFERQ</b>
<b>Apenas a Feira da Roça</b>	19	6	11	2
<b>Associa a feira com outros canais de comercialização</b>	18	2	9	7

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Embora esta questão tenha *scores* similares, conforme os resultados, 19 agricultores feirantes dos 37 entrevistados vendem exclusivamente na feira, enquanto que 18 combinam a feira com outras formas de escoamento da produção, como a venda para atravessadores, mercadinhos, outras feiras e na porta da propriedade para complementar a renda.

**Tangerina**, por exemplo, além de realizar entregas de cestas de produtos em domicílio, por residir próximo a Estrada para Miguel Pereira (RJ-125), expõe queijos, compotas, bolos, cocadas, aipim limpo, acerola, jiló, quiabo, entre outros, para venda na rodovia, que recebe muitos visitantes aos finais de semana em direção a esta cidade turística.

**Palmito** que comercializa produtos, principalmente, beneficiados como banana chips, bolo de aipim, balas de jaca e conservas de palmito, e **Ovos Caipira**, que cria galinhas de postura, coelhos e ovos caipiras; além de comercializarem seus produtos na FERIA da Roça recebem encomendas e entregam em domicílio, fortalecendo laços entre os clientes, além de possibilitar mais ganhos.

Ainda analisando a questão dos canais de comunicação utilizados, mais uma vez os resultados de Queimados são invertidos em relação a maioria, tanto por apresentar maior disparidade entre os *scores*, quanto qualitativamente. Os resultados desta dimensão (econômica) apontam que a maioria dos agricultores (na razão 7 entre 9 entrevistados) não comercializava seus produtos apenas na feira mas em outros locais de venda direta também, a fim de escoar a produção e aumentar a renda.

Neste íterim, vale ressaltar que os produtos ofertados nas feiras são tão variados quanto seus preços, o que também pode gerar disparidade entre o número de vendas e os ganhos dos agricultores, dificultando estabelecer um parâmetro de comparação entre a contribuição econômica proporcionada pela feira em cada barraca ou em cada município.

Considerando o que se expõe nas feiras e os produtos comercializados elencados pelos agricultores nas entrevistas, o cliente/consumidor pode encontrar uma variedade enorme de produtos cultivados de forma natural, sem o uso de agrotóxicos, como: bortalha, couve, alface, banana, jaca, coco, acerola, jabuticaba, milho, jiló, quiabo, aipim, abóbora, ovos, mel entre outros alimentos da época, e produtos beneficiados, como: queijos, pães, biscoitos, bolos, sucos, compotas e outras delícias para venda e consumo, elaboradas pelas famílias dos agricultores, a partir dos mesmos produtos oferecidos *in natura* na feira. Ademais, a produção privilegia espécies locais, que também adquirem a preferência do consumidor e reforçam a identidade do território.

O indicador que endossa tal informação refere-se ao produto aipim apontado pelos feirantes como o produto mais vendido em todas as feiras ou como chamam “o carro-chefe da produção local” (PMJ, 2017).

Este produto ganha conotação de qualidade quando associado ao local de sua procedência como o “aipim de Jaceruba”, o “aipim Tinguá” (ambos de Nova Iguaçu), o “aipim de Japeri” ou o “aipim de Queimados” adquirindo ares de identidade e valor agregado para venda, como um “slogan”.



Podemos dizer que os resultados apresentados nesta dimensão/categoria de avaliação apontam que mais do que meio e recurso (RAFFESTIN, 1993), os espaços apropriados pela agricultura familiar, como as feiras, propõem um modelo contra hegemônico de economia na perspectiva de Milton Santos (1979) denominado de Circuito Inferior Econômico e Darolt (2012, 2013) e Nierdele (2009, 2013) ao conceituaram Circuitos Curtos de Comercialização.

Nesta análise, consideramos as feiras como territórios sob o aspecto econômico, ainda que numa lógica em que o lucro não seria o objetivo principal. Possibilitariam contribuições econômicas, porém, a partir de uma perspectiva identitária/cultural, a feiras teriam importante contribuição social em que o “valor” do modo de vida se sobrepõe aos aspectos financeiros nesta atividade econômica como o de “ser agricultor familiar”.

Em contraponto aos atuais modelos de padronização de alimentos, os territórios de agricultura familiar disponíveis em ambiente urbano, como as feiras da roça, resgatam culturas alimentares fadadas ao esquecimento pelo agronegócio monocultor. São produtos que não obedecem à lógica do capital da indústria de alimentos, mas obedecem às questões do tempo de plantio, da forma e do modo de produção e colheita que refletem escolhas. Um modo de vida que assume consequências que estão sujeitas à produção, como um valor que pode ser considerado símbolo de resistência, além de fonte de renda.

Assim, no item a seguir, avaliamos as Feiras da Roça como territórios sob os aspectos culturais/identitários do agricultor familiar acrescentando uma nova dimensão de análise: a cultural.

#### **4.2.2 Dimensão cultural: uma questão de identidade**

A participação nas reuniões e os encontros com os agricultores nas feiras foram experiências enriquecedoras para a pesquisa e para esta pesquisadora. Além do privilégio de poder conhecê-los e suas histórias pelas entrevistas e trocas no convívio, o trabalho no campo possibilitou observar fatos, situações e comportamentos que não poderiam ser apreendidos, se não pela observação participante.

Embora não tenhamos acompanhado o trabalho na lavoura, o tratamento com os produtos, com os clientes e com os demais agricultores, mostrou que, na feira da roça, os agricultores costumam vender somente o que produzem e colhem de sua terra, ofertando aquilo que ela tem de melhor em resposta ao tratamento que recebe.

Como Wanderley (1996), entendemos a agricultura familiar como formas de meio de vida (sustento e ganha pão) e como modo de vida (considerando aspectos culturais e do cotidiano simples do homem do campo) como dimensões culturais desses agricultores. Assim, a presença deles na cidade, através das Feiras da Roça, refletem um modo de se vestir e de se comportar diferente do que encontramos habitualmente na cidade, refletida também na maneira ou na afetividade de como tratam seus clientes, amigos ou entre eles mesmos, com “tintas” do “homem” do campo; quando partilham o alimento e o trabalho com os demais

feirantes, sobretudo no desacelerar do tempo e nas falas e relações (mesmo comerciais) que desenvolvem, como o saborear dos frutos da terra no ritmo *slow food*<sup>6</sup>.

Nas feiras, mesmo antes de iniciarmos as entrevistas era possível observar situações em que a ambiência nas trocas transparecia e revelava todo cotidiano e cultura enraizada desses agricultores mesmo sem eles falarem nada familiares, como: o levantar e trabalhar cedo, independente do clima ou da estação; a partilha do pão; a “intera” ou empréstimo com o outro para facilitar o troco do cliente com aquele que poderia ser seu concorrente, mas antes de tudo é seu amigo; o apoio na montagem e desmontagem das barracas; e acima de tudo o cuidado e corresponsabilidade pelos produtos do outro à venda, mesmo em sua ausência.

Ser e produzir são verbos muito próximos quando tratamos da identidade do agricultor familiar em estudo. Tanto, que quando perguntamos pelo tempo em anos que cada um se considerava agricultor, (9 dos 37) não conseguiram responder quantitativamente a questão, mas responderam com um simples “desde que nasci” refletindo uma relação com a terra que transcende o tempo. Além desses, optamos por respeitar as demais respostas, e como resultado, os demais (28) responderam:

**Tabela 10 Tempo em anos como agricultor familiar**

<b>Tempo como agricultor</b>	<b>Todas as feiras</b>	<b>AFERJI</b>	<b>AFERNI</b>	<b>AFERQ</b>
<b>“desde que nasci”</b>	9	3	4	2
<b>Menos de 10 anos</b>	10	2	5	3
<b>Entre 11 e 20 anos</b>	12	2	8	2
<b>Entre 21 e 30 anos</b>	5	1	2	2
<b>Entre 31 e 40 anos</b>	1	0	1	0

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Embora a maioria represente a faixa que é produtor no máximo há 20 anos, vale ressaltar que dos entrevistados, apenas 14 tem mais de 60 anos, o que pode relativizar o tempo de agricultor em relação ao tempo de vida.

<sup>6</sup> Slowfood é um movimento internacional organizado como associação, que contrapõe a padronização do alimento no mundo, a partir do princípio do “direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores”, (SLOW FOOD BRASIL, 2007). É por isso um movimento relacionado à valorização dos saberes locais e dos agricultores familiares.

Outro dado que reforça essa relação entre ser e produzir, entre identidade e trabalho como agricultor foi o resultado indicando a relação entre o local de produção ser o mesmo local de moradia. Sobre essa questão a pesquisa revelou que maioria dos entrevistados (29 dos 37) residia e produzia sim no mesmo local como expresso nos dados abaixo:

**Tabela 11 Local de produção x local de moradia**

<b>Local de produção</b>	<b>Todas as feiras</b>	<b>AFERJI</b>	<b>AFERNI</b>	<b>AFERQ</b>
<b>Onde reside</b>	29	5	16	8
<b>Em outra propriedade</b>	8	3	4	1

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Vale ressaltar que a Lei 11.326/2006 estabelece como agricultor familiar, entre outros critérios, aquele que tem propriedade da terra e dos meios de produção. Logo, ainda que 8 dos entrevistados produzam em local diferente da moradia, são proprietários da terra (BRASIL, 2006).

Na relação entre ser e produzir questiona-se como aprender ou adquirir conhecimento sobre o que se faz, quando está relacionada também a quem se é. Neste sentido, os mecanismos de aprendizagem e aprimoramento podem contribuir com a sustentabilidade da atividade, referente a técnica, mas também a cultura.

Para a Coordenação da AFERQ, por exemplo, a participação de 70% dos feirantes na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu durante o período de criação da Feira da Roça de Queimados no ano de 2010, contribuiu para o estabelecimento e fortalecimento tanto do agricultor quanto da própria institucionalização da feira.

Como vimos no capítulo 1, a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu representa um importante espaço de educação popular informal voltado para o fortalecimento dos pequenos produtores da Baixada Fluminense, objetivando ampliar e fortalecer os laços entre agricultor/consumidor e técnicos, pela troca de experiências e de conhecimentos práticos, na busca pela superação de obstáculos e o enfrentamento do agronegócio monocultor (ROCHA e MARTINS, 2013).

Segundo o relatório da EA que mencionamos no capítulo 1, os dados disponíveis colocam que 329 alunos eram oriundos dos municípios de Nova Iguaçu, Japeri e Queimados no período relatado no documento (de 2008 e 2015).

Cientes destes dados e considerando a EA como espaço de união dessas relações rurais da Baixada Fluminense e como instrumento de fortalecimento da identidade e dos laços do

agricultor (SOARES & AMANCIO, 2016), auferimos a participação dos entrevistados neste e em outros espaços de conhecimento/aprimoramento citados como resposta.

Utilizamos o modelo de pergunta aberta, em que o entrevistado poderia responder a questão sem opções pré-estabelecidas pelo entrevistador. Entre os resultados alcançados, observamos que o SEBRAE foi mencionado por 6 entrevistados como sendo a instituição onde buscaram novos conhecimentos fazendo cursos de capacitação, porém com conteúdos voltados especificamente para técnicas de vendas e de produção de compotas.

No tocante as técnicas agrícolas propriamente, a maioria dos entrevistados declarou já ter participado de algum curso oferecido pela Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (18 entrevistados). A EMATER em Nova Iguaçu foi citada por 11 entrevistados como outro local de busca por conhecimento de novas técnicas. A EMPRAPA<sup>7</sup> foi citada por 4 entrevistados, a PESAGRO<sup>8</sup> por apenas 1 e a AS-PTA<sup>9</sup> foi citada por 5 feirantes como local onde buscam aprimorar novas técnicas e conhecimentos nas práticas agrícolas. À exceção dos feirantes de Nova Iguaçu, a maioria dos agricultores entrevistados não citou apenas as instituições supracitadas, mas mencionaram também os próprios “colegas” agricultores como opção e como fonte de troca de saberes e conhecimentos agrícolas.

Vale ressaltar que, inicialmente, alguns entrevistados citaram a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como resposta. Contudo, quando especificavam o tipo de apoio recebido, identificávamos tratar-se de outras instituições, como a EMBRAPA e a PESAGRO no município de Seropédica. Consideramos que tal associação poderia estar relacionado a proximidade de localização, ao tipo de atuação envolvendo o meio rural e a semelhança entre os estilos arquitetônicos dos prédios da UFRRJ com essas instituições.

Mais que citar as instituições, registramos algumas falas que reconhecem a importância do apoio destas ao agricultor familiar na Baixada. Neste sentido, os entrevistados também fizeram referência somente a AS-PTA (3 entrevistados) e a EMATER-RJ em Nova Iguaçu (13 entrevistados) como instituições de atendimento e apoio regional quando buscaram conhecimento e assistência técnica rural local.

A coordenação da AFERQ, por exemplo, destaca, que “o apoio da EMATER através da técnica Mariella foi fundamental para a institucionalização da Feira da Roça de Queimados, copiando a iniciativa de sucesso de Nova Iguaçu, sendo a técnica peça fundamental para esse sucesso”.

Sobre as contribuições da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, os agricultores feirantes disseram que o conhecimento adquirido e ampliado na EA possibilitou, entre outras coisas, o melhoramento e o custeio dos processos de produção da lavoura para a comercialização na feira através dos seus cursos.

---

<sup>7</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

<sup>8</sup> Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado.

<sup>9</sup> Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA) é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que “atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de desenvolvimento rural sustentável no Brasil”.

Conforme relatou os agricultores feirantes, as aulas práticas e teóricas sobre “Métodos alternativos de controle de pragas e doenças no campo”, e, as aulas sobre “a história, o uso, os danos econômicos e malefícios ambientais e de saúde dos agrotóxicos na população e na vida do agricultor camponês” são consideradas as mais interessantes. As aulas apresentaram a conscientização e transição do modelo convencional para o modelo agroecológico de produção, importante para a saúde e meio ambiente. Ademais, esta transição, conforme narraram, “barateou a produção”, na medida em que aprenderam a fabricar de forma natural seus próprios adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas, dispensando a compra dos mesmos.

Sobre os conhecimentos de técnicas agrícolas, alternativos ao modelo tradicional de controle de pragas e doenças, **Cúrcuma** afirmou que aprendeu trocar os tradicionais agrotóxicos por urina de vaca. E, quando o agricultor não possui o animal, outro “amigo” que o tem fornece a urina. Aprendeu também a combinar plantas repelentes e ainda combater, de forma natural, pragas e outros insetos, como ratos e baratas, utilizando o próprio animal como base para repelente. Neste caso, o pó dos animais (capturados, sacrificados, queimados e triturados) é espalhado pela propriedade a fim de que se possa repelir a praga. Assim, o entrevistado conclui dizendo que: “a participação na Escolinha de Agroecologia além de interessante, me ajudou a controlar as pragas nas plantas, aumentando a qualidade dos produtos que vendo na feira”.

Aqueles que reconhecem também o valor da EA, mas não realizaram seus cursos, se justificaram através dos seguintes argumentos: a dificuldade com o transporte, porque muitos não possuem veículos próprios e a falta de incentivo do poder público local na promoção da participação deles na EA, mesmo com um calendário anual baseado em encontros (aulas) quinzenais durante o ano (EMATER, 2009).

Neste sentido, o apoio/incentivo do poder público na realização de cursos, possibilitando a troca de saberes, aprendizagem e redes construídas na EA, contribuiriam com a maior participação dos agricultores no desenvolvimento rural de forma sustentável (ALMEIDA, 2009) na Baixada Fluminense, fortalecendo, as Feiras da Roça como territórios de fluxos econômicos e culturais, a partir de um modelo de agricultura que tem na família sua principal estratégia e centralidade (WANDERLEY, 1996).

Ainda como critério de investigação das feiras enquanto território, ponderando o simbolismo que este carrega na perspectiva de Raffestin (1993) e deste trabalho, questionamos os agricultores sobre as representações e significados que a Feira da Roça possui para cada um deles. Como resultado, os mesmos elencaram que as feiras significam: trabalho e renda; escoamento da produção; lugar de fazer amigos; espaço de troca de experiências e conhecimentos; reconhecimento do trabalho do agricultor; uma família e expressão de saúde e bem-estar, tanto para ele quanto para o consumidor/cliente de seus produtos.

Analisando os resultados desta dimensão (cultura) concluímos que as Feiras da Roça podem ser consideradas territórios de expressão da agricultura familiar, na medida em que representam espaços de luta e de resistência tanto do modo de vida quanto de sustento desse agricultor e sua família, em oposição as atuais manifestações hegemônicas encontradas no mercado, expressas pelo agronegócio na padronização de culturas, padrões alimentares, entre outras manifestações.

Do surgimento das primeiras Feiras da Roça na Baixada até o momento o número de barracas e agricultores feirantes diminuiu muito, porém os que resistem não perderam a força diante da luta e das adversidades, ainda que os incentivos ou investimentos do poder público sejam poucos ou escassos para o setor.

A conquista dos agricultores pela criação e manutenção das Feiras da Roça na cidade representa a conquista pelo direito à terra, ao trabalho, ao sustento das famílias e ao desenvolvimento sustentável dos próprios agricultores e agricultoras. Representa também o anseio por políticas públicas, o respeito pelo homem do campo e sua família, e, acima de tudo o respeito por suas tradições e costumes, expressos e conservados através desses e de outros territórios rurais na cidade.

Apresentaremos a seguir os resultados e análises aferidos pela dimensão política das feiras, como territórios de luta e resistência dos agricultores familiares nos municípios em estudo.

#### **4.2.3 Luta e Resistência: a dimensão política das feiras**

A disputa de poder no território que começa nas diferenças econômicas, se estende na dicotomia rural-urbano, por isso torna-se fundamental o apoio e incentivo do poder público local à criação e manutenção das Feiras da Roça como territórios de expressão da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável desses produtores na Baixada Fluminense.

A própria existência da Feira da Roça se torna uma ação política dos agricultores familiares na medida em que o meio rural se apropria de um espaço, mesmo que pequeno, do ambiente urbano, causa conflitos. Daí surgiu a necessidade dos agricultores feirantes resistirem e buscarem, mesmo diante de vários reveses ou intempéries como doenças ou limitado capital de investimentos, o apoio institucional do poder público para continuarem trabalhando frente a concorrência desleal dos chamados Circuitos Superiores Econômicos citados por Santos (1979), no caso da feiras super ou hipermercados entre outras instituições existentes.

Entendemos como a categoria de análise “política” das feiras a investigação das relações de poder que existem sobre e através delas, que vão desde a regulação e incentivo à atividade de produzir, até sua própria realização.

Como explanamos na categoria de análise anterior (dimensão cultural), ser e produzir podem ser considerados sinônimos para o agricultor familiar. Embora o reconhecimento de si enquanto produtor seja pela prática de produzir, há regulamentações que certificam o agricultor e seu produto, conforme a forma de produção. Neste contexto, buscamos identificar a aderência da certificação na feira, via atestado entre os agricultores entrevistados.

Inferimos que, entre os agricultores entrevistados da AFERNI, dois feirantes possuíam o certificado de produtor orgânico emitido pelo MAPA e apenas um possuía atestado de produtor agroecológico/agropecuário emitido pela EMATER/RJ. Entretanto, percebemos que entre os agricultores feirantes da AFERQ, este item era obrigatório, conforme exposto no

estatuto da feira. Por isso, todos os entrevistados o possuíam. Com relação à AFERJI apenas um agricultor (**Quiabo**) possuía Certificado de Agricultor Familiar emitido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAD) do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os demais agricultores não possuíam qualquer tipo de certificado.

À exceção da AFERQ, onde a certificação emitida pela EMATER era obrigatória para participar da Feira, poucos entrevistados apresentaram algum tipo de atestado ou certificação de agricultor como forma de explicitar seus produtos ou condição. A baixa adesão ao documento pressupõe que a certificação não seria considerada condição primordial para ser dizer agricultor ou estar na feira. Como se trata, na AFERJI e AFERNI, de documento facultativo pode depreender que para o agricultor feirante, esse processo, como um trâmite burocrático, tende a ser um tempo gasto de pouca importância. Até porque, tal como podemos observar nas falas e dinâmicas de trabalho nas feiras, os laços de confiança entre agricultor e cliente se estabelecem muito mais pelas falas dos próprios agricultores do que por um registro documental. Não sendo uma prática fundamental para eles, quando não exigido, se considerarmos neste caso que ser e produzir são a mesma coisa (dimensão cultural).

A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) também pode ser considerado um documento facultativo para os agricultores feirantes. Porém, de maior adesão por parte dos entrevistados (16 entre os 37) quando perguntado. Por não se tratar de um documento de validação da qualidade e do tipo de produto vendido na feira, mas de um documento que possibilita o acesso a políticas públicas de crédito voltadas a agricultura familiar, a busca pelo documento configura ação em segundo plano para o agricultor feirante, haja vista que o mesmo não deixa de produzir mesmo com sua ausência (GRISA & SCHNEIDER, 2015; MAPA, 2018).

Ainda que muitos agricultores entrevistados tenham dito que possuíam DAP, apenas **Alface** (AFERQ) e **Inhame** (AFERNI) relataram tê-lo usado para acessarem crédito do PRONAF. Ainda relativo às políticas públicas de incentivo ao agricultor familiar, apenas **Inhame** teve acesso, em 2012, ao PNAE e a PAA. Ou seja, entre todos entrevistados, somente 2 feirantes foram beneficiados pelas políticas de incentivo, o que remete a dificuldade do processo burocrático ou eficácia das políticas.

Um fato que está relacionado a estes baixos resultados é que, diferente de Nova Iguaçu, os municípios de Queimados e Japeri não dispunham de PNAE e PAA até o período de entrevistas, inviabilizando a contratação do agricultor familiar para fornecimento de alimentos por estes programas. Vale dizer que, após um longo período (desde 2009) de luta dos agricultores de Japeri, no dia 10 de julho de 2019 foi firmado contrato, para fornecimento da merenda escolar com Agricultura Familiar, atendendo à Lei nº 11.947/09<sup>10</sup>, por meio do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Podemos dizer que esta conquista significa uma ação política dos agricultores, já que a anos lutam para ter acesso a ela.

---

<sup>10</sup> A lei federal determina que, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural (BRASIL, 2009).

A dimensão política-jurídica do território não reflete apenas a ação do Estado, mas as relações de disputa de poder relacionadas. A mobilização para a “conquista” ou garantia de direitos de um grupo/comunidade é uma ação política. Assim, a mobilização dos agricultores para a criação das feiras da roça como símbolo de resistência rural num espaço urbano é considerada uma ação política.

Após anos de comercialização e resistência cultural das feiras, a mobilização dos agricultores conquistou os documentos jurídicos que as legitimam nos respectivos municípios. A conquista das leis que garantiram o funcionamento das Feiras da Roça foi objeto de muita luta, e de muitas idas e vindas dos agricultores até os representantes do poder público local para reivindicações de direito, além de muitas reuniões do grupo.

No município de Nova Iguaçu Lei nº 4.753 de 17 de abril de 2018, garante o direito dos produtores de ocuparem a Praça Rui Barbosa. Essa conquista, graças a 11 anos de luta dos agricultores, a lei estabelece um novo marco para a Feira da Roça e seus agricultores, pois independente do governo que esteja a frente na gestão, a tradição e a renda dos agricultores familiares do território de Nova Iguaçu fica garantida (PMNI, 2018).

A Lei nº 1.249/2015 que garante o funcionamento da Feira da Roça de Queimados surgiu também depois de quatro anos de funcionamento da feira, com a mesma luta e sacrifício dos produtores vizinhos de Nova Iguaçu. De acordo com o coordenador a feira nunca sofreu uma intervenção municipal que a tirasse do seu local ou horário original de funcionamento, porém a conquista da Lei trouxe segurança e tranquilidade ao agricultor feirante que pode trabalhar tranquilamente, além de fortalecer a agricultura familiar local (PMQ, 2015).

A Feira da Roça de Japeri é a única que ainda não possui Lei Municipal instituída. Existe apenas um Decreto de Lei nº 1.949/11 que reconhece a Feira da Roça e garante seu nome “Feira da Roça de Japeri”. Atualmente, a feira tem se apresentado como Feira da Agricultura Familiar de Japeri estampado nas barracas. O nome Feira da Roça de Japeri se encontra apenas nos poucos aventais usados pelos agricultores e agricultoras feirantes que nela permanecem. Até o encerramento desta pesquisa, nenhuma lei tramitava na Câmara de Vereadores a fim de garantir sua institucionalidade e o direito de funcionamento da Feira da Roça no município independente do governo (PMJ, 2018).

Como são considerados locais privilegiados e de grande circulação de pessoas, os agricultores e agricultoras feirantes consideram que a existência da lei garantiria a permanência da mesma sem chance de revogação pelo poder público, como está sujeita com um decreto. Evitaria a sensação de ameaça e desamparo, legitimando o reconhecimento do trabalho e valorização da agricultura familiar local.

Como valorização da conquista e para a visibilidade das mesmas enquanto territórios, todo ano os agricultores feirantes comemoram o aniversário da Feira da Roça entre eles, com ou sem o apoio do poder público local. Através desses eventos os agricultores reforçam expressões de luta/resistência/poder configurando “uma” ação política.



Entre os diálogos com os Coordenadores da AFERJI, AFERNI e AFERQ, na fase de reconhecimento e aproximação do campo, todos explanaram sobre as comemorações de aniversário das feiras, quando narravam o processo de criação e dinâmica das mesmas.

Os aniversários têm por objetivo reforçar aspectos identitários das feiras e dos agricultores familiares fortalecendo a presença deles no território e chamando a atenção para suas necessidades de desenvolvimento junto ao poder público local. Valorizar e reconhecer a iniciativa são passos importantes para o fortalecimento da feira e do grupo produzindo sentimentos de pertença no território, resgatando culturas e tradições, respeitando seu modo de vida e produção.

As celebrações acontecem em data pré-determinada pelos Associados que normalmente elegem o dia de fundação da feira para realização da festa. O evento é comemorado no mesmo local de funcionamento durante o ano, e, os feirantes costumam receber a presença de diversas pessoas e autoridades como funcionários da Prefeitura, da EMATER, alunos e professores das universidades, líderes religiosos e comunitários, além de representantes do poder público como vereador, prefeito e deputado durante as comemorações que duram o dia todo.

Em alguns casos, como na AFERJI a Prefeitura oferece apoio estrutural para realização do evento, através da Secretaria de Agricultura, fornecendo barracas, tendas, cadeiras, faixas entre outros equipamentos para o dia da festa.

O aniversário da Feira da Roça de Japeri ocorre todo ano, em consonância com a Semana de Agricultura Familiar, na última semana de julho, em dois dias e dois locais diferentes porque assim ocorre a Feira da Roça na cidade. Quinta, no centro de Japeri, na Praça Leni Ferreira, e na sexta, no centro de Engenheiro Pedreira, na Praça Olavo Bilac.



**Figura 12** III Semana da Agricultura Familiar e aniversário da Feira da Roça de Japeri. Fonte: Arquivo pessoal (2018).

O aniversário da Feira da Roça de Nova Iguaçu é comemorado todo ano no final do mês de outubro, na Praça Rui Barbosa, centro da cidade. Mesmo local de funcionamento da feira nos dias normais. No mesmo dia também é comemorado o aniversário dos artesãos da Economia Solidária que juntos ocupam a praça. São convidadas autoridades locais, representantes das Igrejas, além dos clientes e amigos que sempre estão em contato com os produtores. A movimentação é intensa e os feirantes utilizam a ocasião para estreitar laços e ampliar contatos a fim de fortalecer a Feira. O evento dura o dia inteiro.



**Figura 13** Aniversário da Feira da Roça de Nova Iguaçu e Fórum de Economia Solidária.

Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Com muito esforço, a Associação da Feira da Roça de Queimados comemora seu aniversário de fundação no dia 1º de março no mesmo local de funcionamento da Feira da Roça. Segundo o coordenador a associação não recebe qualquer ajuda ou apoio estrutural da Prefeitura, e quando aparece, segundo o coordenador seria apenas “para tirar fotos e postar no site ou nas redes sociais da Prefeitura, que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura tem apoiado diretamente a Feira da Roça, sendo sua co-realizadora, oferecendo suporte necessário a sua manutenção e desenvolvimento”(AFERQ, 2018) o que afirma não ser verdade.

No aniversário costumam participar a comunidade rural, a população local, os tradicionais clientes que já frequentam a feira, além de amigos e familiares. Celebrar pode ser uma forma de relembrar as conquistas e os motivos de (re) existência. Para os agricultores, realizar a Feira da Roça toda semana, durante esse tempo, não foi tarefa fácil porque muitos são os desafios enfrentados: logístico, ambiental, estrutural, político, etc. Mesmo que as feiras estejam vinculadas às secretarias de agricultura, os entrevistados relataram que carecem muito de apoio do poder público, em muitos casos restritos a disponibilização de veículo para transporte até o local de funcionamento.

Em consonância, o representante da secretaria de Japeri afirmou que oferecia apoio logístico, disponibilizando motorista, combustível e veículo para transporte das mercadorias entre a propriedade e a feira. Tal apoio é ressaltado na matéria publicada no site da Prefeitura de Japeri, sobre a Feira da Roça de Japeri - “*Saldo positivo da Feira da Roça de Japeri em 2017*”. A notícia destacava o sucesso AFERJI naquele ano, ressaltando o apoio logístico oferecido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca no processo: “o sucesso se deve ao apoio do governo, que investiu no setor, de olho, sobretudo no fomento da agricultura familiar [...]. Hoje os agricultores recebem apoio logístico para escoamento da produção” (PMJ, 2017).

Para contrapor a visão da relação de poder público x feiras da roça, entrevistamos representantes das secretarias de agricultura das respectivas cidades. Todos reconheceram que as Feiras estão vinculadas à Secretaria Municipal e tinham ciência da sua existência, porém atribuíram a responsabilidade de organização e funcionamento a seus idealizadores, ou seja, aos agricultores feirantes.

Durante a criação das Associações da Feira da Roça os representantes das respectivas secretarias informaram que não estavam à frente da pasta na ocasião e a contribuição oferecida à época foi ceder o local de funcionamento e algum tipo de transporte para traslado do produtor e dos produtos até a feira, durante um tempo.

Atualmente, cada coordenador ficou responsável pela logística de manejo dos alimentos até a feira, com exceção da AFERJI, onde o representante do poder público relatou que a Secretaria seria responsável pelo transporte (carro, motorista e combustível) até o local.

Quando indagados sobre de que forma o poder público apoiava a agricultura familiar no município para que realizem as feiras, todos responderam que: viabilizam tratores e caminhões para serem usados nas plantações nas propriedades. Disseram também que ajuda na compra de sementes, como milho; e oferecem oficinas técnicas em parceria com o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a EMATER, para suporte aos agricultores. Além de oferecem vacinas para os animais como prevenção e controle à febre aftosa e raiva nos bovinos.

A identificação dos representantes do poder público foi mantida em sigilo, porém, a escolaridade foi usada como critério de análise desta pesquisa. Nesse contexto, este critério pode ser considerado importante, na medida em que percebemos que a feira que obteve maior apoio institucional por parte da prefeitura, dentre as pesquisadas, foi a de Nova Iguaçu, na perspectiva de que o representante da secretaria era o único que, além de produtor, possuía ensino superior completo voltado à ciência da natureza. Os demais secretários possuíam apenas ensino médio completo e sem vínculo com a área de agricultura. Neste aspecto, percebemos que a formação superior do secretário contribuía tanto para o incentivo à feira, quanto para a criação de políticas públicas como a lei da Feira da Roça.

Pelos resultados alcançados e pelo convívio no campo durante a pesquisa, avaliamos que a agricultura familiar tendo por expressão a Feira da Roça (re) existe pela presença de uma forte rede de apoio oriunda dos próprios agricultores locais.

O acesso às políticas públicas e apoio do poder público local às feiras foram considerados limitados. Ainda assim, os agricultores feirantes ansiavam por mais incentivos ou investimentos em políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento, como melhoria nas estradas, pavimentação, acesso a água, à máquinas e equipamentos agrícolas, além de mais acesso ao crédito a fim de aumentar a produção.

No município de Japeri, de acordo com os agricultores existe a expectativa de concretização de uma antiga promessa: a construção de um mercado do produtor rural no município que ainda não saiu do papel.

Diante do exposto, mesmo com as limitações de apoio do poder público frente as inúmeras demandas e expectativas dos agricultores feirantes, consideramos as Feiras da Roça nesses municípios uma ação política, conforme os resultados encontrados. Considerando também que se configuram territórios de expressão da agricultura familiar existente, numa perspectiva identitária, de disputa de poder, símbolo de resistência e de luta na Baixada Fluminense.

Para que esse modelo de desenvolvimento rural possa ser sustentável, as feiras precisam receber mais incentivos do poder público, porém sem o viés de dependência do mesmo, seja na estrutura ou na própria autogestão do que comercializam. Romper com essa lógica de exploração e subserviência seria fundamental para reafirmar a necessidade de autonomia e empoderamento desses agricultores feirantes, numa proposta concreta de posicionamento político do território rural frente ao espaço considerado urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento rural sustentável para além da produção agrícola envolve a perspectiva de um novo olhar sobre as diferentes interações entre o campo e a cidade no território. Nessa perspectiva, o presente estudo buscou investigar as Feiras da Roça de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados como expressões dos territórios rurais na cidade e como símbolos de luta e resistência do meio rural no espaço urbano. Tal estratégia se apresentou muito mais que um meio ou manejo de escoar a produção e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar local, mas se revelou território de interação e valorização da cultura e das tradições rurais, bem como espaço de articulação política do agricultor com o poder público em defesa das áreas rurais e políticas públicas de desenvolvimento rural de forma sustentável.

Neste contexto, a participação do agricultor familiar possui posição de destaque no território, não como um personagem novo na história brasileira, mas como protagonista do seu destino e trabalho.

Como processo investigativo e análise de estudo, direcionamos a atenção para as Feiras da Roça e para as múltiplas dimensões do território. Neste sentido, realizamos *in loco* observação participante e entrevistas semiestruturadas que tiveram por foco o convívio e a figura principal das feiras: o agricultor feirante.

Como resultado o estudo revelou que as Feiras da Roça representam mais do que estratégias de geração e complementação da renda dos agricultores, configurando-se como territórios econômicos, culturais e políticos da agricultura familiar numa região considerada de grande expansão urbana, revelando-se meio, recurso e identidade.

Mesmo relevante para o agricultor, as Feiras da Roça são territórios vulneráveis e sujeitos a intempéries e concorrências dos mais diferentes circuitos econômicos em disputa no território. Com limitado apoio e incentivo advindo do poder público, o estudo mostrou que carecem de valorização e estímulo ao consumo dos seus produtos, mesmo em funcionamento em locais considerados privilegiados pelo mercado, de modo que (re)existir faz delas um ato político.

Questionado a aplicabilidade das políticas públicas de incentivo às feiras, o limite de apoio do poder público que recebem, refletiu seu caráter autogestionário do agricultor, na equalização de autonomia e mecanismos de sustentabilidade econômica usados por elas.

É importante destacar, que esta pesquisa não se esgota em si mesma e que novas pesquisas sobre as mesmas Feiras da Roça podem se desdobrar desta, como: a análise do papel das feiras no desenvolvimento rural da região a partir das dimensões da sustentabilidade (inclusive ambiental); as representações da feira pela perspectiva do consumidor; ou ainda, um estudo sobre o sentimento de pertencimento do agricultor em relação a feira ou a associação que o representa. Para isso, seria necessário estudar as Feiras da Roça a partir de outras óticas, inclusive metodológica, seja por análise de conteúdo; histórias de vida ou por pesquisa-ação atrelada a uma contribuição mais prática junto aos feirantes.

Como territórios de expressão da agricultura familiar no território, as Feiras da Roça contribuem como atividade econômica, a partir de práticas e produtos que representam um meio e modo de vida dos agricultores. Ao passo que proporcionam o estímulo a hábitos alimentares mais saudáveis e um mercado de proximidade com o consumidor. Resgatam a origem e vocação agrícola da Baixada Fluminense, região considerada atualmente como urbanizada. Dessa forma, investigamos as feiras desses três municípios sob a perspectiva regional, agrupando dados para análise.

Não obstante, tanto os dados coletados quanto o campo em estudo revelaram similaridades e especificidades que só um território multidimensional e complexo como este possui em relação ao desenvolvimento sustentável.

A Feira da Roça de Nova Iguaçu considerada a mais antiga das feiras foi referência para a criação das demais. Porém, foi a mais tardia no reconhecimento pelo poder público da lei de criação e institucionalização da feira.

O estudo revelou que a AFERQ possui os agricultores mais pluriativos da região. Também revelou que são eles que menos lucram com o trabalho na (com exceção de um feirante que declarou tirar a maior arrecadação entre todos os entrevistados da região). Contudo, a AFERQ foi a única feira em que todos os participantes possuíam algum tipo de Declaração de Produtor Agropecuário, porque o item era obrigatório para participação.

Com relação à Feira da Roça de Japeri, o processo investigação e observação da pesquisa de campo para esta dissertação pode ser considerado o menos orgânico, pois havia um ambiente de constrição ou retração por parte dos agricultores feirantes durante a pesquisa que, conseqüentemente, exerceu menor cooperação por parte dos feirantes se compararmos as demais feiras.

Como perspectiva de continuidade incluiria ampliar o objeto de estudo para as demais Feiras da Roça dos municípios da Baixada, analisando-as e comparando-as como outros territórios de expressão da agricultura familiar na região.

Cientes de que na pesquisa qualitativa, tal como esta se apresenta, o campo oferece mudanças no desenvolvimento do trabalho acadêmico, inclusive para quem pesquisa, adequamos aspectos metodológicos e referenciais pós-campo, como contribuições a dissertação, assim como trocamos experiências e saberes com os agricultores que muito contribuíram para o crescimento individual e acadêmico da pesquisadora.

Os agricultores ensinaram que por meio das relações de cooperação, de confiança e resiliência, mesmo diante das adversidades, que o território e a produção são parte de quem se é. O que justifica a qualidade dos alimentos que produzem e oferecem ao consumidor. Esta filosofia inspira o comprometimento, a trajetória e o modo de vida desses indivíduos.

Faça chuva ou faça sol, em dias comuns, feriados ou em datas comemorativas os agricultores feirantes assumem o compromisso de levantar cedo, colher os produtos que levarão para a feira, os colocam em um carro ou caminhão e se dirigem até os locais de venda para montarem suas barracas e oferecerem aos consumidores os mais variados produtos que o seu trabalho e cuidado com a terra possam oferecer. São produtos cultivados com respeito e

amor a terra, refletindo seu modo de vida e de ser como agricultor e consumidor daquilo que produz, alimenta e sustenta sua própria família.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. V. 28, n. 1,2,3 e 29, Jan./dez. 1998; Jan./ago. 1999.

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p.

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. Uma cidade, muitas letras e algumas memórias: a escrita da história iguaçuana entre as décadas de 1950 e 1970. **Revista Periferia: educação, cultura e comunicação**, v. 6, n. 1, Jan./jun. 2014.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3ª ed. p.33-55. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

APOIO ESCOLAR. **Mapa ilustrativo do movimento e expansão territorial do domínio das Cruzadas nos séculos XI a XIII**. [Ilustração, Online]. S.d. [2018]. Disponível em: <[http://www.apoioescolar24horas.com.br/salaaula/estudos/historia/622\\_cruzadas/#pag15-tab](http://www.apoioescolar24horas.com.br/salaaula/estudos/historia/622_cruzadas/#pag15-tab)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)**. Tese (Doutorado) Universidade do Minho, Portugal. 2011.

BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, 2017.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes gerais e dá providências sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

BRITO, G.; ARAÚJO, J. S. B. Constituição do Slow Food no Brasil e sua articulação com a Agricultura Familiar: Análise socioespacial e política do movimento no município do Rio de Janeiro - RJ. **VXIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís-MA. 24-30 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.eng2016.agb.org.br/>>



resources/anais/7/1468278011\_ARQUIVO\_Constituicao-do-slow-food-e-agricultura-familiar-Final.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BUAINAIN, Antonio Márcio, et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de política agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121. 2013

CARNEIRO, Maria José. **Mutifuncionalidade da agricultura e ruralidade**: uma abordagem comparativa. Mundo Rural e Cultura. Roberto José Moreira & Luiz Flávio de Carvalho Costa (Orgs.). Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas**: modo de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. **Vendas diretas e circuitos curtos: avaliações, definições, e tipologias**. Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier, n. 1-2, Fev./mar. 2007.

CMJ – **Câmara Municipal de Japeri**. Leis e Projetos. Projeto de lei nº 1949 de 25 de julho de 2011, que institui o nome “FEIRA DA ROÇA” para a feira da agricultura familiar de Japeri. Disponível em: <[http://camarajaperi.rj.gov.br/html/#listar\\_leis2.php](http://camarajaperi.rj.gov.br/html/#listar_leis2.php)>. Acesso em: 1 out. 2017.

CMNI – **Câmara Municipal de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro, 2018.

CMQ – **Câmara Municipal de Queimados**. Rio de Janeiro, 2018.

COPELLO, Sheila Gutierrez. **Conflitos de Posseiros Rurais em Áreas Peri-urbanas – Nova Iguaçu**. Monografia (conclusão de curso de Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1983.

CORREIA, M. C. A Observação Participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 30-36. 1999.

D'ARAUJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162p.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10, n 2, jun. 2013.

DELGADO, Nelson Giordano. **O papel e o lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília: IICA/MDA, 2009.

EMATER/Nova Iguaçu. Engenheira Agrônoma da EMATER RIO. Documento de Sistematização da Escolinha de Agroecologia. Escritório de Nova Iguaçu/RJ, 2009.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação.** Seropédica: ICHS/CPDA/UFRRJ. 2005. 476p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1989.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas.** n. 39, p. 158-189. Jul./dez, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia,** v. 2, n. 1, fev. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp- Instituto de Economia, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Instituto de Economia/UNICAMP. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 1999.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Cátia Grisa & Sergio Schneider (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRYNSZPAN, Mario. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964).** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaucha” no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** [Online]. IBGE Cidades, 2006. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. [Online]. IBGE Cidades, 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Características da População e dos domicílios: Resultados do Universo. [Online]. IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

INSTITUTO KERIGMA AMBIENTAL. **Projeto Anda Japeri** – caminhadas na natureza. [Online]. 2014. Disponível em: <<http://ikambiental.blogspot.com.br/>>. Acesso em: ago. 2017.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O lugar da Feira Livre na grande cidade capitalista. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 1-180, Jan./mar. 1992.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de; DOLZANI, Mirian C. S. Feira Livre: territorialidades popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, 2008.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, Set./dez. 2004.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo: Atalas, 1991.

LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional – Uma realidade multiforme. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MAIA, P. N. F.; RODRIGUES, A. O. A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. **I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde**. 15º Congresso da APDR. 2009.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Paris, França: Ed. Eucargri, 2008. 216p.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História, Duque de Caxias e Baixada Fluminense**. Ano 4, n. 6, Abr. 2006.

MASCARENHAS, Gilberto C.C. **O movimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil**: entre a solidariedade e o mercado. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. 2007.

MELO, Marcelo Pereira de. **Desafios para a manutenção da feira da agricultura familiar em Uberlândia (MG)**. Monografia (conclusão de curso de Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4ª Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Guia para o planejamento, n. 2, 2005.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande**: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1975. 348 f.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100. 2001.

NIEDERLI, Paulo André. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Agriculturas**, v. 10, n. -2, Jun. 2013.

NIEDERLI, Paulo André. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, Santa Catarina, Ano XVI, n. 18, Jul./dez. DEAER/PPGExR-CCR-UFSM, 2009.

PEREIRA, W. **Cana, café e laranja**. Rio de Janeiro: Ed FVG, 1977

PICOLOTTO, Everton L. **As Mãos que Alimentam Nação**: Agricultura Familiar, sindicalismo e política. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, 2011.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI**. Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca. 2018. Disponível em: <<http://www.japeri.rj.gov.br/informativo/noticias/prefeitura-assina-contrato-para-fornecimento-da-merenda-escolar-com-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 out. 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo. 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, A. S. da. Geografia política das representações: projetos e jogos de poder na apropriação da Baixada fluminense. Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais do 14º EGAL**. Peru, 2014.

ROCHA, Juvenal José da; MARTINS, Alcimaro Honório. A escolinha de agroecologia: reconstruindo conhecimentos de forma participativa. In. **Caminhos**

**agroecológicos do Rio de Janeiro:** caderno de experiências agroecológicas. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2013.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, Eric; Teixeira, Olivio Alberto (eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. p. 21-37. Petrolina: EMBRAPA, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Ed. USP, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana. São Paulo: Ed. USP, 1979.

SANTOS, Milton. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SAQUET, Marco Aurélio; MEIRA, Raquel. Redes curtas de comercialização: a proximidade política, pessoal e espacial da articulação territorial entre o rural e o urbano. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p.118-141. 2017.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125. Jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, Jul./set. 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Casa Civil. Página Inicial. [Online]. S.d. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008.

SILVA, G.B.; BOTELHO, M. I. V. O processo de modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). In: **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 3, n. 1, p. 93-125, 2014.

SILVA, Lucia. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas.** Niterói-RJ. Ago. 2017.

SOARES, H. M. S.; AMÂNCIO, C. O. G. Laços, desafios agroecológicos e transformações em Nova Iguaçu (RJ): um breve estudo de caso. **Revista do Desenvolvimento Regional – FACCAT**, Taquara/RS, v. 13, n. 2, Jul./dez. 2016.

SOARES, Suziane Hermes de Mendonça. **Os laços da educação popular e da agroecologia na práxis da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2015.

SOARES, T M S. 1962. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 24, n. 2, Abr./jun, 1962.

SOUTO MAIOR, A. **História geral**. São Paulo: Editora São Paulo, 1978.

SOUZA, MarluCIA Santos de. Os impactos das políticas públicas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, v. 4, n. 6, p. 17-25. CMDC/AAIH. 2006.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação de Conflitos**. Da Teoria à Prática. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016

SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Marcos Aurelio Saquet & Eliseu Savério Sposito (Orgs.). 1ª ed. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart & Winston, INC. 1980.

STRAUCH, Guilherme et Al. Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas**, v. 9, n. 2, Set. 2012.

TORRES, Gênesis. (Org). **Baixada Fluminense: a construção de uma história, sociedade, economia e política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

TRIVINÔS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VICENTE, Edson Borges. **Nova Iguaçu, cidade mãe: do nascimento de Iguassú à gestação de Iguaçu Nova em uma abordagem geográfica**. 2015.

VIEIRA, Sônia. **Como escrever uma tese**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-146. CPDA/UFRRJ, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT17 – Processos sociais agrários. Caxambu, 1996.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com os agricultores feirantes**

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com os gestores públicos municipais de agricultura**

**APÊNDICE C – Perfil dos feirantes entrevistados**

**APÊNDICE D – Diversidade e comercialização dos produtos da roça: AFERNI e AFERQ**

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada com os agricultores feirantes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT

Mestranda: Josilene Satyro Saldanha Cordeiro

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio - UFRRJ

### PERFIL SOCIAL DO AGRICULTOR(A) FEIRANTE:

Nome:            Sexo:            Idade:            Cor ou raça:            Situação civil:

Possui filhos?    Escolaridade:            Local de nascimento:

### ASPECTOS ECONÔMICOS:

Comercializa os produtos apenas na feira da roça?

( ) sim, apenas na feira

( ) não, na feira e em outros locais de comercialização também. Quais?

A agricultura representa sua única fonte de renda?

( ) sim, a única fonte de renda.

( ) não, tenho a feira e outras fontes de renda pra complementar. Qual?

Qual a remuneração média, semanal, com a feira?

Que produtos que comercializa e quais são os campeões de venda?

### ASPECTOS CULTURAIS/IDENTITÁRIOS:

Há quanto tempo é agricultor ou agricultora familiar?

Local de moradia é o mesmo que cultiva seus alimentos?

( ) Sim, mesmo local. Onde?

( ) Não, em outra propriedade. Onde?



O que a feira da roça significa ou representa para você?

#### ASPECTOS POLITICOS/LEGAIS

Possui DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF?

( ) Sim. Desde quando?

( ) Não

Acessa algum tipo de política pública destinada à agricultura familiar, como PRONAF, PNAE e PAA? Quando?

Onde adquire conhecimento/aprimoramento das técnicas ou práticas agrícolas (Ex: Escolinha de Agroecologia, SEBRAE, EMBRAPA, EMATER outros)?

Possui algum tipo de Selo, Declaração ou Certificado de produtor orgânico, agroecológico/agropecuário ou convencional?

#### **PERGUNTAS DESTINADAS APENAS AOS COORDENADORES FEIRANTES:**

Como a Associação da Feira da Roça surgiu e quem foram os primeiros fundadores?

Como a coordenação controla a comercialização dos produtos vendidos na Feira da Roça?

De que forma a Prefeitura incentiva ou apóia a realização da Feira da Roça no município?

## **APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada com os gestores públicos municipais de agricultura**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT  
Mestranda: Josilene Satyro Saldanha Cordeiro  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio - UFRRJ

Município:  
Vínculo Institucional:  
Escolaridade:

A Feira da Roça é vinculada a Secretaria de Agricultura?

Onde funciona, como e em que dia(s) da semana?

De que forma a Prefeitura vem apoiando, incentivando e contribuindo, juntamente com os agricultores feirantes, para a realização da Feira da Roça no município?

Existe lei ou projeto de lei tramitando de funcionamento e institucionalização da Feira da Roça no município? Qual?

## APÊNDICE C – Perfil dos feirantes entrevistados

### Os Agricultores e agricultoras da AFERJI

**Pão de Aipim**, 49 anos, negra, solteira, não possui filhos, possui a 5ª série do fundamental, moradora do bairro Santa Amélia em Engenheiro Pedreira, Japeri, declarou-se agricultora desde que nasceu. Produz aipim, frutas e verduras fora do local de moradia em um sítio da família entre os bairros de Jaceruba e Rio D'Ouro na região de onde tira a matéria prima para a fabricação de compotas, bolos, pães, doces e balas que comercializa exclusivamente na Feira da Roça, sua única fonte de renda no momento, onde consegue tirar em média até 300 reais por semana. Participa da feira há quatro anos, e, atualmente está como coordenadora geral da AFERJI. Entrou na Associação em 2014 porque uma amiga que já participava da feira a convidou para entrar estando lá até o momento.

**Verduras**, 58 anos, negra, solteira, mãe de cinco filhos, possui o ensino médio completo, agricultora há 15 anos, moradora do bairro Fazenda Americana em Japeri onde tem um sítio com a família. Além de agricultora é auxiliar de enfermagem aposentada de onde vem a renda principal da família. Entrou na Feira da Roça de Japeri há dois anos, a convite da SEMAPE onde comercializa verduras variadas, nhoque de aipim, bolinho de aipim e coco verde. Consegue tirar em média até 120 reais por semana. Não vende apenas na feira, mas também na porta do sítio e entrega seus produtos também na casa dos clientes.

**Tangerina**, 61 anos, parda, casada, mãe de cinco filhos, possui a 4ª série do fundamental, agricultora há 21 anos, moradora da Estrada Miguel Pereira em Japeri onde mora com a família e tem o sítio onde planta jiló, limão, laranja, aipim, coco, tangerina, pimenta, algumas vaquinhas que produzem leite que usa para fabricar queijo, entre outros alimentos usados como matéria prima para fabricação de bolos, cocadas, sucos, geléias, compotas, pães e outros, na comercialização de produtos *in natura* e beneficiados na Feira da Roça de Japeri, sua única fonte de renda pessoal onde consegue tirar até 250 reais por semana, mas não da família, pois o marido é militar aposentado. Além da feira a agricultora comercializa seus produtos na porta da propriedade, entrega cestas de alimentos na casa dos clientes e já participou de Feiras da Roça em eventos realizados em shoppings, hospitais, universidades e caminhadas do Anda Japeri. Entrou na feira de Japeri há cinco anos a convite da SEMAPE.

**Farinha de Mandioca**, 74 anos, casado, pardo, ensino médio completo, morador do bairro São Jorge em Engenheiro Pedreira, Japeri. Usa um sítio arrendado em Jaceruba, na região da Pedra Lisa, Engenheiro Pedreira, Japeri onde planta tudo que consome e comercializa na Feira da Roça, que não representa a única fonte de renda da família, um complemento, pois é aposentado do comércio. Entrou para a Feira da Roça de Japeri em 2016, através do filho que trabalhava na Prefeitura e falou pra ele procurar a SEMAPE e falar com o Secretário da época para participar. Considera-se agricultor desde 2013, quando se envolveu exclusivamente com a agricultura junto com sua esposa Laura, depois que se aposentou. Na Feira comercializa produtos *in natura* e beneficiados, como aipim, milho, feijão de corda,

batata doce, banana verde e madura, inhame, noni, acerola, tapioca, goma, farinha de mandioca entre outros da estação. Os produtos comercializados levam a marca Família Sabino e Laura e consegue tirar até 400 reais por mês com a Feira da Roça.

**Milho**, 51 anos, parda, casada, mãe de um filho, possui fundamental completo, residente no bairro Santa Inês em Engenheiro Pedreira, Japeri. Entrou para a Feira da Roça em 2016 e a feira é atualmente a única fonte renda da família, onde consegue tirar em média até 200 reais por semana vendendo somente produtos *in natura* como milho, coco, feijão verde, quiabo, banana, laranja, acerola, palmito, taioba, gengibre, maxixe, tomate, entre outros da estação. Sueli e seu marido são filhos de agricultores e cresceram na lida. Seus pais são Sergipanos e chegaram a Japeri há 55 anos onde tiveram cinco filhos. Quando se casou em 1996 deixou a lavoura e trabalhou como doméstica por 18 anos. Ao deixar esse trabalho voltou para o cultivo da terra usando o sítio do pai e do sogro, em Jaceruba, para plantar. Tudo que consome e comercializa na feira vem do sítio. A entrada na Feira da Roça se deu porque seus pais e sogros freqüentavam as reuniões da Associação dos Produtores Rurais de Jaceruba e, numa dessas reuniões, ela foi convidada por uma funcionária da SEMAPE para participar da feira.

**Quiabo**, 54 anos, parda, viúva, mãe de dois filhos, possui a 4ª série do fundamental, residente no bairro Pedra Lisa em Engenheiro Pedreira, Japeri onde a família tem um sítio e cultivam diversos alimentos entre aipim, coco, milho, banana, quiabo, jiló entre outros para consumo e comercialização na feira *in natura* e beneficiados como queijos e doces. Declarou-se agricultora desde que nasceu e se afastou da roça por oito anos, para trabalhar em outras atividades. Retornou em 2011 e logo entrou para Feira da Roça a convite da SEMAPE, onde se encontra até o momento, e consegue tirar até 900 reais por mês com a comercialização na feira de Japeri que não é seu único ponto de venda. Já comercializou também em outros pontos de venda como shoppings e outras feiras.

**Florzinha**, 64 anos, branca, casada, mãe de onze filhos, fundamental incompleto, declarou-se agricultora há 15 anos, moradora do bairro Vila Central em Engenheiro Pedreira, Japeri onde cultiva suas plantas e flores, além de ervas medicinais e temperos. Não comercializa seus produtos apenas na feira, mas também na porta de casa e entrega em domicílio, por encomenda, para seus clientes. Esta na AFERJI desde sua fundação em 2011, e consegue tirar com a feira até 200 reais por semana, em média, para complementar a renda da família (a aposentadoria do marido).

**Jambo**, 64 anos, branco, casado, pai de dois filhos, nível médio completo, morador do bairro Santo Antonio em Engenheiro Pedreira, Japeri onde produz jabuticaba, carambola, coco verde, laranja, banana, jambo, aipim, ovos entre outras coisas, declarou-se agricultor há 28 anos e orgulha-se da terra. Esta da AFERJI desde sua fundação em 2011 e foi convidado a participar porque faz parte do Conselho Municipal de Agricultura de Japeri. Além da Feira da Roça comercializa seus produtos no próprio sítio para mercadinhos e atravessadores, e também na feira livre de domingo. O agricultor disse que consegue tirar até 300 reais, em média, por semana com a Feira da Roça.

## Os agricultores e agricultoras da AFERNI

**Jaca**, 47 anos, negro, solteiro, sem filhos, estudou até a 7ª série do ensino fundamental, mora numa propriedade no bairro de Jaceruba em Nova Iguaçu onde cultiva uma variedade de alimentos como quiabo, aipim, maxixe, jaca, banana, batata doce entre outros, para consumo próprio e para comercialização na Feira da Roça de Nova Iguaçu semanalmente, seu único ponto de venda no momento, e, única fonte de renda onde consegue tirar até 400 reais por semana. Declarou-se agricultor há 20 anos e a 10 participa da AFERNI a convite de um amigo e do próprio coordenador da feira onde se encontra até o momento.

**Abóbora**, 56 anos, branca, estudou até a 3 série do ensino fundamental, declarou-se agricultora há 35 anos. Residente no bairro Cabuçú onde tem uma propriedade e lá cultiva tudo que leva para feira como coco seco e verde, jaca, manga, banana, abil, abóbora, abobrinha, quiabo, caju, jambo, acerola, limão, entre outros alimentos da época que comercializa apenas na Feira da Roça sua única fonte de renda no momento onde consegue tirar até 250 reais, em média, por semana.

**Sapoti**, 38 anos, pardo, casado, agricultor há quatro anos, há dois entrou para a AFERNI a convite de um amigo para participar da feira. Morador do bairro Ipiranga em Nova Iguaçu, onde tem uma propriedade, o agricultor produz jaca, banana, acerola, coco verde, jambo, pitomba, sapoti entre outros alimentos que comercializa apenas na Feira da Roça, seu único ponto de venda no momento de onde consegue tirar até 600 reais, em média, por semana e sustentar a família e tirar o pão de cada dia.

**Banana Prata**, 63 anos, parda, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, mora numa propriedade no bairro Ipiranga em Nova Iguaçu onde cultiva os alimentos para seu próprio consumo e comercialização na feira como banana prata e aipim com casca e sem casca (limpo) entre outros alimentos da época. Declarou-se agricultora há 20 anos e entrou para AFERNI há oito, a convite do coordenador. No momento, a Feira da Roça representa seu único local de venda e única fonte de renda da família onde consegue tirar até 300 reais por semana, em média.

**Leite de Vaca**, 29 anos, parda, ensino médio completo, declarou-se agricultora há seis anos, onde trabalha junto com a família na criação de porcos e vacas para fabricação de queijos, lingüiças, torresmos, carne de porco defumada e leite de vaca *in natura* para comercializarem na Feira da Roça onde participa há seis anos e disse ser uma ótima oportunidade para expor seus produtos. Declarou também ter na feira sua única fonte de renda, onde consegue tirar até 200 reais por semana, em média.

**Temperos Frescos**, 54 anos, negra, casada, possui nível médio completo, declarou-se agricultora desde que nasceu, reside no bairro Geniciano em Nova Iguaçu, mas cultiva seus produtos na faixa dos dutos da Petrobrás localizada na região do mesmo bairro. Na faixa dos dutos a agricultora produz alface, couve, plantas medicinais variadas, temperos frescos diversos, noni, terra adubada, flores, frutas entre outros alimentos vendidos *in natura* e beneficiados na AFERNI e em outros locais como escolas, igrejas, etc. Está na Feira da Roça

desde sua fundação, em 2006, até momento de onde consegue tirar até 350 reais, em média, por semana.

**Palmito**, 49 anos, parda, casada, possui ensino médio incompleto, moradora do bairro Tinguá em Nova Iguaçu, onde possui uma propriedade a agricultora cultiva e beneficia alimentos que comercializa na Feira da Roça como palmito limpo, aipim, bolo de aipim, bala de jaca e de banana, farinha de banana, banana passa, banana chips, compotas e geléias de fruta, licores entre outros produtos para complementar a renda, onde consegue tirar até 150 reais por semana, em média, e que não representa sua única fonte de renda, pois além de agricultora é cuidadora de idosos. Entrou para AFERNI em 2006 a convite do coordenador, e, para não desperdiçar o que produz comercializa seus produtos na porta da propriedade e recebe encomenda dos clientes, principalmente das suas balas artesanais.

**Batata Doce**, 67 anos, pardo, casado, segundo grau incompleto, declarou-se agricultor desde que nasceu, pois sempre viveu da lavoura. Possui um sítio no bairro Tinguá onde mora e cultiva alimentos como noni, aipim, batata doce, verduras, acerola, palmito, banana, cajá entre outros produtos que comercializa na Feira da Roça, onde consegue tirar até 150 reais por semana, em média, além comercializar na própria propriedade para clientes e atravessadores. É Aposentado do serviço público e entrou para AFERNI em 2006 a convite do coordenador na época.

**Limão**, 38 anos, negro, casado, pai de dois filhos, ensino médio completo, é morador do bairro Tinguá onde tem um sítio e produz aipim, banana, limão, tapioca entre outras coisas da época que leva para comercialização na Feira da Roça, semanalmente, e vende também para mercadinhos do bairro, lanchonetes e entrega em domicílio. Declarou-se agricultor há oito anos e há um entrou para AFERNI, a convite de um amigo que participa. Viver da agricultura é um orgulho e a única fonte de renda da família no momento. Na Feira da Roça o agricultor consegue tirar até 200 reais por semana, em média.

**Mamão**, 35 anos, pardo, casado, estudou até a 5ª série do ensino fundamental, declarou-se agricultor desde que nasceu. Morador do bairro Ipiranga em Nova Iguaçu possui uma propriedade na localidade onde produz couve, coco, jaca, manga, jambo, batata doce, quiabo, aipim, banana entre outros produtos que comercializa apenas na Feira da Roça desde 2010, sendo sua única fonte de renda no momento e consegue tirar até 300 reais por semana, em média representando seu modo de vida e trabalho.

**Inhame**, 73 anos, branco, casado, nível superior completo, engenheiro aposentado, declarou-se agricultor há 30 anos. Possui residência em Belford Roxo e um sítio em Jaceruba, Nova Iguaçu, onde produz aipim, inhame, batata doce, banana, limão galego e Taiti, diversos tipos de pimenta, pimentão entre outras coisas que comercializa apenas na Feira da Roça, onde consegue tirar até 300 reais por semana, em média. Está na AFERNI desde sua fundação em 2006 sendo um dos seus fundadores. Para o agricultor a feira representa um importante canal de comercialização dos seus produtos evitando o desperdício.

**Açaí**, 60 anos, branco, casado, possui ensino médio completo, morador do bairro Tinguá onde possui um sítio, declarou-se agricultor há 20 anos. Está na AFERNI desde sua fundação em 2006, sendo um dos seus idealizadores. Atualmente está como coordenador da feira desde 2014. Possui um sítio no bairro Tinguá onde produz aipim, genipapo, açaí,

cupuaçu, cajá, goiaba, entre outras coisas. Além de compotas, bolos, tapioca, sucos de fruta e outros que comercializa na Feira da Roça onde consegue tirar até 400 reais por semana, em média, complementando a aposentadoria. Comercializa também na propriedade e entrega em domicílio os produtos por encomenda.

**Jabuticaba**, 64 anos, pardo, casado, possui segundo grau completo, aposentado e declarou-se agricultor há 12 anos. Mora em Belford Roxo e tem um sítio em Jaceruba onde produz limão, banana, pimenta, abacaxi, acerola, taioba, mamão, noni, inhame, jaca, plantas ornamentais, mudas, urucum, entre outras coisas que comercializa na Feira da Roça e em outros locais de comercialização como na porta do sítio e em mercadinhos locais. Entrou para a AFERNI em 2008 a convite do coordenador, a feira não representa sua única fonte de renda, mas com ela consegue tirar até 400 reais por semana, em média. Para o agricultor e sua família e feira representa saúde e bem estar para o consumidor e família.

**Queijo**, 34 anos, parda, possui primeiro grau completo e declarou-se agricultora há mais de 15 anos no município. O local que reside é o mesmo que produz leite e queijos para comercializar na Feira da Roça, que não representa seu único ponto de venda na atualidade vendendo por encomenda e também na propriedade. Entrou para AFERNI em 2008 a convite do coordenador e declarou conseguir tirar na feira, até 200 reais por semana, em média.

**Lingüiça**, 37 anos, parda, casada, segundo grau completo, declarou-se agricultora há 17 anos. O local que reside é o mesmo que cria porcos para a fabricação de lingüiça e outros derivados que comercializa na Feira da Roça, seu único local de comercialização e fonte de renda no momento. Entrou para a AFERNI em 2006, uma das fundadoras e consegue tirar até 200 reais por semana, em média, com a feira que pra ela representa a extensão de sua família.

**Pimenta**, 48 anos, pardo, casado, estudou até o 5º ano do fundamental e declarou-se agricultor há 25 anos. Possui uma propriedade no bairro Marapicu em Nova Iguaçu onde produz banana, quiabo, laranja, tangerina, jabuticaba, aipim, pimenta, limão entre outros produtos que comercializa apenas na Feira da Roça, sua única fonte de renda no momento, onde consegue tirar até 250 reais por semana, em média. Participa da AFERNI desde 2008, logo que a feira começou a convite do coordenador, representando tudo para ele e sua família, seu sustento, trabalho e renda.

**Laranja**, 65 anos, pardo, possui fundamental completo, aposentado e declarou-se agricultor há 20 anos. O local onde mora é o mesmo que o agricultor produz como noni, limão, laranja, plantas ornamentais, ora-pro-nóbis, ovos caipira, queijo, mel entre outros alimentos que comercializa apenas na Feira da Roça para complementar a renda. Entrou para AFERNI em 2008, a convite de um amigo que já participava, e nela consegue tirar até 150 reais por semana, em média.

**Muda de Plantas**, 37 anos, pardo, casado, estudou até o 4º ano do ensino fundamental e declarou-se agricultor há 10 anos. Entrou para AFERNI em 2008 a convite do coordenador na época e, atualmente, a Feira representa sua única fonte de trabalho e renda, além de único local de comercialização e escoamento dos seus produtos que cultivava em seu local de moradia como muda de plantas, jaca entre outras frutas e alimentos da época que traz para a feira semanalmente onde consegue tirar até 100 reais por semana, em média. A Feira da Roça representa para o agricultor tudo. Único trabalho que tem no momento.

## Os agricultores e agricultoras da AFERQ

**Ervas Medicinais**, 67 anos, pardo, divorciado, dois filhos, primeiro grau completo, agricultor há 27 anos, residente no bairro Campo Alegre onde tem um sítio e cultiva ervas medicinais, flores, plantas, diversos tipos de fruta, legumes e verduras para próprio consumo e comercialização. É aposentado há cinco anos e entrou para a Feira da Roça de Queimados em 2010, sendo um dos seus fundadores. Na feira consegue tirar até 700 reais por semana em média, porém ela não representa seu único ponto de venda, pois comercializa seus produtos também na feira livre local dos domingos e em alguns pontos de ônibus da cidade.

**Ora-pro-nóbis**, 75 anos, negra, viúva, possui um filho, estudou até a 1ª série do fundamental. É agricultora há 15 anos, residente do bairro Santo Expedito onde tem um sítio chamado de Nossa Senhora Aparecida e lá cultiva os produtos que consome e comercializa na feira como abacate, aipim, ora-pro-nóbis, húmus, pimenta, banana, farinha de mandioca entre outros, da época, que traz para feira que não representa seu único ponto de venda e nem sua única fonte de renda. Vende também na porta do sítio e recebe uma aposentadoria como cozinheira. Foi uma das fundadoras da Feira da Roça em 2010 onde participou das reuniões da fundação e é membra do Conselho Municipal de Agricultura de Queimados.

**Cúrcuma**, 72 anos, pardo, casado, quatro filhos, mineiro, 2 grau completo, agricultor há mais de 20 anos, morador do bairro Parque Ipanema onde possui sua casa e sítio cultiva e cria entre outras coisas batata doce, jiló, quiabo, aipim, cúrcuma, açafrão, coco, banana, jabuticaba, tangerina, limão, jaca, farinha de mandioca, ovos caipira, frangos vivos e abatidos, entre outras coisas que comercializa tanto na Feira da Roça, como no próprio sítio e para atravessadores. É coordenador da AFERQ e um dos fundadores da feira em 2010, de onde consegue tirar até 800 reais por semana, em média, para complementar a aposentadoria que recebe como funcionário público.

**Aipim**, 46 anos, pardo, divorciado, quatro filhos, 1º grau completo, morador do bairro Coimbra possui um sítio no bairro Campo Alegre em Queimados onde cultiva alimentos e cria animais para o próprio consumo e comercialização. Declarou-se agricultor desde que nasceu e esta na AFERQ desde sua fundação. Na feira comercializa milho, aipim com casca e limpo, maxixe, abóbora, inhame, jiló, quiabo, batata doce, ovos caipira entre outros produtos da época. A Feira da Roça não representa seu único ponto de venda, pois comercializa seus produtos também para o CEASA, nas feiras livre dos domingos e para os pequenos mercados do bairro. O agricultor consegue tirar com a Feira da Roça, em média, 500 reais por semana.

**Alface**, 54 anos, negra, casada, cinco filhos, estudou até o 5º ano ensino fundamental, reside e produz num sítio localizado no bairro Campo Alegre divisa entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados onde cultiva, principalmente, vários tipos de verduras como alface e couve, além de noni, aipim, coco, pimenta, abobrinha, pimentão, jiló, feijão, maracujá entre outros que comercializa na Feira da Roça, para atravessadores e na porta do sítio. Entrou para a feira há um ano e no momento ela representa sua única fonte de renda, onde consegue tirar até 200 reais por semana, em média.



**Cocada**, 64 anos, parda, casada, possui fundamental incompleto, dedica-se a agricultora há oito anos, desde que conquistou a aposentadoria. Reside no bairro Roncador em Queimados onde cultiva diversos alimentos que comercializa *in natura* na feira como aipim, verduras diversas, jaca, acerola, coco, coité (um tipo de cuia), ervas medicinais entre outros, que também utiliza como matéria prima para os produtos beneficiados como bolos, farinha de mandioca, cocadas, geléias, goma entre outros vendidos na feira, seu único local de comercialização dos produtos onde tira, em média, até 200 reais por semana. Entrou para a feira no início de 2018 a convite do coordenador.

**Ovos Caipira**, 77 anos, negro, casado, aposentado, declarou-se agricultor há 20 anos e tem uma pequena propriedade no bairro Jardim São Geraldo em Queimados onde cria, principalmente, coelhos e galinhas. Está na AFERQ desde sua fundação, em 2010, e nela comercializa ovos caipira, coelhos vivos e abatidos e galinhas vivas e abatidas onde consegue tirar até 150 reais, por semana, em média. A feira não representa sua única fonte de renda, que ajuda complementar a renda principal (aposentadoria) e também não representa seu único local de comercialização entregando nas casas dos clientes os produtos por meio de encomendas.

**Couve**, 53 anos, possui dois filhos, possui a 1ª série do fundamental e declarou-se agricultora desde que nasceu. Possui uma pequena propriedade localizada no bairro Vila São João em Queimados, onde reside e cultiva seus próprios alimentos que oferece a família e comercializa na Feira da Roça, nas feiras livres de domingo e de porta em porta pelos bairros da cidade. Produz entre outras coisas: hortelã, alface, couve, rúcula, almeirão, taioba, pimenta, milho, limão, coco, aipim, quiabo, abobrinha etc. Entrou para a AFERQ em 2014, a convite do coordenador, e representa, atualmente, a única fonte de renda da família, onde consegue tirar, em média até 400 reais por semana.

**Caju**, 30 anos, parda, um filho, estudou até o 7º ano do ensino fundamental, moradora do bairro Santo Expedito em Queimados na mesma propriedade produz aipim, quiabo, batata doce, abacaxi, acerola, manga, caju, abacate, jaca, ovos de galinha e de pata que comercializa na Feira da Roça e em outros locais de venda como na própria propriedade e para atravessadores. Possui outra fonte de renda e usa a feira para complementar a renda, onde consegue tirar até 300 reais por semana, em média. Entrou para AFERQ em 2016, a convite do coordenador.

**APÊNDICE D – Diversidade e comercialização dos produtos da roça: AFERNI e AFERQ**

**Quadro 1 Relação dos produtos comercializados pela Feira da Roça de Nova Iguaçu equivalente a um mês de feira e valores arrecadados (2011) (continua)**

<b>Produtos</b>	<b>Medida</b>	<b>Total Vendido</b>	<b>Preço Médio cobrado (R\$)</b>	<b>Valor Total Arrecadado (R\$)</b>
Aipim	Kg	1.700	2,00	3.400,00
Bolinho de aipim	unid	450	1,50	675,00
Bolo de aipim	Pedaço	90	1,00	90,00
Caricu	Amarrado	8	1,00	8,00
Cuscuz	Pote	10	1,00	10,00
Energético	unid	4	20,00	80,00
Gel medicinal	20ml unid	25	3,00	75,00
Gel medicinal	100ml unid	4	10,00	40,00
Jiló	Kg	30	2,00	60,00
Laranja	Dz	15	3,00	45,00
Limão galego	Dz	42	1,00	42,00
Lingüiça suína	Kg	480	13,00	6.240,00
Mamão	unid	36	0,50	18,00
Maracujá	Kg	60	3,00	180,00
Maxixe	Saco	42	2,00	84,00
Mel	Pote	43	5,00	215,00
Mel	350ml unid	15	10,00	150,00
Mel	500ml unid	51	13,00	663,00
Mel	Bisnaga unid	63	6,00	378,00
Mel	1000ml unid	8	26,00	208,00
Mel	Favo unid	3	15,00	45,00
Ovos de galinha caipira	Dz	42	3,00	126,00
Palmito	Kg	135	10,00	1.350,00
Pepino	Kg	10	3,00	30,00
Pimenta	500ml unid	4	10,00	40,00
Pimenta	300ml unid	6	4,00	24,00
Pimenta	200ml unid	3	3,50	10,50
Pimenta	Lote	25	1,00	25,00
Pólen	saco	7	15,00	105,00
Própolis	10ml unid	34	2,50	85,00
Própolis	20ml unid	55	5,00	275,00
Queijo	Peça pq	90	6,00	540,00
Queijo	Kg	120	10,00	1.200,00
Quiabo	Kg	334	3,00	1.002,00

Fonte: Coordenação da AFERNI. Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, de jun. 2018 a jan. 2019.

**Quadro 2 (continuação)**

Suco de fruta	Copo	280	0,50	140,00
Tiririca	Amarrado	28	1,00	28,00
Urucum	Lote	33	1,00	33,00
Xarope	unid	3	20,00	60,00
Verduras em geral: Couve, alface, coentro, cheiro-verde, salsa, almeirão, beralha, espinafre, taioba, mostarda, hortelã, caruru, rúcula, chicória, louro, ora-pro-nobis e agrião.	Molho, maço, saco, pé ou unidade	600	1,00	600,00
<b>Total: 44 produtos</b>				<b>Total: 18.379,50</b>

Fonte: Coordenação da AFERNI. Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, de jun. 2018 a jan. 2019.

**Quadro 2 Relação dos produtos comercializados pela Feira da Roça de Queimados de julho a dezembro de 2018 e valores arrecadados (continua)**

Produtos	Medida	Total Vendido	Preço Médio cobrado (R\$)	Valor Total arrecadado (R\$)
Abacate	unid	29	0,75	21,75
Abacaxi	unid	1	3,00	3,00
Abiu	Lote	9	2,00	18,00
Abóbora d'água	unid	260	2,00	520,00
Abóbora moranga	unid	342	4,00	1.368,00
Açafrão	Kg	9	20,00	180,00
Acerola	Lote	408	5,00	2.040,00
Aipim	Kg	5.576	3,00	16.728,00
Amora	Lote	4	4,00	16,00
Araruta	Lote	7	10,00	70,00
Ariticum	unid	2	2,00	4,00
Babosa	unid	8	4,00	32,00
Bacupari	Kg	11	2,00	22,00
Banana	Dz	571	2,00	1.142,00
Banana	Cacho	4	25,00	100,00
Banana	Muda	8	50,00	400,00
Batata doce	Kg	738	4,00	2.952,00

Fonte: Coordenação da AFERQ. Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, de jun. 2018 a jan. 2019.

**Quadro 2 (continuação)**

Berilo	unid	54	3,00	162,00
Berinjela	Lote	228	2,00	456,00
Beterraba	Kg	62	3,00	186,00
Biribiri	Lote	25	2,00	50,00
Bolo inteiro	unid	1	10,00	10,00
Bolo pedaço	unid	190	3,00	570,00
Bucha vegetal	unid	51	1,00	51,00
Cacau	unid	15	1,00	15,00
Café	Copo	7	1,00	7,00
Cajá	Dz	2	2,00	4,00
Caju	Lote	8	5,00	40,00
Cana gomos	Saco	5	1,00	5,00
Carambola	Lote	11	4,00	44,00
Carne de porco defumada	Kg	5	23,00	115,00
Chuchu	Kg	20	2,00	40,00
Cidra	unid	1	2,00	2,00
Cocada	unid	86	2,00	172,00
Coco macaíba	Cacho	1	5,00	5,00
Coco maduro	unid	675	2,00	1.350,00
Coco verde	unid	20	2,50	50,00
Coité	unid	34	3,00	102,00
Colorau	unid	48	2,00	96,00
Compotas/geléias potes	unid	129	3,00	387,00
Cuia	unid	60	2,00	120,00
Cupuaçu	unid	3	5,00	15,00
Cúrcuma	Kg	171	10,00	1.710,00
Doce de mamão	Pote	15	2,00	30,00
Ervas medicinais	Maço	809	3,00	2.427,00
Ervilha fresca	Lote	43	3,00	129,00
Farinha de mandioca	Kg	217,5	10,00	2.175,50
Fava madura	Kg	7	8,00	56,00
Feijão de corda	Lote	163	2,00	326,00
Feijão guandu	Lote	5	10,00	50,00
Feijão maduro	Kg	47	8,00	376,00
Feijão verde	Lote	219	2,00	438,00
Frango abatido	unid	2	45,00	90,00
Frango vivo	unid	11	50,00	550,00
Fruta pão	unid	33	3,50	115,50
Galinha abatida	unid	1	45,00	45,00
Galinha viva	unid	20	40,00	800,00

Fonte: Coordenação da AFERQ. Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, de jun. 2018 a jan. 2019.

**Quadro 2 (continuação)**

Gengibre	Kg	12	6,00	72,00
Goma de tapioca	unid	33	20,00	660,00
Graviola	unid	1	10,00	10,00
Húmus	Lote	24	3,00	72,00
Inhame	Kg	598	3,00	1.794,00
Jabuticaba	Lote	12	3,00	36,00
Jaca inteira	unid	213	10,00	2.130,00
Jaca limpa	Saco	212	3,00	636,00
Jambo	Lote	52	2,00	104,00
Jiló	Kg	732	2,00	1.464,00
Jurubeba	Lote	1	2,00	2,00
Laranja	Dz	6	3,00	18,00
Leite de vaca	Litro	32	5,00	162,00
Lima da pérsia	Lote	3	3,00	9,00
Limão	Dz	529	2,00	1.058,00
Mamão	unid	118	2,00	236,00
Manga	Lote	365	3,00	1.095,00
Maracujá	Dz	54	3,00	162,00
Maracujina	Lote	14	3,00	42,00
Maxixe	Kg	373	2,00	746,00
Mel 250 ml	unid	96	14,00	1.344,00
Mel 500 ml	unid	111	18,00	1.998,00
Melancia	unid	75	5,00	375,00
Milho semente	Lote	24	8,00	192,00
Milho verde espiga	unid	343	1,50	514,50
Mudas diversas/flores	unid	443	4,00	1.772,00
Mudas diversas/plantas	unid	1.639	1,50	2.458,50
Noni	unid	314	1,00	314,00
Ovos de galinha caipira	Dz	631	8,00	5.048,00
Ovos de pata	unid	285	2,00	570,00
Pau cambará	unid	3	3,00	9,00
Pimencons	unid	97	8,00	776,00
Pimenta	Lote	368	2,00	736,00
Pimentão	Lote	93	2,00	186,00
Pitáia	unid	10	10,00	100,00
Polpa de graviola	unid	13	10,00	130,00
Polvilho	Kg	2	10,00	20,00
Própolis	unid	77	8,00	616,00
Puba	Lote	19	5,00	95,00
Pupunha	Cacho	1	30,00	30,00
Queijo	unid	40	16,00	640,00

Fonte: Coordenação da AFERQ. Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, de jun. 2018 a jan. 2019.

**Quadro 2 (continuação)**

Quiabo	Lote	1.457	4,00	5.828,00
Rabanada	unid	17	1,00	17,00
Rabanete	Lote	2	3,00	6,00
Repolho	unid	253	1,00	253,00
Romã	unid	1	3,00	3,00
Rosa branca	Lote	5	2,00	10,00
Sucos	Litro	10	1,50	15,00
Tangerina	Dz	7	2,00	14,00
Terra adubada	Saco	92	5,00	460,00
Tomate	Kg	406	5,00	2.030,00
Tomatinho	Lote	104	2,00	208,00
Vagem	Lote	3	3,00	9,00
Xarope	unid	1	10,00	10,00
Verduras em geral: Couve, alface, coentro, cheiro-verde, salsa, almeirão, bertalha, espinafre, taioba, mostarda, hortelã, caruru, rúcula, chicória, louro, ora-pró-nobis e agrião.	Molho, maço, saco, pé ou unidade	11.557	1,00	11.557,00
<b>Total: 131 produtos</b>				<b>Total: 87.840,75</b>

Fonte: Coordenação da AFERQ. Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, de jun. 2018 a jan. 2019.